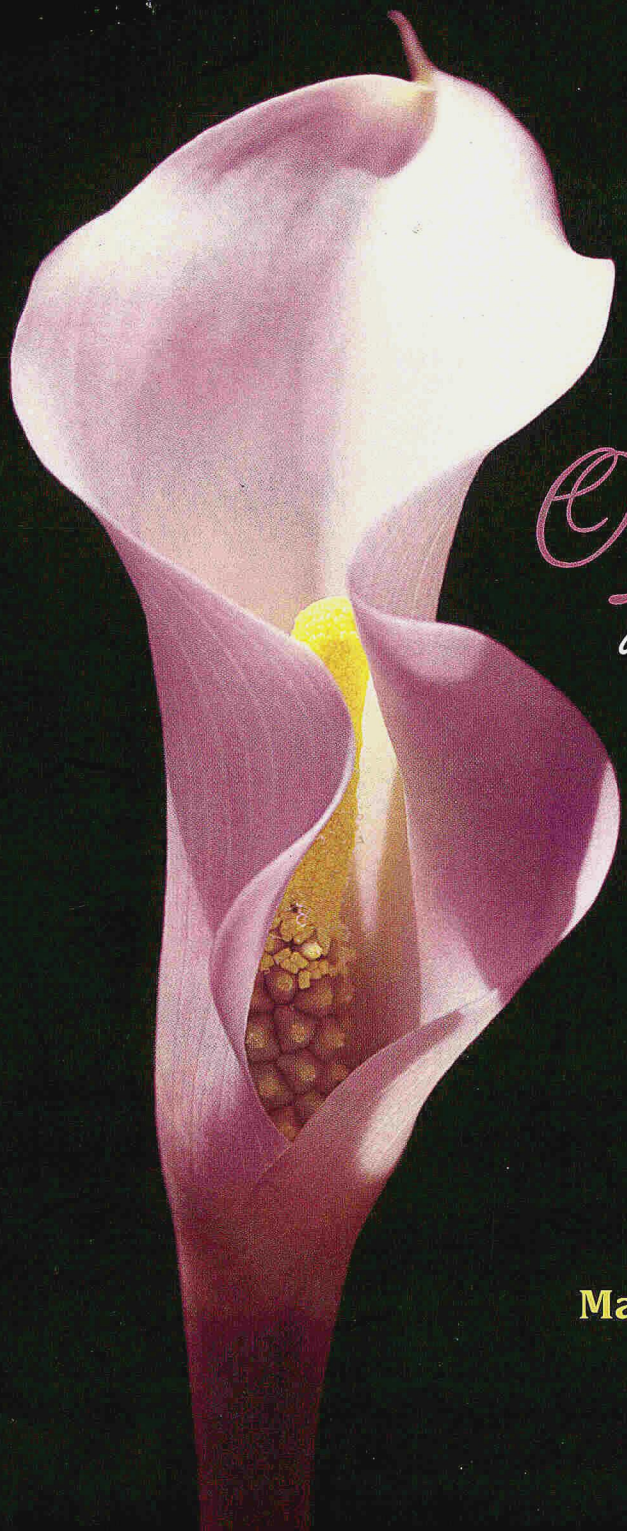


O feminino: diversos olhares

Organizadora: Marisa Sanabria



*O feminino:
diversos olhares*

Organizadora:

Marisa Sanabria

*O feminino:
diversos olhares*

Organizadora:

Marisa Sanabria

Autores:

Ana Cecília Carvalho

Cláudia Natividade

Izabel Haddad Marques Massara

Júnia Maria Campos Lara

Luciana Maria Silva Franco de Assis

Magna Sueli de Oliveira

Maria Cristina Leão

Marisa Sanabria

Sandra Azeredo

Silvana Pontes Bueno

Simone Francisca de Oliveira

Wagner Luiz da Silva

O feminino: diversos olhares

Belo Horizonte



**CONSELHO
REGIONAL DE
PSICOLOGIA
MINAS GERAIS**

2012

Capa e Diagramação:

Gíria Design e Comunicação

Revisão Ortográfica e Gramatical:

Ana Emília de Carvalho – Jornalista

Impressão:

Gráfica O Lutador (Instituto dos Missionários Sacramentinos de Nossa Senhora)

F329

O feminino : diversos olhares / Organizadora: Marisa Sanabria; Autores: Ana Cecília Carvalho ... [et al.]. -- Belo Horizonte : CRP 04, 2012. 118 p.

Textos produzidos nas reuniões do Grupo de Trabalho (GT): "O Feminino Questão de Diferença" do Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais. ISBN: 978-85-98515-11-3

1. Mulheres. 2. Identidade de Gênero. 3. Violência contra a mulher. I. Sanabria, Marisa. II. Carvalho, Ana Cecília.

CDD: 305.4

O feminino: diversos olhares

Belo Horizonte
2012.

Conselheiros do XIII Plenário do CRP-MG

DIRETORIA

Marta Elizabete de Souza
Conselheira Presidente

Ricardo Figueiredo Moretzsohn
Conselheiro Vice Presidente

Lourdes Aparecida Machado
Conselheira Tesoureira

Marisa Estela Sanabria Bourman
Conselheira Secretária

CONSELHEIROS

Alcina Mendes Brito
Amaury Costa Inácio da Silva
André Amorim Martins
Anna Christina da Cunha Martins Pinheiro
Ataualpa Maciel Sampaio
Carlos Roberto Sicoli
Celso Renato Silva
Cristiane Saúde Barreto Napoli
Elizabeth de Lacerda Barbosa
Jacques Ackerman
Júnia Maria Campos Lara
Márcia Maria Rodrigues Ribeiro
Marcus Macedo da Silva
Maria da Conceição Novaes Caldas
Maria de Fátima Lobo Boschi
Marja Teresa Antunes Albergaria
Milton dos Santos Bicalho
Paula Ângela de Figueiredo E Paula
Renata Ferreira Jardim de Miranda
Ricardo Ribeiro de Oliveira Resende
Rita Maria Auxiliadora Mendes
Robson José da Silva Campos
Tiago Humberto Rodrigues Rocha
Vera Luiza Bartels Fernandes

Sumário

Apresentação	9
Introdução	11
O papel da psicanálise no rebaixamento do feminino (Ana Cecília Carvalho)	12
Diretrizes críticas para o trabalho de intervenção com homens que exercem violência contra as mulheres (Cláudia Natividade)	21
O feminino no discurso: os chistes e sua relação com a fantasia masculina de depreciação sobre a mulher (Izabel Haddad Marques Massara, Júnia Maria Campos Lara e Luciana Maria Silva Franco de Assis)	33
Ciclo de Transformação – O Ciclo Menstrual como oportunidade de crescimento (Magna Sueli de Oliveira)	44
Entre luzes e sombras: a transformação de mulheres envolvidas em situação de violência (Maria Cristina Leão)	57
Relato de experiência: Atuação do “Grupo de Trabalho do Feminino: Questão de Diferença”, do CRP/MG, no Grupo de Amigos e Familiares de Pessoas em Privação de Liberdade (Marisa Sanabria e Silvana Pontes Bueno)	70
Humanizar o tempo: desafios do mundo público e privado (Marisa Sanabria)	70
Figurações do feminino nas relações de gênero-raça entre mulheres: “Pode a subalterna falar?” (Sandra Azerêdo)	84
“Mexendo no vespeiro”: subversão e arte no enfrentamento à violência de gênero (Simone Francisca de Oliveira)	94
Edadismo e a mulher (Wagner Luiz da Silva e Marisa Sanabria)	111

Apresentação

É com entusiasmo que nós, do XIII Plenário, apresentamos a segunda publicação do Grupo de Trabalho (GT) “O Feminino Questão de Diferença”.

Inaugurado em 2009, a partir de diversas reflexões na Comissão de Direitos Humanos, este GT tem tido uma atuação dinâmica e expressiva.

Neste momento em que nosso olhar se debruça sobre a importância e os desdobramentos da pesquisa do Conselho Federal, “Profissão e gênero no exercício da psicologia no Brasil”, o GT do Feminino adquire um protagonismo marcante, pois precisamos entender quais as singularidades de uma profissão constituída, em sua maioria, por mulheres.

Esta publicação, que transita por diversos temas e aborda várias perspectivas, é uma mostra das reflexões feitas pela Psicologia sobre as vivências, conflitos e exclusões vividas pelas mulheres.

Estendemos a todos o convite para uma leitura que, pensamos, será esclarecedora.

XIII Plenário

Introdução

Esta é a segunda produção coletiva do GT “O Feminino questão de diferença”. Se na primeira nós nos ocupamos de definir o feminino como uma mudança de direção, um afastamento das linearidades, das hierarquias e das previsibilidades, este segundo momento nos convoca com os desafios que ainda estão pendentes: a violência, a discriminação, o preconceito e a postergação de respostas e soluções para dilemas instaurados desde sempre.

No pensamento Grego, a consciência e a lucidez se chamavam Atena, a Deusa cultuada nas cidades e nos templos, uma presença próxima, com capacidade de raciocínio que estimulava a vitória, criando propostas originais, precisas e esclarecedoras.

Atena era tecelã, a que desafiou Ariadne a tecer o tapete da vida. O feminino está nessa trama, na urdidura do que vai sendo construído e tecido, na mestria do instante e do presente vivo.

Existem os enigmas e as indagações: a Deusa não tinha mãe e nasceu da cabeça de Zeus, seu pai e Rei do Olimpo, o feminino vibrante nos comove com suas contradições, irrompe em multiplicidades, cria e reverbera novas verdades a partir de diversos acontecimentos.

Podemos parafrasear... o feminino não é um acontecimento, mas o acontecimento é feminino, ele instaura uma verdade e inaugura um sujeito da produção na arte, no pensamento, na lógica na política e no amor, quer dizer, nas diversas ordens em que as mudanças e as transformações são possíveis.

Estamos nos descobrindo, somos uma profissão exercida em 89% por mulheres. Quais as indagações? Como e onde se rastreiam as respostas? Que destinos as feminidades determinam?

Como no tapete da tecelã Atena, nosso desafio será tecer a urdidura da dignidade, da lucidez, do respeito e da ética das proximidades e das diferenças.

A ponte que transita da violência e da exclusão das mulheres abusadas e ignoradas para a margem da cidadania, do olhar atento que entende o feminino como substantivo e não como adjetivo.

Este é nosso trânsito, a construção de uma liberdade de escolha. Um desafio para todos, psicólogas e psicólogos, que se comprometem com os dilemas e as contradições de um lugar de participação e de um enunciado de direitos.

Marisa Sanabria

O papel da psicanálise no rebaixamento do feminino¹

Ana Cecília Carvalho²

Não desprezamos [...] o fato de que uma mulher possa ser uma criatura humana também em outros aspectos.

(Freud. "Feminilidade", p. 165.)

Embora eu não me tenha debruçado sobre o tema da mulher em minhas pesquisas acadêmicas sobre literatura e psicanálise, a não ser de modo tangencial, meu interesse em tomá-lo em consideração neste texto é apenas o de compartilhar algumas modestas impressões sobre o que se encontra no problema do preconceito contra a mulher.

Como exemplo, abordarei uma situação comum que encontrei em sala de aula, quando eu lecionava Oficinas de Escrita de Textos Psicanalíticos. Nesse curso, eu costumava propor uma atividade que consistia em distribuir aos alunos alguns textos de psicanálise, dos quais eu havia retirado a menção à autoria. No início de cada semestre, eu combinava com os alunos que só no último dia de aula é que eles teriam a informação sobre o nome do autor. A justificativa era a de que o conhecimento da autoria prejudicaria a isenção da leitura e da avaliação da qualidade do texto. Mesmo assim, os alunos logo se punham a adivinhar, se não quem escreveu o texto, pelo menos se o artigo foi escrito por um homem ou por uma mulher. Invariavelmente, no final de cada semestre, os textos de que todos, alunos e alunas, mais gostavam eram sempre aqueles que, pela "clareza", "raciocínio lógico", "pertinência das ideias", "adequação aos aspectos formais" (os termos são deles), entre outros aspectos, só poderiam ter sido escritos por um homem e nunca por uma mulher. Vocês podem imaginar como ficavam chocados quando a identidade do "autor favorito" não era nem um Antonio Quinet nem um Jacques-Alain Miller, mas uma Rúbia de Lorenzo, uma Maria Rita Kehl e, às vezes, até mesmo uma Ana Cecília Carvalho. Isso sempre gerava uma boa discussão no final do semestre, sobretudo quando era uma turma de psicanalistas principiantes que deve-

¹Este artigo, dedicado a Sandra Azeredo, é uma versão ligeiramente modificada do texto apresentado no debate sobre o tema "Mulher", promovido pela Coordenação das Monitorias da Graduação e pelo Laboratório de Ideias do Departamento de Psicologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, no dia 8 de setembro de 2009. Agradeço a Andréa Guerra e a Nicolé Lagazzi pela oportunidade de interlocução.

²Ana Cecília Carvalho é psicóloga, psicanalista e escritora. É mestre em Psicologia e doutora em Literatura Comparada. Lecionou na Universidade Federal de Minas Gerais até se aposentar, em 2009. É autora de *A poética do suicídio em Sylvia Plath* (Editora da UFMG, 2003), *Estilos do xadrez psicanalítico: a técnica em questão* (coautoria; Editora Imago, 2006) e *O livro neurótico de receitas* (Editora Ophicina de Arte&Prosa, 2012), entre outros.

riam, idealmente, tentar manter a escuta livre, desembaraçada de concepções prévias, gostos e valores pessoais. Mas, sendo apenas uma disciplina sobre escrita e não um curso sobre as qualidades que um psicanalista deve possuir para que uma psicanálise ocorra, em geral essas discussões não iam muito longe.

Talvez agora seja um bom momento para pensar com um pouco mais de cuidado sobre esse incidente, no que ele significa e por que razão ele acontece. Podemos recolocá-lo sob a forma de três questões. A primeira delas é: “Se nos voltarmos para as teorias psicanalíticas para que elas nos ajudem a entender o fenômeno que acabei de descrever (supondo que ele tenha alguma relevância, é claro), conseguiremos algum esclarecimento?” O que nos leva à segunda pergunta: “Podemos confiar nessas teorias? Estarão elas isentas – não tenhamos medo de dizê-lo – do preconceito em relação à mulher?” E finalmente: “Qual é o papel da psicanálise no rebaixamento da mulher?”

Antes de respondê-las, farei uma pequena digressão, para retomar duas contribuições importantes para o nosso assunto, dois textos escritos e publicados no mesmo ano: 1929. Oitenta anos depois, nem por isso estão ultrapassados, pelo contrário. Como todo texto clássico, na acepção de Ítalo Calvino³, eles permaneceram atuais, revigorados pela maneira como, ao longo dos anos, nunca deixaram de despertar no leitor certas inquietações. São clássicos porque ambos continuam a atrair e, ao mesmo tempo, a repelir qualquer interpretação totalizante que se pretenda fazer deles. Pois bem. Um é um pequeno ensaio, escrito pela romancista inglesa Virginia Woolf, cujo título é “Um quarto todo seu” (“A room of one’s own”)⁴. O outro é o artigo “A feminilidade como máscara”⁵, da psicanalista inglesa Joan Riviere, discípula de Freud e paciente de Ernest Jones. Escritos para audiências diferentes (o de Virginia Woolf era um ensaio feito a partir de duas breves palestras que ela deu para as alunas de uma universidade; o de Joan Riviere, um artigo para uma revista internacional de psicanálise), esses dois textos abordam os problemas que a mulher encontra em sua busca de emancipação.

A certa altura do ensaio “Um quarto todo seu”, Virginia Woolf imagina uma irmã para William Shakespeare. Jovem e talentosa, essa moça também queria ser escritora. No entanto, de modo diferente do que acontece com o irmão que, por ser homem, não encontra problemas para viver como escritor, ela, por ser mulher, é privada de qualquer incentivo para dedicar-se a essa atividade e, até mesmo, é impedida de exercê-la. Na tentativa de realizar o sonho de tornar-se uma escritora, ela foge de casa, sofre todo tipo de rejeição e, desonrada por uma gravidez, acaba se matando e é enterrada como indigente.

³CALVINO. *Por que ler os clássicos*.

⁵RIVIERE. A feminilidade como máscara. *Psyche Revista de Psicanálise*, São Paulo, ano IX, n. 16, jul./dez. 2005, p. 13-24.

Joan Riviere discorre, em seu artigo, sobre o caso clínico⁶ de uma mulher bem casada, mãe de família e profissional bem-sucedida, que sofre com angústias que se seguem às apresentações que ela tem de fazer no trabalho. Algo nessas apresentações faz com que essa mulher se preocupe mais em ser reconhecida pela aparência, pela beleza e pela atração sexual que desperta nos homens, do que pelo reconhecimento da sua competência profissional.

Tão diferentes em relação aos enfoques e objetivos quanto os textos de Virginia Woolf e Joan Riviere podem ser, ambos convergem para um ponto que eu quero aqui destacar. Este ponto é relativo ao fato de que, tanto da parte do homem quanto da mulher, há uma espécie de temor pelo feminino, temor que tem várias faces. A título de ilustração, destaco um trecho do artigo de Virginia Woolf:

A vida para ambos os sexos [...] é árdua, difícil, uma luta perpétua. Ela exige que tenhamos uma força e uma coragem gigantescas. Mais do que tudo, talvez, criaturas feitas de ilusão como nós somos, a vida exige que tenhamos confiança em nós mesmos. [...] Como podemos gerar, da maneira mais rápida, essa qualidade imponderável que é ao mesmo tempo tão valiosa? [Conseguimos isso] acreditando que as outras pessoas são inferiores em relação a nós. [Conseguimos isso] acreditando que temos alguma superioridade inata sobre os outros – pode ser riqueza, ou uma posição, um nariz arrebitado, um quadro pintado por Romney – porque não existe fim para os recursos patéticos da imaginação humana. Daí a enorme importância que é para um patriarca [ocupado em conquistar, em controlar] ter de sentir que um grande número de pessoas, na verdade a metade da humanidade, são pessoas inferiores a ele próprio. Essa deve ser, de fato, a principal fonte do seu poder... As mulheres têm servido, durante todos esses séculos, como espelhos que possuem o poder mágico e delicioso de refletir a figura do homem duas vezes maior do que o seu tamanho real. [...] É por esta razão que [déspotas e tiranos] insistem enfaticamente na inferioridade das mulheres, porque, se elas não fossem inferiores, eles cessariam de crescer. Isto serve para explicar, em parte, a necessidade que os homens têm das mulheres. E serve para explicar como eles ficam inquietos quando há o risco de se sentirem criticados por elas; do mesmo modo, como é impossível para elas dizer a eles que o livro é ruim, que a pintura não está boa, ou seja lá o que for, sem gerar mais dor e sem provocar mais raiva do que um homem causaria se fizesse a mesma crítica. Porque, se ela começar a falar a verdade, a figura refletida no espelho começaria a encolher; a aptidão dele para a vida seria diminuída.

Em sua evocação ao espelho e à imagem, esse trecho parece aludir à problemática do narcisismo e da sua relação com a constituição de uma imagem de si e com a formação dos ideais, assuntos teorizados por Freud em 1914, em um artigo intitulado “Sobre o narcisismo: uma introdução”⁸. Ignoro se Virginia Woolf tinha ou não conhecimento deste artigo, que foi escrito quinze anos antes de “Um quarto todo seu”. Mas não é improvável que tivesse, porque ele foi traduzido para o inglês em 1925; além disso, a Editora Hogarth Press, fundada em 1917 e pertencente ao seu marido, já havia publi-

⁶É provável que, no relato desse caso, Joan Riviere se tenha baseado em fatos de natureza autobiográfica. Cf. ROUDINESCO e PLON. *Dicionário de psicanálise*, p. 663.

⁷WOOLF. *A room of one's own*, p. 346-347. [Tradução minha.]

⁸FREUD. Conferência XXXIII: *Feminilidade*.

cado pelo menos um texto de Freud, antes de 1929. De qualquer modo, é interessante ressaltar a semelhança entre as menções feitas por Virginia Woolf, em seu ensaio, e os conceitos freudianos. Por outro lado, no artigo “Feminilidade”, escrito por Freud em 1932, há uma formulação sobre “o ideal narcisista do homem que a mulher quer se tornar” que parece ter sido inspirada nas descrições feitas por Virginia Woolf na passagem que destaquei acima¹⁰.

Voltemos ao texto de Riviere. Ali ela diz que, entre a feminilidade e a máscara, não existe diferença porque a “máscara” tem um propósito duplamente defensivo: primeiro, o de proteger a mulher contra a retaliação masculina, já que, com seu sucesso, a mulher “castra” o pai (representado na figura dos homens) e este pode vingar-se dela; segundo, o de proteger o homem do aniquilamento que representaria para ele a admissão dessa castração. A concepção da feminilidade é, nos termos de Riviere, como uma máscara, “sob a qual o homem suspeita haver algum perigo oculto”¹¹. Embora transparente para as mulheres, o uso dessa máscara é bem-sucedido com os homens, que não apenas se sentem atraídos dessa maneira, como também ficam apaziguados por esse meio.

Não deve ser sem razão que, em seu ensaio, Virginia Woolf parece brincar com a ideia de que nunca saberemos essencialmente quem o outro é, pelo fato de ele só existir como “inventado”¹². E isto acontece com homens e mulheres, com consequências no plano econômico, às quais Woolf alude com fina ironia para defender o direito das mulheres a uma profissão que lhes possa garantir uma vida autossuficiente e digna.

No texto de Joan Riviere, ela examina os efeitos funcionais e disfuncionais desse jogo de espelhos; é a mascarada. Não sem razão, a situação à qual ela se refere é menos ligada ao salário (com o qual uma mulher, a partir do trabalho que puder escolher livremente, possa adquirir um “lugar” para si mesma – “a room of one’s own”), e mais a algo que aponta para a precariedade do jogo. O estabelecimento do jogo da mascarada não se deve ao que Lacan forjou no famoso aforismo “a mulher não existe”¹³,

¹⁰Vale a pena mencionar que, um ano antes da publicação de “Um quarto todo seu”, Virginia Woolf havia publicado o romance *Orlando*, uma narrativa fantástica dividida em duas partes: na primeira, o personagem Orlando é um homem; na segunda parte, que se inicia no Capítulo III, Orlando se transforma em uma mulher que havia sido homem: “Orlando transformara-se em mulher = não há que negar. Mas, em tudo o mais, continuava precisamente o que tinha sido. A mudança de sexo, embora alterando o seu futuro, nada alterava da sua identidade” (Cf. WOOLF, 1928. *Orlando*, p. 280). É verdade que Freud nunca se cansou de ressaltar o “conhecimento endopsíquico” dos escritores, mas não estaremos equivocados se lermos, nessa passagem de Orlando, ecos da teoria freudiana sobre a origem bissexual da sexualidade humana.

¹¹RIVIERE. A feminilidade como máscara, p. 22.

¹²Anos depois, em seu texto sobre o “estádio do espelho”, Jacques Lacan discorrerá sobre a dimensão imaginária em que se desenrola a constituição do sujeito humano. Cf. LACAN (1949). O estágio do espelho como formador do eu, tal como nos é revelado na experiência analítica.

¹³LACAN. Seminário Livro 20: Mais, ainda, p. 15.

provavelmente por ter feito uma leitura algo apressada do texto de Riviere. A meu ver, dizer que a feminilidade é uma máscara não é o mesmo que dizer que “a mulher não existe”, mas sim dar ênfase ao papel das defesas no funcionamento psíquico de um sujeito, homem ou mulher, quando confrontado com a falácia da supremacia do falo. A economia da mascarada diz respeito às origens e aos destinos de um sofrimento psíquico que se expressa, por exemplo, na queixa que as mulheres costumam fazer: por mais que produzam e obtenham reconhecimento (embora nunca se sintam completamente reconhecidas), elas têm medo de que algum dia sejam descobertas como incompetentes, ou, pior, como fraudes. No centro desse temor, encontra-se não a ausência de um significante que lhes diga o que é ser uma mulher, mas as marcas advindas do fato de que as mulheres têm de lidar com um conhecimento que elas não podem jamais revelar, sob pena de fazer desmoronar todo o precário arranjo entre os sexos. Talvez seja isto o que Lacan¹⁴ quis dizer com outro aforismo: “Não existe relação sexual”. Essa não equivalência entre os sexos é relativa ao tipo (eu diria mesmo “a qualidade”) de temor que homens e mulheres sentem quando se veem refletidos no espelho um do outro. Se o homem teme ser visto como menor do que é (cabendo à mulher trapaçar, na medida em que engrandece essa imagem), a mulher teme ser descoberta no âmago dessa trapaça, que consiste em ela disfarçar o fato de que sabe muito bem que a supremacia do falo é uma ilusão. Retiradas as máscaras daqueles que se olham no espelho narcísico do jogo da mascarada, o que afinal aparece é apenas o modo singular pelo qual cada um lidou com essa constatação. Talvez por isso, se para o homem existe sempre a possibilidade de uma neurose obsessiva, para a mulher o risco de graves depressões é uma constante¹⁵, quando não o caminho da histeria.

Por que razão esse movimento duplamente defensivo da mascarada e do rebaixamento se dá? Encontramos indícios de uma resposta nas conhecidas representações primitivas das deusas da fertilidade, nas quais a mulher aparece esculpida em estatuetas com grandes seios e ventres grávidos, revelando o reconhecimento da participação da mulher na geração da vida e, portanto, na morte, mas não necessariamente a participação do homem na concepção de uma criança. Não é demais lembrar, também, que no início das sociedades humanas, sobretudo quando o homem se tornou um animal gregário, a distribuição das tarefas passou a ser feita entre aqueles que podiam ir à caça e defender o clã e aqueles que tinham de ficar do lado de dentro protegendo as crias. Nessas situações, provavelmente aquele que saía para trocar objetos ou conseguir comida se foi colocando como mais poderoso em relação àquele que permanecia em estado de dependência material. Obviamente, estou só especulando, mas

¹⁴LACAN. O Seminário Livro 20: *Mais, ainda*, p. 14.

¹⁵FREUD. *Análise terminável e interminável*, p. 286.

disponho-me de bom grado a submeter a pertinência dessas ideias ao crivo de um interlocutor versado em antropologia ou história, já que o meu conhecimento dessas áreas é confessadamente precário¹⁶.

Se as evidências históricas ou antropológicas assim o permitirem e se as indicações feitas por Virginia Woolf e Joan Riviere, de fato, servem de guias, a esta altura não seria descabido formular uma hipótese: no fundo das tentativas de rebaixamento da mulher, existiria tanto a consolidação de um padrão inicialmente baseado na sobrevivência material, como a negação do poder daquela que conhece a precariedade da supremacia do falo. No avesso do rebaixamento feminino, provavelmente, encontra-se o reconhecimento do seu poder (de desmascarar o falo), razão pela qual o feminino é interpretado como ameaçador. Entre o reconhecimento desse poder e o rebaixamento do feminino à categoria de inferior, existe uma lacuna que valeria a pena examinar. Será essa lacuna o que, a partir dos nossos processos psíquicos, reproduz-se no preconceito contra a mulher, ainda que ele se expresse em situações aparentemente banais como as que ouvi no curso sobre a Escrita, quando alunos e alunas me diziam que, sem sobra de dúvida, os melhores autores são sempre homens e nunca mulheres.

Se recorrermos brevemente às formulações psicanalíticas sobre a constituição do sujeito (feminino e masculino, independentemente do sexo anatômico) – ou do Complexo de Édipo, como em geral se fala em psicanálise –, para ver o que elas nos dizem sobre isso, veremos que elas descrevem o processo da recusa do feminino como um movimento defensivo, colocando-o no centro mesmo da formação do nosso psiquismo. Esta é, aliás, a ênfase dada por Freud em uma importante teorização que, embora tardia, redimensiona a importância do pai na constituição do sujeito e, a partir daí, passa finalmente a atribuir à mãe um lugar de importância fundamental. Nessa nova formulação sobre o Complexo de Édipo, tanto para o menino como para a menina, “a mãe é a grande sedutora” (FREUD, 1932, p. 151)¹⁷. Duas décadas e meia depois dessa menção, Lacan¹⁸ apresentará uma teoria do Édipo em três tempos, através dos quais o sujeito humano toma distância do absolutismo do desejo materno, a fim de não sucumbir na inarticulação e no imediatismo narcísico da realização das necessidades, se não na psicose.

¹⁶Para compensar esta lacuna, contudo, indico a excelente introdução escrita por Rose Marie Muraro para o livro *O martelo das feiticeiras*, uma espécie de manual utilizado durante séculos pelos inquisidores em sua “caça às bruxas”. Segundo Muraro, a perseguição sofrida pelas mulheres acusadas de bruxaria baseava-se no fato de que elas demonstravam capacidade para desempenhar atividades permitidas culturalmente apenas aos homens, como, por exemplo, as práticas de cura. Cf. MURARO. Breve introdução histórica, p. 5-17.

¹⁷FREUD. Feminilidade, p. 149. Lembro que, segundo Laplanche, é essa sedução, que, por seu caráter traumático, coloca o psiquismo em serviço, fazendo-o trabalhar para se defender do excesso de excitação pulsional implantada pela sexualidade do outro materno no corpo do bebê. Cf. LAPLANCHE. Da teoria da sedução restrita à teoria da sedução generalizada. *Teoria da Sedução Generalizada*.

¹⁸LACAN. O Seminário Livro 5: *As formações do inconsciente*.

Neste ponto, não seria o caso de pensar que essas formulações psicanalíticas, começando por admitir o reconhecimento do poder feminino, terminam por ressaltar a, digamos, face horrível desse poder¹⁹, perpetuando as defesas que estão por detrás do preconceito contra a mulher?

Não gostamos de nos lembrar disso, mas Freud²⁰ chegou a afirmar que, devido à precária capacidade de sublimação do sexo feminino, a mulher tinha contribuído muito pouco para a civilização. A contribuição maior da mulher, segundo Freud, foi a invenção do trançar e do tecer, com os quais ela poderia cobrir em seu corpo o lugar onde lhe falta um pênis. Ficamos meio constrangidos quando lemos a pena de Freud escrever que a mulher não nasce psiquicamente mulher, ser mulher é uma construção, uma contingência que pode ou não ocorrer, resultado de um longo processo que, talvez, jamais se complete, processo que envolve trocas, renúncias (como a do orgasmo clitoriano, sexualmente imaturo, para o orgasmo vaginal, prova de maturidade sexual), cicatrização de feridas narcísicas e equivalências (tais como o desejo de ter um bebê, se possível do sexo masculino, em substituição ao pênis que falta). Essas afirmações se somam àquelas com as quais Freud atribui a suposta falta de senso de justiça na mulher ao “prejuízo na formação do seu superego pelo fato de seu complexo de Édipo nunca ser inteiramente dissolvido”²¹. Por último, depois de se ter esforçado para elucidar a problemática do feminino, Freud nos dá uma espécie de tiro de misericórdia, ao dizer: “Não desprezamos [...] o fato de que uma mulher possa ser uma criatura humana também em outros aspectos”²².

Talvez as feministas da década de 1960 tivessem uma certa razão em queimar sutiãs em praça pública, se isso era uma forma de protestar, tendo-se sentido tão insultadas por essas afirmações.

É verdade que não se pode culpar a psicanálise de fomentar o preconceito contra as mulheres, pois esse preconceito vem de longa data e se revela dos modos mais inesperados, tão negativos quanto mais insidiosos. Mas é preciso prestar atenção às consequências do uso de certas formulações psicanalíticas, desde as concepções freudianas que acabei de mencionar, até os aforismos lacanianos “a mulher não existe” ou “a mulher é não toda submetida à ordem fálica”, sobretudo quando descontextualizadas. Se devemos lê-las com a devida atenção, é para que sejam entendidas como descrições teóricas (portanto, derivadas do que se capta do discurso dos pacientes na

¹⁹“Poder abissal”, na designação da psicanalista Belkiss Pandiá Guimarães. Cf. comunicação pessoal feita em 2009.

²⁰FREUD. *Feminilidade*, p. 162.

²¹FREUD (1932). *Feminilidade*, p. 164.

²²FREUD (1932). *Feminilidade*, p. 165.

experiência clínica) e não como algo que preconiza uma suposta deficiência essencial das mulheres. É preciso um esforço, um tempo de reflexão, para que possamos entender a importância dessas formulações: elas nos mostram de que modo cada um de nós, seja homem ou mulher, enfrenta o enigma da diferença entre os sexos. Se não esclarecem muito sobre a razão pela qual o feminino é interpretado como tão ameaçador, pelo menos elas têm o mérito de propor uma relação indissociável entre o “rochedo da castração”²³, o feminino e o recalque, processo constitutivo do psiquismo em geral, e isto para todo sujeito humano.

Para concluir: desconfiemos da ideia de que o “inarticulado”, o “não simbolizável”, o “desorganizado”, o “mortífero”, em algumas formulações de inspiração psicanalítica, tão em voga no momento, referem-se à categoria do feminino. Essas ideias se encontram disseminadas não apenas no campo da psicanálise, mas também na Teoria da Literatura, sobretudo naquela vertente que, inspirada em um certo estruturalismo, parece dialogar com a psicanálise. Ali encontramos a categoria “escrita feminina” para classificar um tipo de texto, mesmo quando é escrito por homens, marcado pela fragmentação ou pela não submissão aos formalismos gramaticais. Logo serão empregadas expressões “texto de gozo”, “texto de língua” e a designação “escrito para não ser lido”, para descrever essa “escrita feminina”.

Desconfiemos dessas classificações, sobretudo quando são empregadas para comparar gêneros e estilos literários. Essa comparação é feita com uma sutil escala de valor que, em um primeiro momento, parece favorecer a “escrita feminina” em relação a uma escrita supostamente regida pela “pretensão totalizante de uma ordem fálica” (ou seja, um texto tradicional, convencional, sem muitas inovações). Mais um passo e essa comparação aproximará a “escrita feminina” da chamada “escrita da loucura”. O problema dessas classificações, embora pareçam bem intencionadas, é perpetuar a ideia de que o feminino é sempre o lugar da desordem, do desregramento, da falta de contorno, da insensatez, da obscuridade (para não dizer do “obscurantismo”). Se o que nutre essas descrições aparentemente enaltecedoras é a certeza, firmemente ancorada em certas defesas de cunho narcísico, de que o lugar da mulher é o da inferioridade e o da menos-valia, será preciso um esforço constante para nos desgrudarmos dessas posições defensivas, sobretudo quando estão cristalizadas.

Que este esforço seja recompensado pelo combate efetivo ao preconceito contra a mulher, onde quer que ele se manifeste.

²³FREUD (1937). *Análise terminável e interminável*, p. 287.

Referências Bibliográficas

- CALVINO, Italo. *Por que ler os clássicos* (1981). Tradução de Nilson Moulin. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.
- FREUD, Sigmund. *Sobre o narcisismo: uma introdução* (1914). Tradução de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1974, p. 85-119. v. XIV da Edição Standard das Obras Completas de S. Freud.
- FREUD, Sigmund. *Conferência XXXIII: Feminilidade* (1932). Tradução de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1976, p. 139-165. v. XXII da Edição Standard Brasileira das Obras Completas de S. Freud.
- FREUD, Sigmund. *Análise terminável e interminável* (1937). Tradução de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1976, p. 239-287. v. XXIII das Obras Completas de S. Freud.
- LACAN, Jacques. O estágio do espelho como formador do eu tal como nos é revelada na experiência analítica. In: LACAN, J. *Escritos* (1949). Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998. p. 96-103.
- LACAN, Jacques. *O seminário Livro 5: As formações do inconsciente (1957-1858)*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.
- LAPLANCHE, Jean Louis. *Teoria da sedução generalizada* (1987). Tradução de Doris Vasconcellos. Porto Alegre: Artes Médicas, 1988. p. 108-125.
- MURARO, Rose Marie. Breve introdução histórica. In: KRAMER, H.; SPRENGER, J. *O martelo das feiticeiras*. Tradução de Paulo Fróes. 5. ed. Rio de Janeiro: Rosá dos Ventos, 1991. p. 5-17.
- RIVIERE, Joan. A feminilidade como máscara (1929). Tradução de Ana Cecília Carvalho e Esther Carvalho. *Psyche Revista de Psicanálise*, São Paulo, ano IX, n. 16, jul./dez. 2005, p. 13-24.
- ROUDINESCO, Elisabeth; PLON, Michel. *Dicionário de psicanálise* (1997). Tradução de Vera Ribeiro e Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.
- WOOLF, Virginia. A room of one's own (1929). In: *Feminism: the essential historical writings*. Miriam Schneir [Ed.]. New York: Vintage Books, 1972. p. 344-355.
- WOOLF, Virginia. *Orlando*. Tradução de Cecília Meireles. Rio de Janeiro: Abril, 1972.

Diretrizes críticas para o trabalho de intervenção com homens que exercem violência contra as mulheres

Cláudia Natividade¹

Introdução

O tema deste artigo é relativamente novo e, por isso, um desafio se considerarmos tanto a questão da intervenção em si, ou seja, o trabalho com homens que exercem violência contra as mulheres, quanto a proposta de se pensar quais as melhores diretrizes para essa prática. Assim, as reflexões que serão apresentadas aqui, a partir de um paradigma crítico proveniente da psicologia social, estarão também sob a análise crítica do leitor, pois o trabalho com homens ainda tem muito a ser caracterizado, estudado e aperfeiçoado.

A intervenção com homens que exercem violência contra as mulheres é uma prática realizada, em sua grande maioria, por psicólogos. Tal afirmação não necessariamente fecha este campo de ação na área da psicologia, visto que vivemos um paradigma multidisciplinar de atendimento à população em geral e, além disso, caminhamos cada vez mais para alcançar um tipo de intervenção transdisciplinar, transpondo os muros que enclausuram as práticas e as isolam, por consequência. No entanto, cabe ressaltar as grandes contribuições que a psicologia tem a fazer, visto que os profissionais desta área são formados para realizar tanto a intervenção em grupo quanto atendimentos individualizados. Ademais, a maioria das intervenções com homens que exercem violência contra as mulheres apresenta uma interface com o Sistema de Justiça, ou seja, com o aparato estatal de repressão e punição (Polícias, Ministério Público e Poder Judiciário), pois geralmente os homens são encaminhados por essas instituições.

As reflexões expostas aqui partem da experiência, criação, coordenação e supervisão de um programa de grupo nascido dentro de uma Organização Não Governamental mineira, o Instituto Albam, que, desde 2005, atende homens denunciados criminalmente por terem cometido violência doméstica e/ou intrafamiliar². Tal pro-

¹Psicóloga Social, mestre e doutora em Análise de Discurso.

²O programa "Andros: homens gestando alternativas para o fim da violência" atende homens provenientes: 1- do Juizado Especial Criminal (Lei 9.099/95) e que cometeram violência doméstica e/ou intrafamiliar, geralmente contra filhos(as), enteados(as), parentes (pais, primos(as), cunhados(as), etc.) e também vizinhos e amigos; e 2- das Varas de Violência Doméstica (Lei 11.340/09) e que cometeram violência doméstica e/ou intrafamiliar, geralmente contra companheiras ou ex-companheiras, namoradas e outras mulheres que têm relação de intimidade com eles. O período de envolvimento da autora nesse trabalho se refere à sua criação, em maio de 2005, até julho de 2012.

grama está situado em um campo específico – o da psicologia comprometida com as questões sociais – e tem uma metodologia própria, a intervenção em grupo, ocasionalmente conjugada com atendimentos individuais. Os participantes são enviados pelos órgãos do Sistema de Justiça via medida judicial ou transação penal para se incluírem em um grupo reflexivo/responsabilizante de gênero, ou seja, um programa específico cujo objetivo é responsabilizar os participantes por suas práticas violentas a partir das reflexões propiciadas pela coordenação sobre sua forma de estabelecer relações, baseadas, principalmente, nas hierarquias de gênero.

Como é um programa inserido em um cenário de políticas públicas ainda muito recente, que deve ter um recorte crítico e ideológico bastante específico, pois trata-se de uma questão de violação de direitos humanos, as reflexões que se seguem buscam identificar o quanto este trabalho está articulado com a mudança social; quem são estes sujeitos sociais atendidos (ou como deveriam ser vistos e posicionados); a forma de abordagem em grupo e o porquê dessa técnica; o perfil e o tipo de formação dos profissionais que fazem este tipo de intervenção e, por último, quais as articulações institucionais necessárias para a realização deste trabalho. Todas estas variáveis devem ser consideradas de forma articulada, em uma dinâmica bastante específica que pode dizer sobre como estes programas são concebidos, a quais paradigmas eles respondem e com quais eles se comprometem.

O objetivo aqui é pensar diretrizes que localizem estes programas como práticas que tenham um compromisso de transformação da sociedade, tendo como norte a promoção da equidade de gênero e a suspensão das desigualdades sociais que atingem principalmente as mulheres, por meio da violência interpessoal.

A Violência contra as Mulheres

A violência toca a vida de todas as pessoas e seu enfrentamento é considerado uma das mais preocupantes questões de direitos humanos da atualidade. A expressão violência contra as mulheres é sugestiva e, ao mesmo tempo, pouco explicativa para olhos não críticos. Para entender tal fenômeno, é preciso considerá-lo a partir de um paradigma de complexidade, ou seja, entendê-lo como algo multiforme, dinâmico e contextualizado. Entre diversos autores críticos³, o tema da violência contra a mulher é abordado por meio do entendimento da categoria gênero como elemento constitutivo das relações sociais, baseadas, sobretudo, nas diferenças construídas entre os sexos em sistemas de hierarquia e desigualdade.

Saffioti (2004b) explica que as relações de gênero pautadas na hegemonia da

³Excluem-se as perspectivas psicologizantes/patologizantes da violência contra as mulheres. Uma perspectiva crítica é entendida, aqui, seguindo as formulações da Escola de Frankfurt, como aquela que tematiza as relações ideológicas e de poder.

ordem patriarcal, caracterizando-se por relações de poder do tipo dominador-dominado, são fruto de uma construção histórica que ainda rege os padrões de comportamento de nossa sociedade atual. Dessa forma, a violência é entendida como um produto social e, ao mesmo tempo, estrutura a subordinação das mulheres. Isso significa dizer que, para que a violência de gênero se sustente, ela precisa manter a mulher em um lugar de não sujeito, subordinada, dominada, e “por isso ‘atravessa’ as demais relações sociais, sobrepondo-se a elas, e manifestando-se de forma relativamente homogênea em todas as classes e segmentos sociais” (PORTELLA, 2005, p. 93). Segundo Bandeira (2004, p. 404), a ordem social simbólica marcada pela desigualdade “ancora-se, necessariamente, na existência de relações de poder assimétricas, de hierarquias, visíveis ou não, pois se trata, concomitantemente, de uma violência derivada de relações sociais de gênero”.

O primeiro beneficiário desse intrincado sistema social desigual é, principalmente, o homem branco, urbano, de classe média e alta, que tem sua condição social de dominação tida como garantida (CONNELL, 1995, 2005). Os homens, ajudados pelo patriarcado, têm autorização para exercer poder sobre mulheres e crianças e, se possível, utilizar a violência (SAFFIOTI, 2004a). O processo de socialização, tanto de homens quanto de mulheres, opera como uma grande máquina para manter esse sistema e, por um lado, socializa as mulheres para serem ambivalentes, atuando com uma consciência dominada (SAFFIOTI, 2004b) e, por outro lado, socializa os homens para ocuparem o lugar de poder econômico, social e moral da sociedade (CONNELL, 1995, 2005). Assim, quando tematizamos a violência contra as mulheres, falamos de uma especificidade de prática cujas funções, contextos e efeitos são organizados de forma instrumental por quem a pratica.

Partindo dos estudos de Hannah Arendt (2009), entende-se que a violência tem um caráter instrumental porque age por meios que dependem de orientação e de justificação, ou seja, ela tem um fim racional e justificável, de acordo com uma lógica contextualmente vigente. No entanto, a autora adverte que esse fim racional e justificável só pode ser aplicado para atingir objetivos a curto prazo, pois, a longo prazo, não podemos prever as consequências finais da violência:

A própria substância da violência é regida pela categoria meio/objetivo cuja mais importante característica, se aplicada aos negócios humanos, foi sempre a de que os fins corre o perigo de ser suplantado pelos meios que ele justifica e que são necessários para alcançá-lo. Visto que o fim da ação humana, distintamente dos produtos finais da fabricação, nunca pode ser previsto de maneira confiável, os meios utilizados para alcançar os objetivos políticos são muito frequentemente de mais relevância para o mundo futuro do que os objetivos pretendidos. (ARENDE, 2009, p. 18)

No entanto, a autora acrescenta que, por ser uma ação marcadamente estratégica e instrumental, a violência nunca será legítima. Focalizando na questão da legitimidade

dade, ela realça que, ao contrário da violência, o poder não age por justificação, mas por legitimidade e, apesar de a violência ser justificável, nunca será legítima. Para Arendt, o poder é sempre um potencial de poder e existe “entre os homens quando estes agem juntos e desaparece no instante em que eles se dispersam” (ARENDDT, 1981, p. 212). Poder é uma habilidade humana, mas não a propriedade de um indivíduo, pois ele guarda a característica de ação em concerto, ou seja, pertence a um grupo e, quando nós referimos a alguém com poder, isso significa que ele(a) foi empossado nesse lugar por determinado grupo e, por isso, o poder é uma situação metafórica.

Como afirma Arendt (2009, p. 69), “poder e violência, embora sejam fenômenos distintos, usualmente aparecem juntos”. Tanto um quanto outro podem apresentar-se como estado puro – o caso de uma invasão com objetivos de dominação, ou mesmo o imperativo do cano de uma arma –, mas o mais comum é que poder e violência sejam intercambiantes nas relações. Muitas vezes, o poder costuma ser o momento primeiro de uma prática de violência e, nesse caso, “a violência sempre pode destruir o poder” (ARENDDT, 2009, p. 70). Isso significa dizer que a violência aparece onde o poder se está esvaindo e, por isto, toma o lugar deste, desfazendo-o e, por vezes, aniquilando-o.

Apesar da diferenciação e, ao mesmo tempo, da íntima relação exposta entre poder e violência, não se pode dizer que um seja o oposto do outro. Minayo e Souza (1998) afirmam que o contrário da violência é a cidadania e a valorização da vida, ou seja, a definição de violência e de sua contraparte deveria ser questão conceitual que tematizasse a práxis sociopolítica, visto que os processos violentos inibem, enfraquecem e minam o potencial humano.

Nas definições explicitadas até o momento, surgem importantes conceitos ligados à violência, compondo uma rede conexas de significados. Em um primeiro plano, podemos identificar que a violência tem um caráter instrumental, ou seja, ela é direcionada a algo/alguém como ato de imposição, como espécie de agir humano. Em um segundo momento, ocorre mediante determinados contextos e condições sociopolíticas específicas. Em um terceiro, identificamos o resultado das práticas violentas como negativas e danosas.

Com relação ao primeiro aspecto, de que a violência é instrumental, falamos precisamente de sua forma, ou seja, pensamos inevitavelmente que as escolhas dos atos violentos têm direcionalidade. Com relação ao segundo, de que a violência é contextualmente sensível, tematizamos a configuração de exercício dela, ou seja, um ambiente de autorização, desigualdade e afirmação radical de uma parte sobre outra. Quanto ao terceiro aspecto, de que a violência tem efeitos negativos, colocamos em foco o resultado dessa maquinaria que subjugua, danifica e explora sujeitos. Assim, quando tematizamos a violência contra as mulheres a partir da perspectiva crítica, con-

sideramos sempre suas funções, contextos e efeitos, conforme explicitado acima.

Panorama geral dos programas de intervenção com homens que exercem violência contra as mulheres

Historicamente, os trabalhos com homens que exercem violência contra as mulheres iniciaram-se no final dos anos 1970, início dos anos 1980, nos Estados Unidos da América e no Canadá. O mais antigo deles é o Counseling and Education to Stop Domestic Violence (EMERGE)⁴, que, desde 1977, organiza as ações no âmbito dos Estados Unidos. Outro programa de referência internacional é o chamado modelo Domestic Abuse Education Program (DULUTH)⁵, que foi implantado em Minnesota (USA) desde 1980 e tem base conceitual cognitivo-comportamental. Na Europa, o programa UK Membership Association for Domestic Violence Perpetrator Programmes and Associated Support Services (RESPECT)⁶ preconiza ações integradas com os serviços de atendimento às mulheres, e o programa Work with Perpetrators of Domestic Violence in Europe (DAPHNE)⁷, que, desde 2006, provê uma ampla base de informações sobre as intervenções com homens na Comunidade Europeia. O que esses programas têm em comum é o objetivo primeiro de garantir maior segurança às mulheres, partilhando de uma base conceitual pró-feminista.

Na América Latina, a pesquisa de Toneli *et al.* (2010) mapeou trabalhos em cinco países: Argentina, Honduras, México, Nicarágua e Peru. No Brasil, o trabalho do Instituto Noos e o Núcleo de Atenção à Violência (NAV), ambos no Rio de Janeiro, são apontados na pesquisa destes autores. As metodologias desses programas são, de certa forma, congruentes, pois têm estratégias de abordagem em grupo, por meio de oficinas, sendo que alguns (NAV, no Rio de Janeiro, e os programas na Argentina) atendem também, individualmente, os homens. As linhas teóricas adotadas são, por sua vez, diversas, com perspectivas terapêuticas/psicologizantes (desde a terapia sistêmica até a psicanálise lacaniana), outras com perspectivas de gênero e feminista (foco nas relações de poder e na construção de masculinidades) e ainda outras de cunho cognitivo-comportamental. A diversidade “parece indicar não haver uma linha única para o tratamento de um problema social desta relevância” (TONELI *et al.*, 2010, p. 239).

Com relação ao objetivo desses programas, Toneli *et al.* (2010) identificaram

⁴Disponível em: <http://www.emergedv.com/> .

⁵Disponível em: <http://www.theduluthmodel.org/index.php> .

⁶Disponível em: <http://www.respect.uk.net/> .

⁷Disponível em: <http://work-with-perpetrators.eu/es/index.php> .

uma linha comum que atua com o consenso de que é preciso que os homens parem com suas práticas violentas. No entanto, eles advertem que há compreensões diferentes sobre o que isso significa e sobre como deve ser processado. Comentam, também, que a maioria dos programas tem consciência de que é necessário propiciar espaços reflexivos para que os homens possam mudar as relações pessoais e interpessoais com sua masculinidade, com o fim de obter modificações mais substanciais e duradouras.

Discutir uma intervenção com homens que exercem violência contra mulheres não é tarefa fácil no nosso momento histórico. Muitos estudos e pesquisas sobre masculinidade, violência e possibilidades de intervenções nesses campos têm suscitado discussões nem sempre confortáveis, para não dizer contraditórias, desses temas. O grande movimento dessa área e seus tons altamente críticos suscitam ora opiniões a favor da intervenção com os homens, ora contra tais práticas. O fato mais marcante nesse contexto é que ainda observamos uma espécie de mal-estar profundo nos segmentos que historicamente militaram e intervieram nas questões relacionadas com a violência contra mulheres, especialmente dentro do Movimento Feminista. É importante ressaltar que esse processo, apesar das suas tensões, é o grande responsável para pensarmos e referendarmos as boas práticas existentes, bem como criticar aquelas que consideramos negligentes e perigosas para as mulheres.

Os debates que criticam as intervenções com homens que exercem violência contra mulheres estão relacionados com: a) os recursos destinados a essas práticas, que, na visão de alguns, concorrem com aqueles destinados às mulheres; b) os tipos de práticas e visões do fenômeno da violência contra as mulheres que, necessariamente, devem estar relacionados com uma perspectiva de gênero, sendo considerados inadequados os outros tipos de abordagens; c) intervenções com abordagens reducionistas que minimizem o ato dos agressores e/ou que tenham formatos instrutivos e/ou teorizantes em detrimento dos formatos reflexivos. Todas essas críticas, certamente pertinentes, conduzem-nos a conceber uma prática cuja principal característica seja o foco das intervenções com homens a partir da perspectiva das mulheres, de suas necessidades, suas condições e seus desejos.

Apesar de serem diversos, os formatos de intervenção com homens no Brasil seguem uma perspectiva reflexivo/responsabilizante e, neste caso, chamamos a atenção para a estratégia/meta de responsabilização dos homens nos chamados grupos reflexivos de gênero⁸. Por esta razão, neste momento, discutiremos algumas questões que poderiam nortear esta prática, de forma que ela propicie uma mudança social e refle-

⁸Em 2008, a Secretaria de Políticas para as Mulheres do governo federal organizou um seminário para discutir as diretrizes dos programas de intervenção com homens agressores. No entanto, não encontramos, até a presente data, uma norma técnica organizada, fato que dificulta saber qual o entendimento do governo brasileiro sobre a questão. Direccionamos, portanto, o leitor para o site: http://www.sepm.gov.br/noticias/ultimas_noticias/2008/07/not_workshop_reabilitacao_agressor/?searchterm=agressores. Acesso em: 3 dez. 2010.

xões que apontariam para o paradigma teórico utilizado, os formatos e as técnicas utilizadas.

Uma intervenção com compromisso social

Partindo das reflexões de Bock (1999) e de várias outras publicações (BOCK, A. M. B.; GONÇALVES, M. G. M.; FURTADO, O., 2009 e BOCK, A. M. B.; GONÇALVES, M. G. M., 2009) em que o tema central é o fazer psicológico crítico, procuraremos traçar algumas diretrizes que consideramos fundamentais para a intervenção com homens que exercem violência. Enquanto prática comprometida com o social, com a melhoria da qualidade de vida e atuando em um problema que diz respeito à violação dos direitos humanos, procuraremos responder às questões propostas por esta autora, mais especificamente àquelas apresentadas em seu trabalho de 1999⁹. Acrescentaremos ao final mais duas observações/recomendações que, segundo nosso entendimento, parecem importantes para organizar o campo de intervenção de forma comprometida, tentando ampliar, portanto, o debate sobre o tema.

A primeira questão proposta por Bock (1999) para se pensar o trabalho da psicologia que demonstra compromisso social diz respeito à observação de que ele, necessariamente, deveria “apontar para a transformação social, para a mudança das condições de vida da população brasileira” (BOCK, 1999, p.325). Ela acrescenta que, neste caminho, o psicólogo deve atuar de forma ampla, não somente para o indivíduo que atende, como se este estivesse isolado da realidade social que o constitui, por sinal, e por ele é constituída. Assim, uma intervenção, mesmo que individual, deveria ser vista (e vivida) como uma ação social, ou seja, posicionada, crítica e com a consciência de que ela atua na sociedade e na cultura.

Ao observar este ponto no trabalho de intervenção com homens que exercem violência contra as mulheres, nós nos deparamos com as perguntas: em que medida ela poderia corroborar para a mudança social? Ela melhora a qualidade de vida de quem? Qual o seu ponto focal?

Em resposta a estas perguntas, salientamos a necessidade de que as intervenções com os homens, para se instituírem como colaboradoras com a mudança social, devem considerar a violência contra as mulheres como um fenômeno organizado em um campo de desigualdades, como abordado no tópico anterior deste artigo. Uma intervenção pautada por uma perspectiva crítica supõe o entendimento das dinâmicas de poder desiguais que se encontram instaladas aí; a prática da violência como algo

⁹Neste trabalho, Bock (1999) ressalta: 1- a necessidade do trabalho da psicologia estar relacionado com a transformação social; 2- o paradigma de promoção mais do que o paradigma da doença, como norte da prática psicológica; e 3- a adequação das técnicas psicológicas com os contextos e questões que se pretende intervir.

instrumental e intencional; o entendimento do fenômeno psicológico como produto/produtor da/na relação violenta; o entendimento, ainda, das amarras socioculturais desta experiência humana, ou seja, como fenômeno proveniente das relações de gênero sócio-historicamente organizadas em sistemas de desigualdade. Assim, devemos considerar as várias características psíquicas e interpessoais das pessoas em situação de violência como profundamente influentes/influenciadas pelo contexto que elas vivem, ou seja, o contexto de violação de direitos. O trabalho a ser feito com os homens violentos deve impactar na qualidade de vida deles e, mais marcadamente, na qualidade de vida das mulheres. Desta forma, o foco da intervenção é a relação que estas pessoas têm/estabelecem e a forma como ela deverá ser construída com base numa sensação de bem-estar compartilhado.

Pode parecer estranho afirmar que o trabalho com os homens é feito também para as mulheres, mas na lógica de compromisso com a transformação social, ou seja, esta prática deve propiciar, em primeira instância, maior segurança às mulheres, ou seja, o foco principal se direciona àquelas que têm os direitos violados. É claro que os homens podem usufruir dos benefícios da intervenção e, para isto, é necessário que eles renunciem às suas práticas violentas e, por consequência, aproximem-se das mulheres, apoiando-as, reconhecendo-as, valorizando-as.

A segunda questão proposta por Bock (1999) é avaliar a ancoragem da prática psicológica, ou seja, se o sujeito e a realidade social são pensados a partir da perspectiva da doença ou da promoção da saúde, perspectivas bem diferenciadas. A autora comenta que o psicólogo pode (e deve) posicionar sua prática fora do paradigma médico, ou seja, afastar-se do conceito de doença para atuar na promoção da saúde, compreendendo o sujeito como “alguém que, ampliando seu conhecimento e sua compreensão sobre a realidade que o cerca, se torna capaz de intervir, transformar, atuar, modificar a realidade” (BOCK, 1999, p. 327). Acrescenta ainda que a doença é uma realidade e pode ser uma possibilidade de intervenção; no entanto, a psicologia não deveria tê-la como eixo central de sua prática profissional.

Ao pensar a prática de intervenção com homens que exercem violência contra as mulheres, tratamos, majoritariamente, de um problema que se situa na relação que estes sujeitos estabelecem com seus pares, mais especificamente as mulheres com quem têm relação de intimidade e/ou conjugalidade. Não se trata de homens enfermos, que precisam ser tratados, mas de homens que se posicionam nas relações interpessoais de forma hierárquica, realçando assim o sistema de desigualdade constitutiva, estrutural, mas não necessariamente imutável das relações de gênero. Posto isto, não significa dizer que estes homens não têm um *quantum* considerável de sofrimento psíquico, aflições, angústias, ansiedades e, até mesmo, sintomas mais próximos de um contexto de doença, tais como a depressão e até múltiplos transtornos psicológicos. Em

termos de paradigma de intervenção, o que se deseja quando os homens são posicionados fora deste enquadramento de doentes é pensá-los e, por consequência, considerá-los como sujeitos com problemas em suas relações, considerá-los como atores ativos e sociais que podem (e devem) modificar a realidade que vivem.

Este enquadramento nos leva à terceira questão proposta por Bock (1999), qual seja, a técnica utilizada para se intervir nos problemas sociais. A autora acrescenta que uma intervenção, enquanto técnica, deve estar relacionada com a realidade social que pretende intervir, deve estar, portanto, “comprometida com a crítica a esta realidade a partir da perspectiva de nossa ciência e de nossa profissão” (BOCK, 1999, p. 327). O atendimento a homens que exercem violência contra as mulheres e que têm problemas relacionais deve ser feito, preferencialmente, por meio de uma técnica que propicie o desenvolvimento daquilo que é necessário para que eles estabeleçam relações saudáveis e cooperativas, ou seja, uma técnica radicalmente interativa; tal como a experiência em grupo, em que eles tenham a possibilidade de viver, no ambiente do grupo, relações com diferentes pessoas e variados pontos de vista, produzindo assim uma dinâmica de diversidade e pluralidade.

Ainda sobre a técnica de uma psicologia comprometida com a mudança social, Bock (1999, p. 327) aponta a necessidade de se “criar psicologia, adaptando a realidade que se nos apresenta”. O trabalho de inclusão de participantes nos grupos via medida judicial, contrariando, assim, a ótica da demanda voluntária tão cara para a psicologia, parece-nos um meio de inventar um campo e uma prática da/para a psicologia. Seria, portanto, uma forma de aproximação desta ciência com um campo bastante hermético, tal como o Poder Judiciário e seus mecanismos de penalização e criminalização, criando assim outras possibilidades de tratar as questões de violações de direitos de forma diferenciada como tradicionalmente tem sido abordada.

No contexto de encaminhamento compulsório aos grupos, salientamos que fica afastada a possibilidade de os homens fazerem a sua inclusão nos programas – no caso de forma voluntária – com o objetivo de ludibriarem as mulheres com um discurso que o fazem para se tratarem, melhorarem seu comportamento, etc. Nos diversos argumentos utilizados por eles para participarem do trabalho e, com isto manterem a relação violenta, o foco pode ficar distorcido, visto que, de acordo com a perspectiva apresentada aqui, um dos principais objetivos é a responsabilização dos homens, o que supõe um autojulgamento e não somente uma mudança superficial, algo cosmético.

Após a exposição e argumentação utilizando os três aspectos propostos por Bock (1999), apresentamos mais duas diretrizes que são merecedoras de atenção quando pensamos a psicologia como transformadora da realidade. Uma questão se refere à formação e ao perfil dos profissionais que fazem este tipo de intervenção e a outra diz respeito às articulações necessárias à implantação e ao funcionamento destes

programas.

Com relação à formação e ao perfil dos profissionais que fazem este trabalho, parece-nos central estipular que eles devem ter uma formação específica, tanto aquela que aborda as questões teóricas relacionadas com o tema em si, obviamente dentro do paradigma crítico, quanto uma desejável postura política que consiste no posicionamento ideológico em conformidade com um paradigma dos direitos humanos. Estas características nos garantem uma intervenção não banalizadora da violência, o entendimento de que a violência contra as mulheres é um fenômeno histórico e culturalmente localizado, com estratégias instrumentais e intencionais e, por fim, que os homens devem ser abordados como aqueles que podem (e devem) estabelecer outras relações com o mundo, baseadas por outros valores que não a hierarquia e submissão do outro. Ainda com relação aos profissionais que fazem a intervenção, consideramos de fundamental importância a presença das mulheres, tanto na concepção destes programas quanto na participação cotidiana da coordenação destes grupos ou nas abordagens individuais. Esta diretriz pode promover vários efeitos na intervenção, entre eles, a oportunidade destes homens estabelecerem relações com mulheres em situação de poder, bem como vivenciar no grupo a interlocução com as representantes de posições que precisam ser reconhecidas, referenciadas, escutadas, ou seja, as posições das mulheres.

Com relação às articulações para a implantação e o funcionamento destes programas, chamamos a atenção para vários pontos: a) a necessidade de eles se articularem com o Judiciário, via medida judicial; b) o estabelecimento de diálogos constantes com a rede de atendimento às mulheres; e c) a publicização de suas práticas.

A articulação dos programas que atendem homens que exercem violência contra as mulheres com o Judiciário é de fundamental importância, pois garante uma intervenção marcadamente articulada com o conteúdo material e simbólico de responsabilização e a necessidade de reparação da violência praticada. Uma intervenção organizada via adesão voluntária – e não via adesão por medida judicial – poderia receber tanto participantes comprometidos com uma mudança pessoal necessária para a melhoria de suas relações, quanto aqueles participantes que, desejando manter uma relação violenta, entram nos programas criando uma ilusão no campo de suas relações e, com isto, aumentam o tempo de exposição e controle das mulheres à violência.

Os diálogos com a rede de atendimento às mulheres é outra diretriz fundamental para a implantação e o funcionamento de programas com homens. Este aspecto traz benefícios tanto com relação aos formatos e diretrizes desejáveis da intervenção, quanto pelo estabelecimento de práticas congruentes e complementares ao atendimento das mulheres e ao tratamento das questões via Justiça.

E, por fim, é desejável que toda a intervenção com os homens que exercem violência contra as mulheres seja publicizada, principalmente com a constância de visi-

tas de atores institucionais da rede de atendimento às mulheres em situação de violência. Como prática que deseja intervir em problemas sociais, entre eles a questão da violência, um programa assim pode manter sua vivacidade a partir da publicização constante de seu cotidiano, de seus dados, do estabelecimento de diálogos e, sobretudo, pela abertura de suas portas para as proposições dos vários atores da rede na qual ele se encontra alocado.

Considerações finais

Cada vez mais, o trabalho com os homens que exercem violência contra as mulheres se delinea como uma prática que deve ser articulada a partir da perspectiva das mulheres. Isto significa dizer que toda a sua concepção e seu manejo, ou seja, a sua orientação deve voltar-se para o reconhecimento e a valorização das mulheres, cessando assim as práticas violentas a elas dirigidas. Desta forma, o posicionamento ideológico destes programas é de fundamental importância para sua concepção, implantação e seu funcionamento, pois este é o fio condutor de uma prática que poderá, ao intervir com os homens, gerar efeitos de mudança social na condição das mulheres, o lado que teve seus direitos violados. Como sujeitos sociais ativos e históricos, os homens que têm práticas violentas necessitam de uma intervenção que desmistifique sua posição hierárquica e, para isto, é preciso que os programas os escutem, tenham ações contextualizadas e sejam, por fim, portadores das vozes das ausentes, daquelas que foram negligenciadas, não escutadas, não reconhecidas, ou seja, as mulheres que esperam ocupar outros lugares nas relações.

Referências Bibliográficas

- ARENDRT, H.. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1981.
- ARENDRT, H. *Sobre a violência*. Tradução de André Macedo Duarte. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- BANDEIRA, L. Três décadas de resistência feminista contra o sexismo e a violência feminina no Brasil: 1976 a 2006. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 24, n. 2, maio/ago. 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69922009000200004&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 9 fev. 2011.
- BOCK, A. M. B. A psicologia a caminho do novo século: identidade profissional e compromisso social. *Revista Estudos de Psicologia*, v. 4, n. 2, p. 315-329, 1999.
- BOCK, A. M. B.; GONÇALVES, M. G. M.; FURTADO, O. (Org.). *Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia*. São Paulo: Cortez, 2009.
- BOCK, A. M. B.; GONÇALVES, M. G. M. (Org.). *A dimensão subjetiva da realidade: uma*

leitura sócio-histórica. São Paulo: Cortez, 2009.

CONNELL, R. W. *Masculinities*. 2nd ed. Los Angeles, California: University of California Press, 2005.

CONNELL, R. W. Políticas da masculinidade. *Revista Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 185-206, 1995.

MINAYO, M. C.; SOUZA, E. R. Violência e saúde como um campo interdisciplinar e de ação coletiva. *Revista História, Ciência e Saúde*, Manguinhos, v. IV, n. 3, p. 513-531, nov. 1997/ fev. 1998.

OLIVEIRA, S. (Org.). *A mulher brasileira nos espaços público e privado*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2004b.

PORTELA, A. P. Novas faces da violência contra as mulheres. In: BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. *Marcadas a ferro*. Brasília, 2005.

SAFFIOTI, H. *Gênero, patriarcado e violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004a.

SAFFIOTI, H. Gênero e patriarcado – violência contra mulheres. In: VENTURI, G.; RECAMÁN, M.; OLIVEIRA, S. (Org.). *A mulher brasileira nos espaços público e privado*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2004.

TONELI, M. J. F. et al. (Org.). *Atendimento a homens autores de violência contra as mulheres: experiências latino-americanas*. Florianópolis: UFSC/CFH/NUPPE, 2010.

O feminino no discurso: os chistes e sua relação com a fantasia masculina de depreciação sobre a mulher

Izabel Haddad Marques Massara¹

Júnia Maria Campos Lara²

Luciana Maria Silva Franco de Assis³

Resumo

O presente texto trata dos chistes que tem como tema principal o objeto feminino, e sua possível relação com a tendência muito apropriada ao tipo de amor masculino de desvalorizar o objeto feminino como condição para amar. Para tecer tal análise, faremos um contraponto entre as teorias freudianas sobre o papel do chiste na economia libidinal, as tendências masculinas na psicologia da vida amorosa e o elemento narcísico presente na fantasia de degradação da mulher, que é vista imaginariamente como castrada, privada de algo e, por isso mesmo, depreciada em alguns aspectos. **Palavras-chave:** mulher; chiste; inconsciente; depreciação, narcisismo.

Introdução

*Harpia! Aranha!
Sabedoria de rapina
E de enredar, de enredar
Perua! Piranha! [...]
Prá rua! se manda!
Sai do meu sangue
Sanguessuga
Que só sabe sugar
Pirata! Malandra!
(Caetano Veloso)*

O trecho da música de Caetano Veloso, “Não enche”, que serve de epígrafe ao

¹Izabel Haddad é psicanalista, doutoranda em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais e professora convidada do curso Psicanálise, Feminilidade e Cultura, no Centro Universitário Newton Paiva.

²Júnia Lara é psicóloga, mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina e coordenadora do curso de Psicologia do Centro Universitário Newton Paiva.

³Luciana Franco é psicóloga, mestre em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e professora do curso de Psicologia do Centro Universitário Newton Paiva.

nosso artigo, ilustra de saída a questão que pretendemos analisar: a depreciação da mulher pelo discurso. Ao referir-se a uma personagem feminina, a voz masculina que entoada a melodia desqualifica, diminui e degrada a mulher com palavras que soam como chiste, pois, sozinhas, podem não significar nada, mas com a sequência metonímica que encontram nas frases chegam ao seu destino certo: difamar a mulher ou, como Lacan já disse, em seu Seminário *Mais, ainda*, “La femme ont la diffame” (LACAN, 1972 [1985], p. 79). Na psicanálise lacaniana, difamar a mulher aparece como elemento do inconsciente, que não pode ser decifrado por inteiro, participando de uma meia verdade. A mulher só pode ser dita por meias palavras, pela meia verdade encarnada, nesse caso, como queremos demonstrar, pelo chiste.

As reflexões presentes aqui serão tecidas com base em observações simples, presentes em nosso cotidiano, a respeito das piadas chistosas que têm como objeto a mulher. Nosso objetivo principal é estabelecer a relação desses achados da vida cotidiana com duas teses freudianas: a primeira sobre a tendência à depreciação na esfera do amor e a segunda sobre os chistes e sua relação com o seu efeito no inconsciente.

Sabemos que, na construção da Teoria da Psicanálise, Freud lançou mão de temas aparentemente sem importância, como os sonhos e os atos falhos, para colocar em evidência o sujeito que está implicado com as produções de seu inconsciente. Entre suas criações estão sintomas, devaneios, atos falhos e os chistes. Com isso, justificamos a escolha de um elemento muito corriqueiro e popular em nossa cultura, nomeado de piada ou anedota, a fim de analisar, segundo a Teoria da Psicanálise, o motivo dos chistes e o valor do elemento cômico para o alívio de uma tensão psíquica. Nesse caso, analisaremos o conteúdo desses remos feitos com a tendência clara à depreciação das mulheres, ou àqueles sujeitos que se reconhecem sobre essa rubrica.

A questão principal a ser respondida é: qual a relação entre os chistes, que têm como tema a figura da mulher, e o alívio de uma tensão psíquica atingido ao longo do processo de criação e comunicação do chiste? E em que ponto a teoria dos chistes pode dialogar com a teoria sobre a tendência à depreciação na esfera do amor para explicar essa ocorrência linguageira das piadas? A tensão liberada com esse tipo de recurso da língua estaria diretamente relacionada ao lugar ocupado pelo objeto feminino na fantasia masculina? O que Freud concedeu como um “narcisismo das pequenas diferenças” (FREUD, 1917) localiza a mulher como representante de uma minoria, um resto, efeito do processo da linguagem?

É enorme o número de mensagens eletrônicas que recebemos todos os dias, cujo conteúdo se refere a alguma faceta cômica sobre o gênero feminino. A partir dessa coleção de chistes que insistem em apresentar a mulher de forma pejorativa e, de certo modo, degradada, mostra-se claramente a repetição do elemento depreciador da figura feminina na fantasia masculina. A maioria delas tem como tema as relações entre um

homem e uma mulher e suas patentes diferenças.

As piadas que circulam no discurso nos levam a pensar na relação que poderia existir de forma latente entre a fantasia masculina e a degradação da mulher pelo chiste. O lugar da mulher na sociedade em vários discursos e épocas e a forma como a mesma se inseriu na cultura, na época em que Freud escreve seus textos e ao longo dos anos, deixa claro que algo da fantasia masculina, ou do próprio discurso dos homens, aqueles que detêm o que Maria Rita Kehl (2008) chama de verbo⁴, apreende a mulher em um determinado lugar fixado pulsionalmente.

A fantasia masculina aparece velada pelo cômico, pelo chiste e pelo humor⁵ e, com isso, mantém-se sob a forma de piadas dirigidas às mulheres. A tese principal que queremos defender está na ligação do chiste, que toma a mulher como tema de suas brincadeiras cômicas, e a própria estrutura da fantasia masculina apontada por Freud no texto “Uma tendência à depreciação na esfera do amor” (FREUD, 1912).

O discurso sobre a mulher na cultura

Nas sociedades gregas, a opressão da mulher adquiriu sua forma mais refinada: mulheres e escravos pouco se diferenciavam, sendo ambos desprovidos de qualquer tipo de direito na sociedade. O filósofo Sócrates definiu essa relação entre gêneros da seguinte forma: “Aos homens, a política; às mulheres, a casa”, sendo a política a função mais nobre de uma sociedade civilizada como a grega. A “querida mulher” (LACAN, 1973 [1985], p. 133) era uma criada do marido e com ele compartia o leito, mas não a mesa. O homem, nesse caso, adquiria o direito de vendê-la como escrava. A escrava e mulher não podia dirigir-se ao marido por seu nome próprio, mas deveria chamá-lo de senhor. Caso se tornasse uma adúltera, pagaria com a própria vida ou com a liberdade. Diante desse cenário, muitas das mulheres da época preferiam a prostituição ao matrimônio. A mulher encarnava a figura de escrava e objeto do homem.

Nos tempos bíblicos, os judeus também viviam em sociedades patriarcais, nas quais imperava a monogamia, exclusivamente feminina, já que a poligamia era o destino dos homens. Lembremo-nos do Rei Salomão, que contava com 700 mulheres e 300 concubinas. A mulher judia carecia de quaisquer direitos, era usada pela própria família como objeto de troca e seu casamento representava um comércio como qualquer outro. Sua virgindade era um produto, e caso não se casasse virgem, deveria ser apedrejada; castigo este também imputado à mulher que traía o marido.

⁴A autora – diante do fato de que os homens que escreveram a história da ciência, que foram eles que, por longo tempo, detiveram a palavra – coloca que o falô é o verbo.

⁵O cômico, o humor e o chiste foram analisados por Freud como categorias diferentes no texto de 1905, “O chiste e sua relação com o inconsciente”.

Conforme se foi difundindo, a religião cristã foi introduzindo no cerne de seu discurso algumas formas de discriminação contra as mulheres, oriundas das culturas judaica e greco-romana. São Paulo pregava que a mulher não podia ensinar como [faziam] os homens e, se quisesse aprender algo, que o fizesse em silêncio, com sujeição. Santo Agostinho defendia que as mulheres deveriam ser submissas aos homens, pois a natureza mais fraca deveria submeter-se à mais forte. Segundo a *Bíblia Sagrada*, a partir da lenda de Adão e Eva, a mulher foi a precursora dos pecados do mundo, tendo arruinado a felicidade humana com seu poder de sedução. Desde aqueles tempos imemoriais, a mulher é a causa do desejo do homem. As lendas cristãs revelam uma face misógina que atingiu o seu ápice na Idade Média, quando a mulher autônoma e dona de ideias próprias era considerada impura e feiticeira. Nesta mesma época, milhares de mulheres foram presas, torturadas e assassinadas na Europa e no Novo Mundo. O simples fato de se destacarem em suas comunidades pesava sobre seu destino. Muitas morreram, simplesmente, por defenderem os seus direitos de exercer atividades de parteiras e curandeiras. As mulheres sempre estiveram ligadas à natureza e ao misticismo.

Mesmo nas sociedades burguesas, as mulheres foram excluídas de várias profissões, bem como das universidades e das funções públicas; posição sustentada pelo discurso dos médicos e filósofos da época. Os revolucionários norte-americanos, ao elaborarem a notória “Declaração da Independência”, deixaram clara a sua posição de superioridade sobre as mulheres. Jean-Jacques Rousseau, principal filósofo democrático do século XVIII, considerava que a mulher havia sido criada pela natureza para agradar ao homem e ser subjugada por ele. Foi somente Nicolas de Condorcet, pensador e filósofo francês, homem do Iluminismo, que se atreveu a abraçar a causa da emancipação política das mulheres.

Assim, foi somente após a Queda da Bastilha – quando uma comissão de mulheres levou um manifesto à Assembleia Nacional Francesa – que as representantes do sexo feminino começaram a se rebelar contra a opressão histórica que pesava sobre elas. Contudo, as revoluções em curso, mais do que burguesas, eram masculinas e os Códigos Civil e Penal franceses, aprovados respectivamente em 1804 e 1808, sob o governo de Napoleão Bonaparte, estabelecia que a mulher devia obediência ao homem. Seriam precisos ainda mais de um século de lutas para que as mulheres pudessem, finalmente, usufruir de direitos sociais, políticos e civis iguais aos dos homens. Seria necessário realizar um movimento social, filosófico e político = o Feminismo – que tivesse como meta a exigência de direitos iguais entre homens e mulheres; um movimento no qual as mulheres queimaram seus sutiãs para exigir uma sociedade livre de padrões opressores baseados em normas de gênero.

Atualmente, os direitos das mulheres constituem uma condição elementar das

democracias modernas. Porém, no discurso social, fica evidente o mal-estar que se revela em vários aspectos em relação à desigualdade entre os gêneros. Contudo, a ideia da psicanálise é pensar no discurso inconsciente que reconhece a todos como marcados, de forma única, pelo significante dado pela linguagem. Logo, a teoria psicanalítica nos ajuda a pensar por que ainda persiste um prazer cômico obtido por meio da prática habitual e socialmente aceita da pilhéria sobre a condição feminina. Em relação a esse tipo de ações, a psicologia freudiana pode lançar luz sobre alguns pontos.

Os chistes e o inconsciente

Em 1905, Freud publica o texto “Os chistes e sua relação com o inconsciente”, afirmando que os chistes não vêm recebendo tanta atenção filosófica quanto merece devido ao papel que desempenham na nossa vida mental. Os chistes são tratados em conexão com o tema do cômico e, de acordo com um autor, Fischer, que Freud cita, “o chiste é algo cômico de um ponto de vista inteiramente subjetivo, isto é, algo que nós produzimos que se liga a nossa atitude como tal e diante de que mantemos sempre uma relação de sujeito nunca de objeto” (FREUD, 1905 [1980], p. 21). O chiste retira o sujeito da posição de objeto e o põe comandando algo na cena que antes o subjugava, por isso Lacan diz que o final de análise tem a mesma estrutura do chiste.

Uma das reflexões importantes sobre a Teoria dos Chistes é a de que, em seu processo, há uma força capaz de enfatizar e tornar conteúdos acessíveis à apreciação estética, ou seja, clarificar uma força que possa iluminar os pensamentos (FREUD, 1905 [1980], p. 21). O chiste, segundo Fischer, será “um juízo lúdico” (FREUD, 1905 [1980], p. 21), modalidade muito apropriada a produzir um alívio das tensões. A liberdade estética caracteriza-se como uma contemplação lúdica das coisas, atitude que se compraz em contemplar o objeto. Nesse caso, a mulher estaria no lugar desse objeto de contemplação e, talvez por isso mesmo, sujeito a retaliações por parte da fantasia. As mulheres que parecem ser menos depreciadas são, justamente, a mãe e a mulher do amor cortês, as que não podem ser colocadas como objeto.

Freud afirma, ainda, que o chiste promove um desconcerto em um primeiro momento, sendo, em seguida, sucedido por um esclarecimento. Ele nos engana por algum tempo para depois esclarecer o sentido do que foi dito. Assim, a propriedade de acedermos a conteúdos inacessíveis pelas vias comuns do pensamento e atribuímos a eles um sentido são aspectos característicos do chiste. O sentido só aparece em um segundo tempo, exatamente no desdobramento entre um primeiro momento, quando não compreendemos e nos confundimos com o sentido de algo que só se revela em um só depois. Revela-se o que estava escondido.

No discurso latente da cultura, sabemos que a mulher é aquela que engana, que esconde, que dissimula. Ela se desdobra entre santa e puta, a partir do que parecer

ser o que o homem fantasia. O mecanismo do chiste parece tentar transpor essa barreira que a própria natureza da mulher impõe ao discurso, por meio da revelação do cômico sobre algo de sentido primeiramente obscuro. Se não se pode dizer o que quer uma mulher, ou o que é uma mulher, então será possível tratar essa questão de forma que o produto desse processo possa circular socialmente, como faz o chiste. O riso gerado pelo cômico é um mecanismo de defesa diante do que se apresenta como objeto de uma atenção psíquica, ou seja, o prazer que se encontra nos chistes; procede de “uma economia na despesa”, ou seja, esse modo de operação mental deriva de um modo de restabelecer o prazer e de uma economia de gasto em relação ao sentimento (FREUD, 1905 [1980], p. 265).

Sabemos que o chiste não se realiza sozinho e só se conclui quando comunicado a alguém. Freud ressalta que, em sua estruturação, deparamo-nos com três pessoas: o autor, aquele a quem o chiste ocorre e que o elabora; o objeto, sobre quem o chiste versa; o receptor, aquele que o escuta. Logo, o chiste exige que haja três elementos para que seu processo funcione e cumpra o papel de aliviar uma tensão em quem o conta.

O chiste exige ainda um segundo princípio, um “acordo psíquico” entre o autor e o receptor: o último deve compreender as inibições internas do primeiro ao elaborá-lo, sendo isto o que provoca o riso. A compreensão do receptor e sua anuência fazem parte da realização do chiste. Presenteado com o chiste, o receptor dele derivará prazer. O autor, por sua vez, utiliza o receptor e a ele se reúne para suscitar seu próprio riso.

Ninguém se contenta em fazer um chiste apenas para si. Um impulso de contar o chiste a alguém está inextricavelmente ligado à colaboração do chiste; de fato, o impulso é tão forte que freqüentemente se processa a despeito de sérias apreensões. Também no caso do cômico, contá-lo a mais alguém produz prazer, mas a solicitação não é tão peremptória. Se alguém acha alguma coisa cômica, pode divertir-se consigo mesmo. Um chiste, pelo contrário, deve ser contado a alguém mais. O processo psíquico da construção de um chiste não parece terminado quando o chiste ocorre a alguém; permanece algo que procura, pela comunicação da idéia, levar o desconhecido processo de construção do chiste a uma conclusão. (FREUD, 1905 [1980], p. 166).

Contando um chiste a alguém, o criador se assegura do sucesso da elaboração e, além disso, completa seu próprio prazer pela reação provocada em quem escuta, reafirmando o aumento de sua satisfação no lucro na economia psíquica, para que seja possível a obtenção de um alívio geral pela descarga de tensão.

A compreensão dos chistes exige que ultrapassemos seu próprio conteúdo, ensejando um passo a mais, passo de sentido, sustentado pela própria cadeia significativa onde ele se insere. Como apresenta Freud, “uma única palavra transportou-nos em pensamento, economizando longo rodeio” (FREUD, 1905 [1980], p. 145). Para o psicanalis-

ta, o chiste é elaborado segundo a escolha de material verbal e de situações conceituais que permitirão um jogo de palavras de forma a explorar, de maneira engenhosa, o pensamento e o vocabulário (FREUD, 1905 [1980], p. 150). “Espero ter agora demonstrado que as técnicas do chiste, [...] são uma fonte de prazer. Necessito apenas repetir que tal prazer procede de uma economia na despesa psíquica ou de um alívio da compulsão crítica” (FREUD, 1905 [1980], p. 150).

Um dos motores dos chistes reside na dificuldade do sujeito em criticar abertamente ou lançar mão de uma agressividade direta. Assim, o chiste é o veículo para liberar essa energia reprimida. Logo, um elemento de agressividade surge onde há o que Freud nomeou de “narcisismo das pequenas diferenças” (1917). A figura representada pela minoria aparece como diferença, permanecendo na mira de um discurso violento ou mesmo de preconceitos. Seria essa uma das explicações para que as mulheres, assim como outras minorias, ficassem sob o jugo de um discurso depreciativo que não consegue incluí-las no todo universal masculino?

O “narcisismo das pequenas diferenças” deriva da hostilidade que, em cada relação humana, atua contra a diferença. Freud acredita que a psicanálise descobriu grande parte da rejeição narcísica pelas mulheres e do desprezo por elas no complexo de castração, em vista do qual elas são consideradas mutiladas ou diminuídas, principalmente pelos homens.

Os tabus gerais contra as mulheres explicitados no texto “O tabu da virgindade” (1931) tentam explicar as regras que cercam o primeiro ato sexual e o cuidado que o homem precisa ter com uma mulher virgem, esta que seria para os primitivos um risco iminente à integridade do homem. Entretanto, o medo e os cuidados que o homem primitivo passou a ter com as mulheres podem ser entendidos na contemporaneidade pela forma como a mulher ainda é tratada em culturas que ainda mantêm a mulher como se ela representasse um perigo.

Em *Totem e Tabu* (1913), Freud examina a questão da gênese dos tabus e percebe que eles são elaborados em um sistema complicado, da mesma maneira que os neuróticos desenvolvem suas fobias. O homem primitivo estabelece um tabu quando teme algum perigo que, de modo geral, é de natureza física, pois o primitivo não distingue um perigo imaginário do real. Em sua concepção animista do mundo, os perigos decorrem de uma intenção hostil de algum ser dotado de alma. Logo, esse homem tende a projetar seus impulsos internos de hostilidade em objetos externos e senti-los como desagradáveis. Aqui a figura feminina, também, é considerada como fonte de perigo especial. Como diz Maria Rita Kehl, no livro *Deslocamento do feminino*: “É porque uma mulher é para um homem seu semelhante, seu igual, que se constitui em nome do ‘narcisismo das pequenas diferenças’, em uma espécie de cegueira a seu respeito. A única diferença entre um homem e uma mulher é que esta também é uma mulher.”

(KELH, 2008, p. 264).

A relação do chiste com a mulher pode ficar mais clara se pensarmos em que inquietação se ancora a necessidade do discurso em produzir piadas sobre a mulher. Nesse caso, frisamos “A mulher” como aquela que, para a psicanálise, não existe, pois essa é a mulher do universal, aquela capaz de responder a certo imaginário da relação do homem com sua própria castração. Ou seja, se é impossível dizer sobre a mulher, de saber tudo sobre ela, por que não sublimar essa tensão em forma de representações chistosas?

A psicologia da vida amorosa

Em 1912, em “Contribuições para a psicologia do amor I”, Freud chama nossa atenção para um tipo especial de escolha feita pelos homens na esfera da escolha de seu objeto amoroso. Nesse tipo de escolha, a depreciação do objeto é uma condição *sine qua non* para que o homem não caia no que Freud nomeia de impotência psíquica. Impotência psíquica é a impossibilidade de que a corrente sensual se manifeste livremente em relação a uma mulher, a fim de obter prazer sexual, devido a características da mesma que lembram o objeto incestuoso.

A ideia principal do texto dirige a atenção para as “condições necessárias ao amor”, as quais ele chama de “ininteligíveis e desconcertantes”. A condição principal é a depreciação do objeto amoroso, para que nele possa confluir duas correntes: a afetiva e a sensual. A mulher a qual o homem dirige sua potência sexual não pode apresentar traços do objeto incestuoso, mas, se isso aparece, é preciso que ela seja depreciada, ou seja, que a figura da mãe no imaginário seja rebaixada ao lugar de prostituta, para que seja possível manter a relação amorosa. Esse tipo de homem, como diz Freud, precisaria de produzir um rebaixamento de seu objeto sexual, a fim de conseguir manter livre sua energia sexual.

No texto freudiano “A tendência à depreciação na esfera do amor” (1912), Freud descreve o modo de amar dos homens como cativo de uma divisão, de uma clivagem na vida amorosa, a fim de manter livre sua capacidade de amar e desejar o mesmo objeto. Para evitar que a corrente sensual se esconda atrás da corrente afetiva, ligada ao objeto, é preciso que ela não seja inibida para que se possa assegurar sua vazão na realidade. Nesse caso, o objeto precisa ser depreciado a fim de não trazer à lembrança os objetos supervalorizados incestuosos da relação edipiana. Caso o homem não consiga esse afastamento em relação ao objeto do amor incestuoso, depreciando o mesmo, então surge a impotência psíquica. Ou seja, essas pessoas que não conseguiram a confluência apropriada das correntes afetivas e sensuais no mesmo objeto demonstram pouco refinamento em suas formas de comportamento amoroso. “Quando

amam não desejam e quando desejam não podem amar” (FREUD, 1912 [1980], p. 166). Freud acrescenta, ainda, que “a origem de sua necessidade de um objeto sexual depreciado de uma mulher eticamente inferior a quem não precise atribuir escrúpulos, estéticos, que não o conheça em seu outro círculo de relações sociais e que ali não o possa julgar” (FREUD, 1912 [1980], p. 168). Nesse caso, fica claro para nós que essa mulher que o homem encontra no discurso depreciando na forma de chistes é exatamente essa mulher da linguagem, do Outro. Não é a sua mulher, mas a da cultura, essa que precisa ser depreciada para estar à altura de um amor.

A relação que pode ser tecida entre o conteúdo das piadas e a degradação imposta à mulher fica, então, evidente. Nesse sentido, esse tipo de chiste apresenta uma verdade sobre a fantasia, pois sua temática mostra o mecanismo pelo qual o inconsciente localiza a mulher em uma posição imaginariamente rebaixada, segundo as elaborações que retiramos da teoria freudiana. Entretanto, a figura da mãe é preservada da maioria dos chistes que toma a mulher como tema. Nesse sentido, a mãe é uma mulher idealizada e não rebaixada. Logo, a “mulher falada” das anedotas é um objeto desvalorizado socialmente, semelhante à referência à prostituta. Ao mesmo tempo, se há tanta necessidade de rebaixar, é porque o poder que se supõe na mulher para o imaginário do homem é muito grande.

Perguntamos se o valor dos chistes que tem como tema a questão da mulher não estaria mais em uma forma de expressão da tendência a depreciar o objeto amoroso, a fim de expressar a sexualidade e a agressividade em relação a ele, livremente e sem censuras, do que um mero preconceito?

Conclusão

Os chistes com os quais nos deparamos, a todo momento, sobre a mulher produziram um prazer próprio do alívio obtido com uma descarga de tensão psíquica. Eles são uma das formas da fantasia masculina de dispor de um modo socialmente aceitável para manter as mulheres como objeto depreciado no imaginário, como forma de continuar amando. As piadas são uma maneira universal de o sujeito lidar com a linguagem, sublimando seus impulsos sexuais e agressivos para esse Outro das minorias. Sabemos que a mulher está exatamente localizada nessa alteridade absoluta em relação a qualquer sujeito, e não nos admira que ela seja objeto de apreciações diversas, desde a mulher amada e exaltada do amor cortês até a imagem da prostituta degradada.

Ou seja, mesmo depois que a contemporaneidade nos legou a ideia de igualdade entre os gêneros, há ainda um resto dessa operação impossível, como Lacan entendeu, esbarramos sempre na não existência da relação entre os sexos. Entretanto, no

inconsciente, a fantasia masculina, segundo a psicanálise, precisa depreciar em certa medida a mulher no discurso, como forma de atualizar sua fantasia em relação a ela. Diz-se a mulher para que fique claro que é exatamente a mulher da fantasia que é depreciada. Podemos concluir que os chistes que lançam mão do tema da depreciação das mulheres, e mesmo de outras minorias, ainda persistem como forma de atualizar o que não pode ser todo dito pela linguagem. Sobrevive algo primordial da forma como a fantasia do sujeito se estrutura e, mais, da forma como o sujeito lida com o que se mantém, para ele, como objeto opaco. Lacan diria que esse elemento é uma figura do real, assim como a morte, o pai, a mulher. As piadas preconceituosas são menos um elemento da ordem da moral e mais um dado inconsciente da fantasia.

Logo, se as forças instintivas de Eros e Thanatos, conforme Freud afirmou, permanecem difíceis de educar, o que a civilização pretende fazer deles parece somente atingível à custa da sublimação e de uma dose de humor. Nesse caso, para recuperar o prazer próprio desses instintos que tiveram que ser domados, os elementos da cultura nos fornecem um caminho: um deles é o mecanismo dos chistes, pois é com ele que se estabelece uma ligação entre o instinto sexual puro e uma forma de circulação socialmente aceitável na cultura.

O humor, um dos modos de resgatar o prazer renunciado com o processo de civilização, é um instrumento importante na leitura freudiana e caminha ao lado do que Freud conceitualizou como elemento cômico e chistoso. O humor diferiria na teoria freudiana desses dois, pois apresenta algo a mais que falta a eles, um sinal de “grandeza e elevação” (FREUD, 1927 [1980], p. 190). Essa grandeza do humor reside claramente no triunfo do narcisismo e na afirmação vitoriosa da invulnerabilidade do ego, algo que pode apenas sonhar-se ao que o Pai da Psicanálise chamou de “narcisismo essencialmente feminino” (FREUD, 1933).

Para Freud, as mulheres já teriam como pressuposto de sua natureza e estrutura o recurso ao narcisismo como fonte de prazer e de proteção contra retaliações providas do meio externo. No humor, “o ego se recusa a ser afligido pelas provocações da realidade, a permitir que seja compelido a sofrer” (FREUD, 1927 [1980], p. 190). Podemos acrescentar, ainda, que as contribuições de Lacan nos levam a concluir que o mecanismo do chiste está diretamente relacionado à ordem do simbólico, e o do humor à ordem do real, esse que guarda uma afinidade na psicanálise com o elemento dito feminino. Logo, diríamos que, diante das piadas que degradam as representantes do sexo feminino, a saída mais feminina se encontra exatamente no manejo dessa quota favorável de humor, provida da natureza narcísica própria das mulheres.

Referências Bibliográficas

- ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. *O que é feminismo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.
- BUONICORE, Augusto. *O anti-feminismo na história*. Disponível em: <http://www.vermelho.org.br/coluna.php?idcolunatexto651&idcoluna10>. Acesso em: 29 fev. 2012.
- FALCÃO, Ana Lúcia Bastos. *Sobre os chistes*. Simpósio de Brasília. Brasília, 2002. Disponível em: <http://www.interseccaopsicanalitica.com.br/art081.htm>. Acesso em: 28 mar. 2012.
- FREUD, Sigmund. *Os chistes e sua relação com o inconsciente* (1905). Rio de Janeiro: Imago, 1980. Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud.
- FREUD, Sigmund. *Sobre a tendência universal à depreciação na esfera do amor* (1912). Rio de Janeiro: Imago, 1980. v. XI. Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud.
- FREUD, Sigmund. *O humor* (1927). Rio de Janeiro: Imago, 1980. v. XXI. Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud.
- FREUD, Sigmund. *Psicologia do Grupo e Análise do Ego* (1921). Rio de Janeiro: Imago Editora, 1980. v. XVIII. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud.
- FREUD, Sigmund. *O tabu da virgindade* (1917). Rio de Janeiro: Imago Editora, 1980. v. XI. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud.
- FREUD, Sigmund. *Feminilidade* (1933). Rio de Janeiro: Imago Editora, 1980. v. XXI. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud.
- KEHL, Maria Rita. *Deslocamentos do feminino*. Rio de Janeiro: Imago Editora, 2008.
- LACAN, Jacques. O Seminário, livro 20 - *Mais, ainda* (1972-73). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1982.
- LACAN, Jacques. As estruturas freudianas do espírito. In: O seminário, livro 5: *As formações do inconsciente*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

Ciclo de Transformação – O Ciclo Menstrual como oportunidade de crescimento

Magna Sueli de Oliveira¹

Ciclo, ciclicidade, círculo, ritmo, energia, transformação, renovação, criação, mudança, expansão, contração, renascimento, ondulante, serpentear, fluir, fase, deusa, Lua, entrega, possibilidade, significado... são aspectos intrínsecos do feminino e, antes de tudo, traduzem o dinamismo da própria Vida.

Há cerca de trinta mil anos, segundo pesquisadores, florescia em todos os continentes o matriarcado. Era a época das deusas, quando as culturas eram ligadas a práticas agrícolas, com organizações sociais marcadas pela cooperação e por grande força integradora, pelo respeito e veneração à natureza, pela reverência diante da vida e dos seus mistérios. As mulheres eram as responsáveis pelo bem comum na vida e na morte, sendo que esta não era sentida como negação, nem como fim, mas como uma transformação que se dava por intermédio das mulheres, pela concepção, gestação e pelo dar à luz.

Talvez, pelo desejo de dominar a natureza e pelo fato de as mulheres estarem mais próximas desta pelos processos de gestação e cuidado com a vida, o homem passou a dominar a mulher, estabelecendo-se um novo sistema, o do patriarcado, base do machismo e da ditadura cultural da masculinidade. O certo é que se conseguiu “naturalizar” esta “primazia” e introjetá-la nas próprias mulheres, as quais passaram a tê-la como normal [2].

A partir de então, a mulher passou a ser considerada como responsável “pelo pecado original”, a ser vista como impura, como aliada de Satanás, impedida de exercer funções espirituais e sacerdotais, digna de ser submetida, e até a própria divindade foi masculinizada. A meu ver, está aí a imagem do assassinato de Abel por Caim, da imposição da força sobre a delicadeza, a imagem de uma grande violência, cuja dor ressoa na nossa alma até os dias de hoje.

Perdemos grande parte da memória de quem somos, do sagrado dentro de nós, a consciência da beleza do papel do feminino no universo. O feminino se tornou invisível. A perda não foi das mulheres, mas do ser humano. Masculino e feminino não significam apenas gêneros, mas energias que se complementam. Um ser humano ple-

¹*Magna Sueli de Oliveira é médica formada pela Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais, especialista em Anatomia Patológica e Citopatologia, especialista em Homeopatia, pós-graduada em Gênero pela Faculdade Metropolitana/ Instituto Renascer da Consciência, dona de casa, esposa e mãe, amante da Natureza.*

namente realizado é aquele que “conhece o masculino e, contudo conserva o feminino”, segundo as palavras de Lao Tsé(3). São opostos, mas interdependentes e, como tal, seus conflitos jamais poderão resultar na vitória integral de um dos lados.

É mister chamar a atenção para a necessidade de valorização e reconhecimento das características do feminino e a busca da sua integração com o masculino, uma condição para a salvação da humanidade, para que esta “recupere a sua própria alma, para que o mundo seja mais humano, mais criativo e sensível a si próprio”(4).

A palavra ciclo, originada do grego *kyklos*, passando pelo latim *cyclu*, significa, segundo o *Dicionário Aurélio*, entre tantas possibilidades: “Série de movimentos que se sucedem numa ordem determinada; ritmo de sucessão ou repetição de um fenômeno; e, como elemento de composição, círculo”. Abrindo-nos para esta imagem, podemos conceber a grande dança de Shiva(5), a alternância entre criação e destruição, contração e expansão, o ritmo básico do Universo, de tudo que está contido na grande teia da Criação. É a unicidade ou a lei de unidade que faz do Universo um “imenso organismo”(6) dotado de beleza e grandiosidade.

Como seres ainda imersos na dualidade, estamos sujeitos aos ritmos ondulantes e dinâmicos da Natureza. A alternância entre contração (e suas relações: concentração, atenção, passividade, recolhimento, receptividade, “yin”, entrega, expiração, esvaziamento, destruição, morte) e expansão (que abrange ideias de atividade, “yang”, doação, irradiação, inspiração, preencher, construção, renascimento) estabelece uma ondulação, um movimento serpentina, origina ciclos que marcam a constante renovação da Vida, ao mesmo tempo em que definem sua conservação e constituem a sua essência. Segundo Sri Aurobindo: “A Vida é um ritmo de Deus” (7).

Dentro do conceito vitalista, vemos o ser humano enquadrado neste fenômeno, vivendo em si a alternância entre expansão e contração: em nível de sua alma, vive estados de expansão, durante os quais se dispõe a irradiar o seu “conteúdo”, disponibilizando seu potencial, suas emoções, seus sentimentos, oferecendo-os ao redor. Em outros momentos, recolhe-se em quietude, silêncio, introspecção, talvez em angústia, voltando-se para si mesmo. Nesta fase, pode ser oportuna a busca do contato consigo mesmo, uma avaliação da casa mental para uma reorganização que se fizer necessária, um reconhecimento de terreno, a descoberta do propósito da vida ou a concentração de energias a serem utilizadas na próxima etapa que se seguirá, naturalmente. Assim como as estações se alternam, alternam-se os estados de ânimo e de vitalidade.

Há, ainda, expansão e contração na nossa vida como um todo, nos acontecimentos que parecem ser resultantes das nossas ações e escolhas; momentos em que temos a sensação de estar perdendo, como se tudo nos escapasse, seguindo-se outros em que tudo parece vir ao nosso alcance. “A expansão ocorre quando existe uma atitude positiva, aberta, dedicada, honesta, amorosa e de doação. Os bons sentimentos e pen-

samentos criam uma atitude correspondente na vida, influenciando as ações, o comportamento, as respostas, reações, emanções, atos”, produzindo uma experiência de satisfação, prazer, bem-aventurança, abundância em vários aspectos, levando a “movimentos abertos e expansivos na alma”, o que, por sua vez, traz uma atitude positiva em relação à vida. Já “a contração tem lugar quando existe uma atitude negativa em relação à vida”, produzindo medo, insegurança, desconfiança, desonestidade, boicote, autoengano, ideias falsas, rancor, raiva, frustração, autorrejeição, negação do Eu, falta de fé, desesperança, negação da beleza do Universo(8).

Saber desta alternância pode fazer a diferença, pois poderemos não mais brigar conosco mesmos, resistindo ao natural, desrespeitando nossas necessidades ou nosso ritmo, impondo-nos atividades desnecessárias, desperdiçando nossas energias. Ao contrário, poderemos, pela entrega, colaborar para que as coisas se ajeitem, aproveitando o fluir da Vida, o curso do rio, sem apressá-lo nem, muito menos, tentar detê-lo. A conscientização destes processos pode proteger-nos contra o efeito devastador que pode advir do último movimento, o de contração, pois nele a ignorância de que se trata de um estado momentâneo nos pode levar à desarmonia e ao desequilíbrio, à doença, como se caíssemos em um buraco sem fundo, imergindo-nos na escuridão – um verdadeiro buraco negro. A não conscientização do estado positivo também pode impedir-nos de ampliá-lo.

Se deixarmos que a emoção negativa seja, sem combatê-la nem negá-la, acolhendo-a, poderemos mudar sua energia, jogar luz na treva, transformá-la em amor. Da mesma forma, para viver plenamente um estado positivo, precisamos encarar o medo de perder novamente este estado, a incapacidade de nos entregar ao prazer e à felicidade, de estar diante da luz.

“Há um ritmo em tudo, não percebido pelo mundo físico, e é por esse ritmo que as coisas existem. A evolução tem um propósito, mas é um propósito em círculo”(9).

O Ciclo Menstrual – A Mulher e a Lua

Um estado de harmonia e equilíbrio pode advir da consciência e da aceitação desta realidade, posto que nos colocamos disponíveis à realização do plano da Ordem maior, no qual estamos inseridos e do qual somos parte integrante e importante. O ritmo da mudança é o ritmo do Universo. Deste ponto de vista, podemos considerar a mulher um ser privilegiado quando atentamos para o caráter cíclico, mutável e ondulante do feminino, a começar pelo próprio ciclo menstrual.

Cada fase do ciclo menstrual pode significar um ensejo importante e singular, uma oportunidade ímpar de crescimento e transformação, de conexão entre sua mente e sua criatividade, a partir do momento em que tomamos consciência do que elas repre-

sentam, dos arquétipos aos quais estão relacionadas, dos fenômenos envolvidos em relação ao ritmo de expansão ou contração, da manifestação da natureza do feminino com suas várias faces.

Os ciclos, as fases e os estados da mulher eram considerados, na Antiguidade, manifestações da Natureza, cultuados e reverenciados como sagrados, plenamente aceitos e respeitados pela sociedade, e relacionados a tradições espirituais. Existia uma comunhão profunda com a Natureza. Os ritos de transição, celebrando as etapas de desenvolvimento da mulher, sua participação ativa na vida religiosa da comunidade, sua relação com o plantio e as colheitas eram fatos comuns.

No período de fluxo de sangue, as mulheres das comunidades se reuniam, em separado, a fim de expressar as energias da menstruação, em uma profusão de ensinamentos e aprendizado, em que eram aproveitadas as energias coletivas de todas as mulheres que estavam sangrando. Na puberdade, aproximando-se a menarca (a primeira menstruação), a jovem era confinada para receber orientações das senhoras mais sábias acerca do conhecimento da natureza do corpo, as energias que estavam por descobrir, as tradições espirituais que as acompanhavam. Isso possibilitava à jovem mulher se harmonizar com sua própria natureza e utilizar suas energias em favor da comunidade e da terra[10].

Com o passar do tempo, este saber foi sendo tirado de nós, a ponto de a própria mulher não se reconhecer mais como ser cíclico e mutável. A menstruação foi se convertendo em objeto de críticas e passou a ser considerada perigosa, um risco para a comunidade, passível de castigo. Passou a ser tida como suja, contaminante, impura, um tabu, encarada como ameaça à vida do homem e aos seus dons de caçador. Para as próprias mulheres, deixou de ser o momento de contato com seu sagrado para ser motivo de sofrimento, vicissitude, regra. A mulher foi transformada em vilã, pecadora e mãe do pecado, responsabilizada pelas desgraças da humanidade.

Até hoje, algumas culturas mantêm estas superstições: no Islamismo, não é permitido a uma mulher menstruada entrar em uma mesquita; no Cristianismo, a menstruação é relacionada ao pecado original. Da mulher foi tirada a sacralidade e o direito de participar da religião. Foi a morte da Deusa.

Temos que nos lembrar, também, da relação com as fases da Lua, apontadas como determinantes e altamente influenciadoras das energias envolvidas nos processos vitais femininos em cada uma das fases do ciclo menstrual. É como se aquele corpo celeste fosse uma mulher ou cada mulher fosse um astro, com sua dualidade, sua ciclicidade e alternância de estados e aparências. Daí a expressão “mulher de fases” ou “estar de lua”. Mulher e Lua estão estreitamente relacionadas.

“Menstruar com a Lua” pode significar o conhecimento instintivo do mundo interior e o exterior, ajudando-nos a caminhar com mais desenvoltura e serenidade

entre ambos, conciliando e integrando suas energias, assumindo o divino feminino, nos momentos em que estivermos rodeadas pela obscuridade (11). Desde os primórdios da humanidade, esta interação, uma verdadeira “cumplicidade”, é reconhecida e seus reflexos percebidos em várias situações como, por exemplo, na contagem do tempo. “As mulheres carregam no corpo as luas, os ciclos, o poder do nascimento e da morte”(12).

Vivenciar as etapas do ciclo menstrual pode proporcionar à mulher a sintonia e a sincronicidade com o corpo maior e organismo vivo e pulsante que é a Mãe Terra, com todo o universo, com a Criação(13).

Para a maioria das mulheres, não é nada fácil estar submetida a regras, “ter que aceitar como fisiológico o dolorimento de suas barrigas” e a alteração do humor. Sofrer uma série de mudanças, como retenção hídrica, inchaços, retenção de urina, alterações do peso, dos batimentos cardíacos, da temperatura e da secreção vaginais, dores de cabeça, das mamas, desejos alimentares, dificuldade de concentração, de atenção, da visão e da audição, mudanças na afetividade, da criatividade, da produtividade, não é nada fácil. Uma grande parcela da população feminina passa por estas dificuldades sem ter consciência delas e do que elas representam, considerando-as como castigo ou algo que precisa ser rechaçado, combatido, esquecido..

Assim, o ciclo menstrual frequentemente é relegado ao esquecimento, totalmente desconsiderado e ignorado, algo que não deve ser mencionado. É tido como normal, nos formulários de requisição de exames de prevenção do câncer do colo, do Ministério da Saúde, o preenchimento de um item, referente à data da última menstruação, indicado como “não sabe/não lembra”. E isso acontece não apenas com mulheres no período de pós-menopausa, mas principalmente com jovens em período de fertilidade.

É comum encontrarmos garotas que não menstruam há meses ou anos, por opção ou orientação de seus ginecologistas, defensores da ideia de que menstruação e os sintomas que a acompanham são patologias, transtorno, desconforto, sofrimento desnecessário, e uma mazela da natureza que podem ser anulados ou minimizados pelo uso de pílulas ou injeções periódicas, frequentes, as quais calam os ovários e o útero. Masculinizadas, empenhadas na realização de suas funções profissionais e sociais, voltadas para as solicitações do cotidiano, no mínimo, fazem uso de tampões que ajudam a esquecer seu incômodo mensal, permitindo que sejam executadas atividades diversas, o que as distancia do próprio centro e dificulta ainda mais a aceitação deste. A procriação é hoje uma preocupação, a “boa forma” uma obsessão. Em espanhol, a palavra que designa gravidez é “embarazo”, que significa embaraço, estorvo, impedimento. O resultado da cirurgia plástica na barriga pode causar uma rigidez tamanha que até os movimentos podem ser limitados, perdendo-se a flexibilidade e a elasticidade, como a habilidade de realizar movimentos ondulatórios da dança do ventre, por

exemplo,

Não se pode estranhar tal atitude, a partir do momento em que, ao perguntarmos às jovens sobre suas menarca (a primeira menstruação), como foi tornar-se mulher, ouvimos das mesmas que foi como “um susto”, não uma surpresa para a qual não se achavam preparadas; que a vida de mulher não é fácil, deixar de ser criança para tornar-se adulta não traz felicidade. Ser mulher é ter de se submeter ao masculino insensível e, muitas vezes, rude e violento, que “ser mãe é padecer no paraíso”, ser desvalorizada, abandonada, correr o risco da rejeição por sua fragilidade, inconstância e volubilidade.

A sociedade machista, na qual vivemos, “dá primazia ao homem em detrimento da mulher, privilegia as dominantes masculinas à custa da rejeição e repressão das dominantes femininas” e “se afirma nos valores de elaboração do mundo externo”; pensamento, percepção, iniciativa, luta, rivalidade, competição e arrivismo, “às expensas da rejeição dos valores tipicamente femininos, como intuição, sentimento, sensibilidade, criatividade, receptividade e esforço paciente para elaborar o mundo subjetivo”(14).

Isso modifica nossa percepção do mundo, bem como de nós mesmas. Tornamo-nos “filhas do pai”, adaptadas à orientação masculina, linear e constante, e não temos consciência ou, se temos, não aceitamos “nossos instintos e energias mais integralmente femininos, rebaixando-os e deformando-os, como a sociedade” o faz.

Crescemos como filhas dóceis do patriarcado, [...] intelectuais, lutando para defender ideais estéticos a nós apresentados pelo superego patriarcal. Mas enchemo-nos de auto-rejeição e de uma sensação de profunda feiúra e fracasso quando não conseguimos satisfazer nem aliviar as exigências de perfeição do superego. (SANABRIA, 2005, p. 33)

Valorizamos hoje “virtudes que se definem frequentemente por sua relação com o masculino: a mãe e esposa fecunda e bondosa; a filha agradável, dócil e delicada; a companheira diligente, discretamente encorajadora e brilhante”(15). Desvalorizamos ou perdemos a noção da grandiosidade de que o ser feminino abriga em si a força criadora e geradora de vida, a conexão com o divino pela entrega ou pelo próprio ato de criar, a capacidade de adquirir o conhecimento por meio do sentir e da intuição, a beleza da unidade com o universo exatamente por nossa ciclicidade. Não reconhecemos em nós a habilidade de melhorar a vida.

Muitas mulheres precisam ser informadas de que o ciclo menstrual pode ser “um processo alquímico durante o qual a mulher pode passar por uma transformação interna, uma transmutação em que o passado é derramado e o novo acolhido”(16), podendo significar o nascimento de um novo ser – uma nova mulher, a cada mês. Podemos gerar filhos, como se podem gerar ideias, concepções, conceitos, obras, pinturas, desenhos, canções, formas, etc. Criar pode ser uma forma de meditar ou orar, segundo

Miranda Gray, e o ato de criar nos permite refletir o divino. Podemos criar novas formas de ver, de sermos vistas, de interagir conosco mesmas e com o redor, “uma outra maneira de estar no mundo e de entender as coisas”(17).

Mas, primordialmente, o contato com o interno que a consciência do ciclo propicia pode levar à revelação do diamante incrustado na rocha, da força criadora e transformadora das potências originais do feminino. A imagem da semente que, jogada ao solo e à obscuridade, morre para germinar, crescer, florescer e frutificar é perfeitamente adequada a esta situação. O mergulho dentro de nós mesmas, em direção aos aspectos reprimidos pela cultura, pode proporcionar-nos o contato com tudo aquilo que precisa ser transformado, com nossa sombra, com o que foi relegado ao esquecimento ou segregado por seu caráter tido como ameaçador, destrutivo e feio, indicativo de aniquilação, e principalmente, ou simplesmente, por ser realmente poderoso. É um retorno à matriz, um momento de reconexão com o si mesmo, uma verdadeira iniciação. É imprescindível que a mulher olhe para dentro de si mesma e encontre sua essência e expresse através dela sua relação com a vida exterior.

A própria luz pode ser transformadora da sombra e da escuridão, à medida que propicia a mudança nas imagens e crenças errôneas que nos enrijecem e cegam, e promove a aceitação de nós mesmas como criaturas necessitadas de burilamento e lapidação, ainda carregando enganos, apegos e ignorância.

O conhecimento e o entendimento do ciclo menstrual e dos fenômenos que o constituem são de grande importância, podendo auxiliar a mulher na “conexão com seu útero”, na compreensão de como isto afeta sua personalidade e suas energias criativas.

As energias do ciclo menstrual não devem ser restringidas nem controladas, pois podem tornar-se destrutivas. Opor-lhes resistência é negar a própria natureza, podendo gerar agressividade, ira e frustração.

Também a mitologia nos acrescenta luzes e os arquétipos de várias deusas nos permitem elucidar várias facetas deste assunto. Na Antiguidade, considerava-se que o ciclo menstrual do útero feminino era um período de vida e de fertilidade, durante a ovulação, de morte e infertilidade, na menstruação.

Os dois fenômenos mais marcantes representam momentos opostos de contração e expansão das energias femininas. Estes podem coincidir com as fases lunares nova e cheia, respectivamente, ou o inverso. “A sincronicidade entre o ciclo feminino e o ciclo da lua revelam uma conexão com o divino: durante este ciclo a mulher alberga o mistério da vida dentro do seu corpo e [...] possui poderes próprios do universo – dar a vida, sustentar e criar”(18).

“O despertar da mulher adormecida deve passar pela cura do útero, órgão de maior poder da mulher, [...] poderosa fonte de energia”(19). Simbolizado pelo cálice ou

graal, pela árvore da vida, chamado no Oriente de “palácio celestial”, o útero está ligado ao segundo centro de força (*chakra*) do corpo etérico (“veículo pelo qual fluem as correntes vitais que mantêm o corpo vivo e serve de ponte para transferir as ondulações do pensamento e a emoção do corpo astral ao corpo físico denso”) (20). Este centro é chamado, em sânscrito, de *svadhithana*, *chakra* do sacro (sagrado) e rege a sexualidade, a capacidade geradora e criadora, a afetividade. É uma área tida como fonte de vitalidade. Portanto, qualquer obstrução deste centro reduz a vitalidade física e sexual. A maioria de nós, mulheres, tem um útero doente, carregado de emoções indefinidas e desagradáveis. Trazemos registros de desrespeito e violências sofridas por nossas ancestrais, e os conflitos não resolvidos na área da afetividade e sexualidade são venenos para um útero frágil. Mas temos também registros do sagrado em nossas células, os quais precisam ser ativados e trazidos à luz. Para curar nosso útero, precisamos tomar consciência e viver de forma saudável a nossa sexualidade, liberando-a, depois “preenchê-lo de alegria e gratidão”, tornando-o “cheio de graça”.

No seu livro *Luna Roja – los dones del ciclo menstrual*, Miranda Gray discorre sobre o ciclo menstrual e suas fases, lembrando que o ciclo menstrual (que ocorre todos os meses) não é apenas o período de fluxo, mas de todos os acontecimentos que se dão, mais comumente, dentro dos vinte e oito dias (*mens*), começando com o primeiro dia de sangramento, um ciclo contínuo. São oferecidas numerosas sugestões de exercícios, visualizações e reflexões para ajudar-nos a tomar consciência dos dons do ciclo, das nossas energias, harmonizar-nos com nosso ventre, com nossa natureza e sintonizar com o sagrado em nós. O relato de histórias, lendas e mitos são utilizados para elucidar a relação com a feminilidade e com a menstruação.

Basicamente o ciclo menstrual é constituído de quatro etapas, com estados femininos energéticos, espirituais e físicos intimamente relacionados com as fases da Lua e com as estações do ano, conforme atestam as lendas e a mitologia.

Primeira Fase

Após o sangramento, na fase pré-ovulatória ou folicular, começa a se desenvolver o folículo, que é uma estrutura constituída por um grupamento de células que envolve e alberga uma das centenas de óvulos que o ovário possui. Estas células também produzem o hormônio estrogênio, responsável, entre outras coisas, pelo aumento do tecido mamário e do tecido que reveste a cavidade uterina, o endométrio. Esta é a fase da Lua Crescente, da deusa Ártemis, a arqueira, a virgem, a donzela. Há muita sensualidade, vitalidade e desejo de expansão, de ampliação dos horizontes. As energias deste momento são dinâmicas, geradoras e inspiradoras e falam da mulher completa, total, autônoma e segura de si mesma. É hora de pôr em ordem os pensamentos, tomar decisões claras e atuar de acordo com elas; ter assertividade (usar o arco e a flecha de Ártemis); de ter consciência do corpo e de suas necessidades, cuidando da inquietude

e dos riscos da instabilidade. Corresponde à estação da Primavera. Hora de semear tudo o que frutifica acima do solo.

Segunda Fase

A seguir, por estimulação estrogênica, o folículo se enche de líquido até se romper, lançando o óvulo na cavidade abdominal para que este possa ser “lambido” pelas franjas da tuba ou trompa uterina e alcançar a cavidade do útero, onde o endométrio atinge o máximo da proliferação (não do espessamento) – é a ovulação. É a fase da Lua Cheia. Corresponde ao Verão. É o ápice da vitalidade, das forças para criar, sustentar e fortalecer, do desejo de compartilhar, enfim do amor profundo. É hora de tomar consciência de si mesma e de sua capacidade de amar e cuidar dos demais sem pensar em si mesma, de abnegação, características da mãe, plena do poder divino de gerar vida. Neste instante, o desejo criativo reflete o mundo ao redor. É o momento mais propício para o acasalamento e para a fecundação; para um relacionamento mais harmônico entre feminino e masculino, propiciando a criação, a integração do céu com a terra, do espiritual com o material. Várias deusas podem ser lembradas: Demeter, Ísis, Cibele, Freya e a Virgem Maria, deusas mães.

Terceira Fase

Caso o óvulo não seja fertilizado, o que restou do folículo no ovário se transformar em corpo lúteo, uma estrutura que produz os hormônios estrogênio e progesterona. É a chamada fase secretora, quando ocorre espessamento do endométrio, com aumento do tamanho e dilatação das glândulas, as quais produzem uma secreção, além da retenção de líquido entre as mesmas. As glândulas mamárias também aumentam por proliferação do tecido, com aumento do número e tamanho das células e por inchaço. Estas alterações são as que acarretam os maiores desconfortos físicos.

Verifica-se uma contração, o recolhimento de energia – a “seiva flui para o caule e a raiz”. É a fase minguante da Lua e da feiticeira, quando a mulher pode perceber seu lado interno com seus poderes e mistérios, de poderosa sexualidade, de magia e sedução. Instante para avaliar o que foi vivido, a possibilidade de mudança, com aumento da capacidade de sonhar e da intuição. O “caldeirão entra em ebulição” e nele borbulham uma criatividade desenfreada, indefinições, todo o conteúdo do inconsciente, as dificuldades e os enganos mencionados.

Neste momento acontece o período pré-menstrual. Este pode ser um tormento para grande número de mulheres, pois, pela desconexão consigo mesma, pela falta de consciência do seu ritmo e do seu corpo, como comentado anteriormente, fará surgir uma tensão – a famosa “TPM”. As energias podem desorganizar-se, tornando-nos intolerantes e impacientes perante o redor, sem concentração (o oposto da mãe do período anterior). Parecemos outra pessoa, nem nós nos aguentamos nem nos reconhecemos. Aqui muitas se amaldiçoam e amaldiçoam suas mães e avós, amaldiçoam

a natureza que as fez fêmeas, bichos esquisitos, e desejam ardentemente ser homens, seres mais lineares e constantes. Ah, como é difícil!

Há quem diga que a dificuldade é por causa da frustração pela gravidez que não ocorreu. Mas é aí que está o grande “tchan”, a “boa-nova”: podemos aproveitar o borbulhar do caldeirão e catar, a cada ciclo, um conteúdo desse caldeirão, olhar bem para ele e ver o que podemos e o que precisamos fazer para tornar o caldo mais saboroso. Muitas vezes, poderemos descobrir conteúdos amargos, insípidos ou intragáveis. Porém, se queremos transformação, teremos que lançar mão dos nossos poderes de feiticeira e torná-los mais apetitosos ou belos. Poderemos realizar a iniciação feminina, gerar ou gestar a cada ciclo um novo ser, uma nova mulher, cada vez mais plena, mais senhora de si, mais aberta para a vida.

Quarta Fase

O período que se segue a este é bastante propício à tarefa de autotransformação: a menstruação, o período de fluxo, de desprendimento do endométrio, camada que reveste o interior do útero. Pode ser, também, oportunidade para o desapego e a liberação de tudo que não queremos mais, para abrir mão de conceitos e atitudes que não são mais adequados, de escolhas incorretas, para sublimação dos desejos enganosos. Esta é a fase da bruxa, da Lua Nova ou Lua negra, quando tudo é mais obscuro. Estamos ainda mais intuitivas, mais mergulhadas no nosso interior, com chance de solucionar muitas dificuldades, entregar-nos ao fluxo da vida, aceitar o passado e as incertezas do futuro. Para tanto, é bom que estejamos recolhidas, distantes dos estímulos do externo, mais introspectivas. No mundo atual, isso pode parecer impossível, mas é viável realizarmos nossas atividades mantendo-nos atentas com o mundo interno, atentas a nós mesmas, à nossa alma e suas necessidades, ao coração, nossa caverna, nosso jardim secreto. Podemos aquietar nossa mente e silenciar por dentro. Procuremos relacionar tudo o que pode ser bom para nós, tudo que nos é essencial. Estejamos abertas para o conhecimento de nós mesmas com o intuito primordial de autotransformação.

O Mito de Inana/Ishtar

Não é uma tarefa fácil a que está sendo proposta. Precisamos e podemos recorrer umas às outras, para em comum buscarmos as soluções para nossas dificuldades, acolhermos umas às outras e trocarmos experiências.

Nas comunidades primitivas, grupos de mulheres se formavam para, durante o período de menstruação, que muitas vezes coincidia com a Lua escura, dedicarem-se a meditar e refletir sobre suas questões, suas necessidades, sobre o feminino. Atualmente podemos buscar os Círculos de Mulheres, as Oficinas do Feminino ou, se ne-

cessário, um terapeuta. Dependendo da etapa da vida e das circunstâncias, isso se torna imprescindível.

É preciso, talvez, um mergulho dentro de nosso interior/inconsciente, como fez a deusa suméria Inana (cujo nome semítico é Ishtar), que desceu aos infernos, ao mundo dos mortos, para depois ressuscitar e retornar à luz.

O mito de Inana, deusa suméria do Céu e da Terra, data do terceiro milênio antes de Cristo e é o mais antigo relacionado à descida da deusa. Inana representa um modelo de totalidade do feminino. Sua imagem está ligada à agricultura e nutrição, aos grãos, aos alimentos, rainha da terra e sua fertilidade. Também está relacionada à estrela da manhã e do entardecer – momentos fronteiros entre a luminosidade e a obscuridade, de indefinição, nos quais não se pode ter certeza ou segurança, demandando criatividade, mudança, instabilidade, à semelhança dos estados psicológicos que vivenciamos no período pré-menstrual e menstrual. É também a deusa da guerra, do amor sexual, da cura, fonte de vida; inclusive compõe canções.

No poema sumério, Inana decide ir ao mundo dos subterrâneos; “retira seu coração do mais alto dos céus e o coloca no mais profundo da terra”. Ela desce ao mundo da deusa Ereshikgal, rainha do Grande Abismo, a fim de presenciar os funerais de Gugalana, marido daquela. Ereshikgal, enfurecida, ordena que Inana seja submetida aos ritos e leis destinados a todos os que entram em seu reino, devendo ser trazida à sua presença nua e curvada (como os sumérios eram colocados no túmulo). Então, Inana, sob os olhares do guardião, retira gradualmente suas vestes, à medida que transpõe as sete portas da entrada. Ela é julgada por sete juízes e morta por Ereshikgal. Seu corpo é posto em um poste onde apodrece. Após três dias, vendo que Inana não voltava, sua assistente Ninshubur pede ajuda a outros deuses e apenas Enki, deus das Águas e da Sabedoria, a escuta e decide resgatar a deusa. A deusa, ressuscitada com alimento e água da vida levados por carpideiros, retorna através das sete portas e exige suas vestimentas. Contudo, é obrigada a escolher alguém para ocupar seu lugar. Inana entrega seu consorte Dumuzi, que havia estado sentado feliz da vida, em seu trono, sem lamentar sua morte. Mas Dumuzi foge com a ajuda de sua irmã Geshtinana. Ao capturá-los, Inana decide que ambos devem dividir a condenação.

Em seu livro *Caminho para a iniciação feminina*, a psicóloga Sylvia Brinton Perera faz uma analogia das etapas de descida e retorno da deusa Inana/Ishtar do mundo inferior com o processo psicológico de pacientes e com etapas da iniciação da mulher à sua feminilidade. Ela ressalta como o ideal do ego (ego-animus hipertrófico) pode aproximar-se das realidades obscuras da terra e do inconsciente, quando ferido pela desvalorização da matéria e do feminino, ao ser cortado de suas raízes. O mergulho na obscuridade seria essencial para o resgate da sabedoria feminina profunda, de níveis de consciência pré-verbais, diferentes dos níveis intelectuais. Esse contato com as pro-

fundezas, carregado de emoção e dimensões mágicas, pode ser cheio de êxtase e transformação. É uma descida com o propósito de resgatar valores reprimidos e unificar o superior e o inferior em um novo padrão, significando o sacrifício da própria identidade em favor de uma base de ser reprimida e indiferenciada, com o intuito de renascer com uma nova perspectiva, com uma consciência integral; a morte de vários aspectos internos e uma posterior transformação e renovação da essência, com retorno e ressurreição de um novo ser reconectado consigo mesmo, com sua totalidade.

O mito, riquíssimo em imagens e símbolos, também é descrito como um padrão de saúde psicológica para o feminino, um processo que promove a cura, tanto nas mulheres quanto nos homens.

A consciência do ciclo menstrual, de suas etapas de expansão e de contração, coloca-nos em contato com os ciclos de expansão e contração da Natureza, dos quais somos parte, trazendo-nos harmonia e sensação de integralidade e de adequação, de paz e alegria, busca de todo ser humano.

ABRAÇANDO A SOMBRA

*Fui até lá
De livre vontade
Fui até lá
Com meu vestido mais lindo
Minhas joias mais preciosas
E minha coroa de Rainha do Céu
No Inferno
Diante de cada um dos sete portões
Fui desnudada sete vezes
De tudo o que pensava ser
Até que fiquei nua naquilo que de fato sou
Então eu a vi
Ela era enorme e escura e peluda e cheirava mal
Tinha cabeça de leoa
E patas de leoa
E devorava tudo que estivesse à sua frente
Ereskigal, minha irmã
Ela é tudo o que eu não sou
Tudo o que eu escondi
Tudo o que eu enterrei
Ela é o que eu neguei
Ereskigal, minha irmã
Ereskigal, minha sombra
Ereskigal, meu eu. (20*

Citações

(2) BOFF, Leonardo; MURARO, Rose Marie. *Feminino e Masculino: Uma nova consciência para o encontro das diferenças*. Rio de Janeiro: Sextante, 2002. p. 53-34.

(3) CAPRA, Fritjof. *O Tao da Física: Um paralelo entre a Física Moderna e o Misticismo Oriental*. São Paulo: Cultrix, 1975. p. 116.

- (4) PERERA, Sylvia B. *Caminho para a iniciação feminina*. São Paulo: Paulus, 1985. P. 8-11.
- (5) CAPRA, Fritjof. *O Tao da Física: Um paralelo entre a Física Moderna e o Misticismo Oriental*. São Paulo: Cultrix, 1975. p. 116.
- (6) FREIRE, Gilson. *Arquitetura Cômica: Dos mitos da criação à visão unitária do universo*. Belo Horizonte: Inede, 2006. p. 337.
- (7) AUROBINDO, Sri. *Sementes Divinas*. São Paulo: Shakti, 1995.
- (8) PIERRAKOS, Éva. Como lidar com a alternância de estados de expansão e contração. *Guia do Pathwork*, Pathwork Center, EUA, n. 187.
- (9) AUROBINDO, Sri. *Sementes Divinas*. São Paulo: Shakti, 1995.
- (10) GRAY, Miranda. *Luna Roja: Los dones del ciclo menstrual*. São Paulo: Gaia, 1999.
- (11) *Idem*, p. 44.
- (12) SANABRIA, Marisa; TOLENTINO, Fátima. *O poder oculto da sexualidade feminina. Despertando Guardiãs de Círculo das Mulheres*. Apostila.
- (13) *Idem*, p. 5.
- (14) PERERA, Sylvia B. *Caminho para a iniciação feminina*. São Paulo: Paulus, 1985.
- (15) *Idem*, p. 20.
- (16) *Idem*, p. 3.
- (17) SANABRIA, Marisa. *A procura do feminino*. Aparecida, SP: Idéias e Letras, 2005. p. 33.
- (18) GRAY, Miranda. *Luna Roja: Los dones del ciclo menstrual*. São Paulo: Gaia, 1999.
- (19) SANABRIA, Marisa; TOLENTINO, Fátima. *O poder oculto da sexualidade feminina. Despertando Guardiãs de Círculo das Mulheres*. Apostila.
- (20) LEADBEATER, C. W. *Os chakras: Os centros magnéticos vitais do ser humano*. São Paulo: Pensamento, 1990.
- (21) MARASHINSKY, Amy Sophia. *O Oráculo da Deusa: Um novo método de adivinhação*. São Paulo: Pensamento, 1997. p. 101.

Entre luzes e sombra: a transformação de mulheres envolvidas em situação de violência¹

Maria Cristina Leão²

O presente estudo retratou a experiência e as reflexões resultantes de um trabalho em Arteterapia desenvolvido com um grupo de mulheres que cumpriam medida judicial, devido à prática de atos violentos contra terceiros com os quais mantinham laços de afetividade ou relações de convivência.

Como profissional que atuava junto ao Sistema de Justiça Criminal, não poderia deixar de me indagar sobre as diversas causas da violência entre pessoas que mantêm vínculos afetivos ou relações de convivência. Perguntava-me sobre o porquê de mães, pais, filhos, irmãos, avós, enfim membros de uma família, em alguns momentos de seu cotidiano, revelarem-se tão afetivamente em suas interações e, em outros, manifestarem tamanha agressividade e hostilidade dirigida uns contra os outros.

Sem deixar de considerar os inúmeros fatores geradores da violência em nossa sociedade, entre os quais podemos citar os de ordem socioeconômica e ideológica e as permanentes desigualdades entre classes, raças e de gênero, tínhamos interesse em conhecer a singularidade de cada história de vida, como fator constitutivo de diferentes subjetividades e comportamentos. E, não obstante as ações de caráter coletivo que vários órgãos desenvolvem para enfrentar o problema da violência em nossa sociedade, havia a premência de vislumbrar a possibilidade de aproximar mais profundamente daquelas mulheres que se envolvem em situações de violência, como autoras de atos que atentam contra a integridade daqueles outros que mantêm relações de convivência, provocando a estes danos biopsicossociais.

Diante disso, propus utilizar a Arteterapia como um recurso diferenciado que fosse capaz de facilitar o desvelamento desse universo pessoal e singular que expressasse a interioridade das mulheres chamadas de agressoras pelo Sistema de Justiça Criminal.

De acordo com Urrutigaray (2003), a Arteterapia consiste em facilitar a emergência de imagens que serão simbolizadas materialmente por meio da utilização de diferentes modalidades artísticas, as quais com sua flexibilidade e plasticidade possibilitam a expressão de conteúdos internos dos indivíduos. A imagem materializada é

¹As fotos constantes neste texto são de autoria de Maria Licy Santos Almeida. A parceria com esta pedagoga, fotógrafa e arteterapeuta foi essencial à realização de todo o trabalho apresentado neste artigo.

²Psicóloga Judicial do TJMG. Especialista em Direitos Humanos, em Psicologia Jurídica e Arteterapia.

um meio de se chegar à palavra e de estabelecer uma comunicação verbal.

Medeiros e Branco (2008) complementam a concepção de Urrutigary (2003), ao dizerem que “o pensamento que constrói a imagem passa à ação que vai ao seu encontro passo a passo como um diálogo. Este diálogo permite o desenvolvimento da expressão como forma de comunicação” (p. 23).

Segundo a concepção de Silva e Souza (2009), que considera a Arteterapia como um processo que tem a potencialidade de promover resultados positivos em um breve espaço de tempo, vislumbramos que o trabalho arteterapêutico com as mulheres envolvidas em situação de violência como autoras de atos violentos poderia ampliar seus horizontes reflexivos, permitindo-lhes experimentar novos caminhos para a expressão de seus sentimentos, conflitos e afetos na relação com o outro.

Devo salientar que uma hipótese inicial para o trabalho era a de que o contato com materiais utilizados em atividades artísticas, como argila, lápis de cera, tintas, lápis de cor, sucatas, etc., poderia levar cada participante de um grupo a uma interação consigo mesma, desenvolvendo imagens que simbolizassem suas experiências de vida e desejos nem sempre nomináveis pela linguagem verbal.

Ademais, sentia-me impelida pelo compromisso ético em buscar o aperfeiçoamento de minha prática profissional e, também, por nossa condição feminina. Intuíam que, ao me aproximar dessas mulheres, poderia também estar mais próxima de mim mesma e do feminino que em mim habita. A transformação delas poderia também levar à minha, tal como somos envolvidas na energia do amor e dela saímos transformadas.

Sobre a violência

A violência é considerada como um dos mais graves problemas em nossa sociedade, sendo reconhecida mundialmente como uma das principais causas de morte entre pessoas com 15 a 44 anos (OLIVEIRA, 2005).

De acordo com o Ministério da Saúde (2005), a palavra violência é de “origem latina, o vocábulo vem da palavra vis, que quer dizer força e se refere às noções de constrangimento e de uso da superioridade física sobre o outro” (p. 14).

Segundo Minayo e Souza (2003), as discussões, os estudos e as pesquisas em torno da causa principal da violência imperam até os nossos dias, pois alguns tendem a compreender a violência no plano biológico, outros no plano psicológico e ainda outros no plano social.

Minayo (2005), ampliando a discussão sobre a violência, concluiu seu entendimento e argumentou que esse fenômeno consiste na interação de todas essas dimensões que abarcam o ser humano. Assim, não existe uma causa única, mas uma confluência de fatores que contribuem para a emergência dos atos violentos.

Humberto Maturana, um importante biólogo chileno, também analisa o fenômeno da violência, e destaca um importante aspecto de nossa cultura:

Em minha opinião, nossa cultura patriarcal centrada na dominação e na submissão, nas hierarquias, na desconfiança e no controle, na luta e na competição, é uma cultura geradora de violência porque vive em um espaço relacional inconsciente de negação do outro. [CODDOU, 1995. p. 8. Apud COUTO].

Em verdade, o Patriarcado, há muitas décadas, tem sido problematizado por diversas áreas do conhecimento e muitas mulheres se engajaram, nas últimas décadas, em um movimento de mudanças nas formas de relações de gênero em todo o mundo. Os estudos reconhecem esse sistema de crenças como uma ideologia tradicional, um modo de organização sociocultural que define a condição “feminina” como inferior à condição “masculina”. A realidade sociocultural estruturada em termos de uma divisão de papéis masculinos e femininos é aquela que sustenta a sobreposição de uma lógica hierárquica justificadora das desigualdades de gênero e que faz prevalecer uma primazia do homem sobre a mulher. Por conseguinte, essa ideologia tem permitido uma tolerância a várias formas de violência consideradas, inclusive, como “necessárias” à manutenção da “ordem social” (CHAUÍ, 1984; PAIVA, 1990; SAFFIOTI, 2004).

Os custos, para homens e mulheres, da sobreposição da cultura patriarcal significaram a prevalência de alguns valores no âmbito das relações sociais. A competição, a exclusão, a força, a separação, a guerra e a razão prevaleceram sobre os ideais de cooperação, igualdade, união, paz, inclusão, emoção e sentimentos como o amor. Além disso, tais valores foram associados ao universo do feminino, sendo, portanto, considerados destituídos de valor social.

Linda Leonard problematiza o impacto do Patriarcado sobre as mulheres, assim argumentando:

Os modos de expressão e de ser que são unicamente femininos ou não convencionais, e portanto potencialmente criativos, com frequência são desacreditados pelas culturas patriarcais, e quando as mulheres tentam vivê-los são rotuladas de loucas ou excêntricas. (LEONARD, 2003, p. 25).

Leonard (2003), também, defende a tese de que o impacto do Patriarcado sobre as mulheres foi o de afastar para o universo da sombra cultural todas as mulheres que não se enquadravam em seus pressupostos, isto é, que não aceitaram reproduzir ou viver papéis de subordinação. Algumas questões irromperam em nosso universo reflexivo: qual seria o impacto para uma mulher de se viver nesses terrenos sombrios da cultura? Quais seriam as consequências para sua vida emocional e afetiva? Que alternativas ela teria de enfrentamento de formas de discriminação e exclusão resultantes desta ideologia patriarcal dominante?

De acordo com Leonard (2003), a vivência de papéis limitadores e debilitantes

pode comprometer a saúde emocional das mulheres que não encontram significado nesses papéis, podendo inclusive desenvolver padrões de psicopatologias que lhes tornariam incapazes de gozarem de uma vida plena.

Leonard (2003), também, salientou que a ausência de consciência por parte da mulher de não poder realizar plenamente seus potenciais gera, desse modo, uma profunda frustração e raiva pela vida que não pode viver, elementos estes que podem ser dirigidos contra os filhos, maridos, pais, amigos ou contra si mesma, bloqueando o fluxo da energia criativa e, por consequência, não encontrando uma saída criativa para seus conflitos. A autora faz referência a várias mulheres criativas das artes, da literatura e da mitologia que tiveram seus destinos tragicamente marcados por agirem sob a posseção do arquétipo da louca. Ela fala de mulheres que matam amantes que as rejeitaram, mulheres que estão “à beira de um ataque de nervos”, mulheres que matam seus filhos, mulheres terroristas... todas refletindo em seus atos imagens da Louca arquetípica.

Diante das tantas facetas do fenômeno da violência doméstica, há que se considerar sua complexidade ao tentar estabelecer uma linha de compreensão. Todavia, quando se pensa em contextos interventivos, faz-se necessário a eleição de um foco para viabilizar a possibilidade de realização de um trabalho. Neste sentido, a presente proposta centralizou sua intervenção na dimensão da singularidade e subjetividade da mulher envolvida com a violência, para que, por meio de sua produção artística, fosse possível conhecermos dimensões mais profundas do seu ser, além de tentar proporcionar a elas recursos capazes de lhes possibilitar um controle sobre o aspecto destrutivo da energia aqui intitulada de Louca.

Para tanto, elegi como aporte teórico a Psicologia Junguiana, por acreditar que uma compreensão aprofundada da problemática possibilitaria intervenções eficazes que promovessem a superação das situações de violência doméstica. A busca pela Arteterapia também se configurou como uma possibilidade de trabalho neste contexto da violência, mais especificamente da violência que se manifesta no contexto das relações de afetividade e convivência. Considerou-se, também, o fato de que o propósito da Arteterapia é permitir ao participante de um processo a utilização de recursos expressivos, como desenho, pintura, colagem, assemblagem, escultura, modelagem, marionetes, escrita criativa, dança, música, teatro, etc., a fim de que seja facilitado seu processo de individuação, materializando imagens do seu inconsciente para facilitar sua comunicação e ajudando-o a colher seus símbolos na fonte viva das imagens e transformá-los, se possível, em linguagem verbal (PHILIPPINI, 1997). Entendemos que o contexto arteterapêutico pode fazer emergir as dificuldades mais arcaicas e conflitos mais profundos, ainda não conscientes, o que tende a facilitar a sua elaboração psíquica.

De acordo com estudos desenvolvidos por Vasconcellos (2003), a imagem

como processo anterior à elaboração da palavra, como elemento pré-verbal e, portanto, como conteúdo psíquico, está estreitamente relacionada aos processos primários na constituição das experiências primitivas ligadas à vida progressa. Considera-se que o trabalho arteterapêutico facilita a redução das defesas (que dificultam o processo terapêutico) por intermédio da atividade não verbal, pois, sendo a linguagem pela palavra nosso canal de comunicação mais comum, tornamo-nos aptos a estruturar meios de defesa contra situações mobilizadoras de ansiedade e angústia, fazendo uso de recursos verbais. Entretanto, por meio da expressão imagética, estas defesas podem tornar-se menos rígidas, havendo maior possibilidade da resolução dos conflitos.

Além disso, a objetivação de sentimentos e vivências pela criação de um objeto artístico concreto pode favorecer o direcionamento construtivo da energia. Ao transformar conteúdos subjetivos em objetos de Arte, o sujeito poderá sentir-se mais à vontade para falar sobre sua própria subjetividade por meio da projeção, podendo, gradualmente, reconhecer e integrar seus próprios sentimentos ali depositados e, assim, elaborar também seus impulsos destrutivos.

E, de uma maneira geral, a proposta da Arteterapia é favorecer a experiência terapêutica por meio da linguagem artística, desenvolver recursos físicos, cognitivos e emocionais, propiciar o desenvolvimento de habilidades e de potencialidades, favorecendo a utilização de recursos internos na resolução de conflitos, e estimular a livre expressão, oferecendo espaço continente para a externalização de aspectos do mundo subjetivo, sejam estes aspectos conscientes ou não (PAIN e JARREAU, 1996).

Nossa hipótese é que, por uma ampliação de consciência sobre si mesma, cada participante pode ampliar o reconhecimento do outro com o qual ela convive, assim como legitimar suas necessidades, desenvolvendo formas de relacionamento mais respeitoso.

Os objetivos específicos do trabalho com o grupo de mulheres envolvidas em situação de violência foram: analisar os padrões de vida expressos nas produções criativas das participantes; observar a dinâmica psíquica das mulheres diante do contato com imagens de situações de violência vividas por elas; e, por fim, propiciar às participantes um espaço no qual pudessem também refletir sobre seu envolvimento com a Justiça como uma oportunidade para novos sentidos em seu processo de individuação.

Vasconcellos e Giglio (2006) comentam a importância de os terapeutas encontrarem as condições físicas e psíquicas necessárias para que os sujeitos, foco da intervenção arteterapêutica, tornem-se aptos e dispostos a criar.

No intuito de favorecer o processo das participantes, construí um *setting* arteterapêutico capaz de lhes oferecer uma atmosfera ao mesmo tempo segura e acolhedora, contando com uma diversidade de recursos expressivos, de modo a facilitar a descoberta de trilhas de acesso ao inconsciente, o que, segundo Philippini (1997), é singular para cada indivíduo.

O relato da experiência



A experiência retratada ao longo deste trabalho foi realizada com um grupo de 7 (sete) mulheres que cumprem medida judicial despenalizadora em uma organização não governamental localizada em Belo Horizonte, em parceria com o Juizado Especial Criminal, que, desde 1998, desenvolve ações no âmbito do enfrentamento das violências que ocorrem no âmbito das famílias e nas relações de gênero, oferecendo grupos de reflexão a homens e mulheres envolvidos com esse grave fenômeno social.

Consideramos um diferenciado enquadre para esse grupo de mulheres envolvidas em situação de violência e que cumprem medida judicial definida em 12 (doze) encontros de três horas cada um. A partir dos conteúdos expressos pelas participantes, fizemos uma articulação reflexiva, perpassando pelos seguintes temas: identidade e autoestima; relações familiares; violência intrafamiliar e de gênero; preconceito; justiça; conflitos construtivos x conflitos destrutivos; formas de comunicação não violenta; autonomia, protagonismo e projeto de vida.

Apesar de não termos pretendido instituir tarefas ou vivências fortemente dirigidas, oferecemos, em alguns momentos, estímulos geradores que contribuíssem para a emergência dos conteúdos trabalhados no espaço terapêutico. Enfatizamos que os recursos expressivos foram disponibilizados apenas como auxílio no processo de expressão das participantes do grupo.

O trabalho foi conduzido, tendo em vista a duração do cumprimento da medida ser previamente determinada pela Justiça. As sessões foram conduzidas com base nos pressupostos de abordagem terapêutica breve, na concepção de ciclos psicodinâmi-

cos, sendo as quatro primeiras destinadas à exploração dos diversos materiais expressivos, permitindo as primeiras impressões sobre o processo arteterapêutico, além da construção da hipótese central acerca de áreas de bloqueio do fluxo da energia criativa a serem trabalhadas ao longo do processo.

As quatro sessões seguintes consistiram de trabalho sobre as emoções que emergiram a partir da produção das imagens, através das quais as participantes atribuíam os significados às suas obras, ampliando a consciência sobre si mesma, suas possibilidades de transformação de suas realidades internas e externas, em um processo de crescimento contínuo.

As demais sessões consistiram da integração de afetos, potenciais latentes, fortalecimento da autonomia na construção da própria história e na confiança no potencial criativo de cada participante seguir o seu caminho de individuação, honrando a sua singularidade e a sua história de vida.

Para o conhecimento do grupo, apresentamos sua configuração inicial a partir do motivo ensejador de seu encaminhamento para o cumprimento da medida judicial e de sua motivação inicial.

Participante 1: Encaminhada devido à briga com um parente que é sua vizinha e cujas residências se encontram separadas apenas por um muro. Ela revelou sentir-se bastante injustiçada por tal medida.

Participante 2: Seu encaminhamento ao grupo ocorreu devido à denúncia de seu ex-companheiro e pai de sua filha de 1 ano de idade, de que ela havia queimado a mão da criança. Mulher espontânea, sentia-se também incomodada com a obrigação de participar e destacou muitas violências praticadas por esse companheiro contra ela.

Participante 3: Foi encaminhada ao grupo devido à denúncia de que ela havia tentado enforcar o filho de 4 anos.

Participante 4: Seu encaminhamento se deu devido à denúncia de negligência feita pelo Conselho Tutelar de que ela havia saído para beber e deixado sua filha de 6 anos sozinha em casa.

Participante 5: O motivo do encaminhamento foi negligência com os dois filhos (4 e 9 anos de idade). O Conselho Tutelar abrigou seus filhos, retirando-os de seus cuidados, o que lhe estava causando profundo sofrimento.

Participante 6: Encaminhada devido à agressão ao marido com um vaso de prata que provocou lesões na cabeça da vítima.

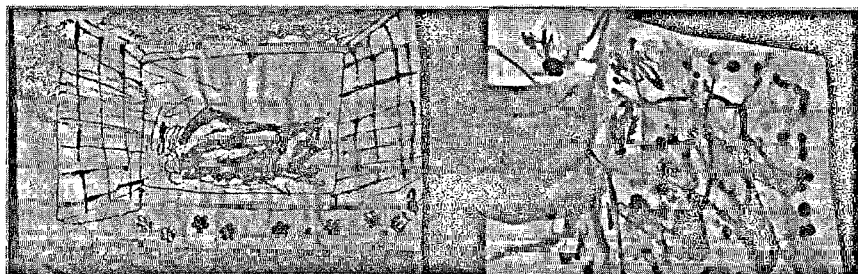
Participante 7: Ela foi reencaminhada ao grupo, pois não havia cumprido a medida que, inicialmente, havia sido imposta pela Justiça por maus-tratos praticados contra um filho. Essa criança foi entregue ao pai e a mãe não tinha mais contato com ela, o que lhe causava revolta e desesperança.

Nos primeiros momentos do grupo, as participantes demonstraram certa

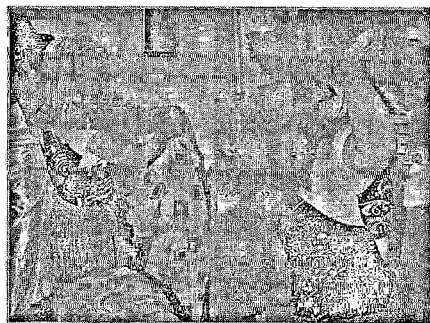
apreensão com o envolvimento com a Justiça, temendo que suas revelações ao grupo lhes pudessem prejudicar judicialmente. “Será que o que eu disser poderá ser usado contra mim?”

Nas primeiras sessões, portanto, fez-se necessário uma ênfase na construção do vínculo de confiança e, aos poucos, fomos notando maior espontaneidade das mulheres para o desvelamento de seu mundo interior.

Também registramos, nesta etapa, imagens que retratavam a agressividade como um recurso utilizado nas relações interpessoais e, também, como forma de identificação pessoal.

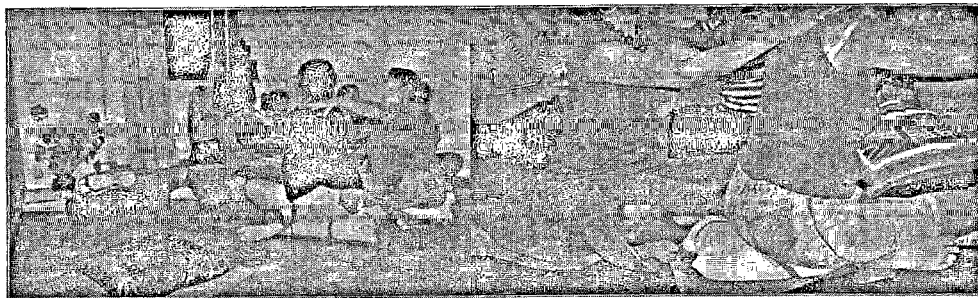


Em outra sessão foi possível verificar as dificuldades para integrar o conceito que cada uma tinha de si (como eu me vejo) e aquele que o outro fazia (como os outros me veem). A imagem corporal produzida através da imagem criada com lenços, panos e maquiagem demonstrou falta de integração entre essas duas dimensões da condição de existência.

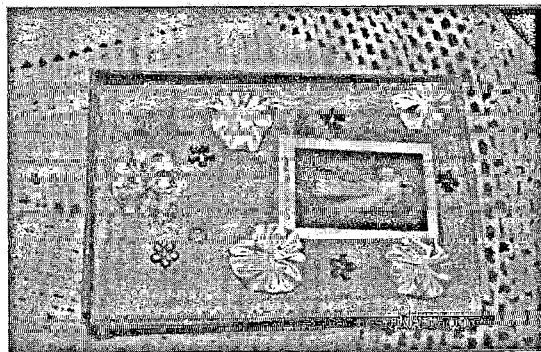


Já na segunda etapa do processo, uma sessão que desencadeou muitas emoções foi a proposta de se trabalhar com o motivo que as levaram ao grupo, isto é, a violência que praticaram.

A sessão iniciou-se com as mulheres sentadas em círculo, massageando-se. Foi oferecido o estímulo do mito de Pandora para que elas pudessem construir em uma caixa imagens da sua própria luz e sombra. As reações emocionais foram intensas e surgiram muitas revelações de perdas, de feridas emocionais, de desamparo diante das adversidades vividas.

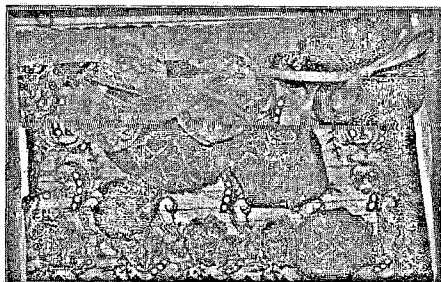


Uma das mulheres mencionou a morte de seus dois filhos em menos de um ano, por assassinato, e seu processo de “enlouquecimento” posterior. Ela se lembrou de que sentiu a mesma loucura quando agrediu o seu marido e o quanto o ter trabalhado essa questão por meio da confecção da “Caixa de Pandora”, a representação de sua luz e de sua sombra, permitiu a liberação de uma energia que estava represada. Uma imagem da caixa referiu-se aos filhos mortos, ao passo que a imagem de Cristo foi ampliada por ela como uma luz que a habita. Essa experiência, segundo a referida participante, permitiu uma reparação de seu ato violento quando ela pediu desculpas e recebeu do marido o perdão.



Outra participante falou da revolta que sentiu com o nascimento do filho; para ela, sua sombra era toda vermelha e preta. Ela ressaltou o quanto se sentiu prejudicada

na sua vida pelo nascimento do filho, e que esse sentimento a fazia distanciar-se afetivamente da criança. No momento em que essa mulher mencionava tais emoções, ela chorava compulsivamente. Na sessão seguinte, relatou que a confecção da “Caixa de Pandora” permitiu a ela se sentir mais leve e que, a partir de então, estava conseguindo brincar com o filho e sentir prazer de estar próxima dele.



Nas quatro sessões finais, as mulheres já se mostravam mais tranquilas, falando do prazer da descoberta de suas potencialidades criativas, do tempo que estavam tendo para si, comentando a dimensão positiva da sanção da Justiça. Salientavam a vontade de aprender a lidar mais construtivamente com seus conflitos interpessoais, assim como com suas frustrações. Além disso, evidenciaram sua percepção de que, com seus atos de violência, perpetuam um padrão de violência doméstica do qual também foram vítimas.

Considerações finais

O presente trabalho retratou a experiência e as reflexões suscitadas ao longo da realização do estágio em Arteterapia desenvolvido com um grupo de sete mulheres que cumprem medida judicial devido à prática de atos violentos contra terceiros, com os quais mantêm laços de afetividade ou relações de convivência.

Os objetivos específicos do trabalho foram a análise dos padrões de vida expressos nas produções criativas das participantes; a observação da dinâmica psíquica das mulheres diante do contato com imagens que refletissem situações de violência vividas por elas; e por fim, a reflexão sobre seu envolvimento com a Justiça como oportunidade para novos sentidos em seu processo de individuação.

A hipótese inicial foi a de que, por meio de uma ampliação de consciência sobre si mesma, cada participante do grupo poderia ampliar o reconhecimento do outro, de convivência próxima, como portador de necessidades legítimas e como detentor do

direito de ser tratado de forma digna e igualitária. Do ponto de vista da Justiça Criminal, tal reconhecimento, no âmbito do cumprimento de sua competência, é condição necessária para a consideração da eficácia de uma medida judicial.

A experiência nos mostrou que a criação de um *setting* arteterapêutico capaz de oferecer às participantes uma atmosfera ao mesmo tempo segura e acolhedora, contando com uma diversidade de recursos expressivos (tintas, argila, papéis coloridos, adereços, lãs e linhas coloridas, etc.), facilitou a descoberta de trilhas de acesso ao inconsciente. De acordo com os autores estudados, como arteterapeutas, constatamos que o cuidado com o espaço a ser disponibilizado aos sujeitos deveria receber de nossa parte atenção constante ao longo do trabalho, sob pena de vermos a disposição dos participantes para a criação diminuída. A imagem produzida fala quando as palavras se calam.

Quanto ao comportamento violento das participantes e as possíveis formas de expressão de afetos e sentimentos a serem por elas desenvolvidas, foi possível constatar que, em face dos diversos componentes que causam o comportamento violento, os quais foram amplamente discutidos ao longo deste trabalho, o processo arteterapêutico, nos moldes de um processo breve (12 sessões), pode fazer emergir conteúdos ainda não conscientes de vivências primárias da vida da participante, despertando-a para a necessidade de ampliação de seu processo de autoconhecimento, visto que novos horizontes se descortinaram a partir do processo da Arteterapia.

Do ponto de vista jurídico, podemos considerar que uma intervenção desta natureza pode comprovar a viabilidade de mudanças nas respostas do Poder Judiciário ao fenômeno da violência doméstica, o que pode provocar uma ressignificação do olhar do cidadão para o sistema penal, que pode deixar de ser reconhecido apenas como um distante e inócuo *locus* punitivo, para transformar-se em espaço de oportunidade de conhecimento de si e reconhecimento do outro como sujeito de direitos, isto é, um espaço de fortalecimento da Democracia, o que, por si só, justifica a importância da realização dos grupos de Arteterapia neste contexto.

Todavia, nossa busca transcende o âmbito jurídico e, neste sentido, podemos dizer que, apesar da abertura paulatina das mulheres ao revelarem aspectos de suas histórias de vida mobilizadores de ansiedade e angústia – ser vítima de abuso sexual, sofrer humilhações e agressões psicológicas e físicas reiteradamente, sofrer violações à integridade física, tais como estupro e abuso sexual perpetrado por figura paterna, por exemplo –, percebemos que as imagens produzidas apontam para o início de um processo de ampliação de consciência e para a necessidade da dilatação do tempo para que mudanças de comportamentos se consolidem.

A objetivação de sentimentos e vivências pela criação de um objeto artístico favoreceu o direcionamento construtivo da energia, isto é, as mulheres participantes,

por várias vezes, por meio da simbolização, demonstraram integrar os sentimentos depositados na imagem construída e afirmaram a aquisição de um novo olhar sobre si, capaz de reconhecer e controlar um impulso destrutivo.

Para os fins de nosso trabalho, podemos considerar que a proposta da Arteterapia propiciou o desenvolvimento de habilidades e de potencialidades e favoreceu a exploração de outros recursos internos na resolução de conflitos, os quais se revelaram mais construtivos e saudáveis. Além disso, a ampliação da consciência acerca de si despertou o desejo de novas descobertas e de reconexão interior.

Sendo a atividade criativa capaz de favorecer a liberação de forças regeneradoras da psique, onde habita uma incrível capacidade de luta contra o silenciamento das vozes das mulheres, a opressão da força feminina, a rejeição dos valores tipicamente femininos (intuição, sentimento, sensibilidade, criatividade e receptividade) e de sobreviver às pressões advindas do meio externo, concluímos, também, que a Arteterapia pode auxiliar aquelas mulheres que escolheram caminhos não demarcados pela sociedade patriarcal a transformar suas histórias, ao mesmo tempo em que contribuem para as mudanças na coletividade de sua cultura.

Para finalizar, recorremos a Philippini (1997, p. 6) para reafirmar que “qualquer indivíduo, mesmo aquele considerado doente, incapaz e marginalizado pela sociedade, conta com núcleos saudáveis... sementes criativas que encontrarão espaço para germinar e crescer através destas produções arteterapêuticas”.

Referências Bibliográficas

- CHAUÍ, Marilena. *Repressão Sexual: essa nossa (des)conhecida*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- CIORNAL, Selma (Org.). *Percursos em Arteterapia: arteterapia e educação, arteterapia e saúde*. São Paulo: Summus, 2005.
- CODDOU, F. et al. Violencia; en sus distintos ambitos de expresión. Santiago de Chile, Dolmen, 1995. *Apud OLIVEIRA, José Guilherme Couto. Obstáculos na transformação de dinâmicas pessoais e relacionais de homens em situação de violência doméstica*. Monografia – ITF, Rio de Janeiro, 2006.
- GRINBERG, Luiz Paulo. *Jung – O Homem Criativo*. São Paulo: FTD, 2003.
- JUNG, C. Gustav. *Memórias, Sonhos e Reflexões*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1962.
- JUNG, C. *O Homem e seus Símbolos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1964.
- LEONARD, Linda S. *E a Louca tinha razão: canalizando a explosão dos instintos para uma vida criativa*. São Paulo: Summus, 2003.
- MEDEIROS, Adriana; BRANCO, Sonia. *Contos de Fadas: vivências e técnicas em arteterapia*. Rio de Janeiro: Wak, 2008.

- MINAYO, M. C. de S.; SOUZA, E. R. de (Org.). *Violência sob o Olhar da Saúde: a infrapolítica da contemporaneidade brasileira*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003.
- MINAYO, M. C. de S. *Violência e Saúde*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Vigilância em Saúde. *Impacto da Violência na Saúde dos Brasileiros*. Brasília, 2003.
- OLIVEIRA, Suelly. Nem homem gosta de bater, nem mulher gosta de apanhar: Fortalecendo a rede de proteção. *Marcadas a ferro: violência contra a mulher uma visão multidisciplinar*. Brasília: Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres, 2005. p. 234-238.
- PAIVA, Vera. Evas, Marias, *Liliths... as voltas do feminino*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- PHILIPPINI, Ângela (Org.) et al. *Arteterapia: da Imagem e do Método*. Coleção Imagens da Transformação. Rio de Janeiro: Clínica Pomar, v. 6, p.5, 1999. *Apud* NAGEM, Denise. *Caminhos de transformação: transformar para integrar*. Monografia. Rio de Janeiro: Clínica Pomar, 2006.
- PHILIPPINI, Ângela. *Cadernos de Arteterapia*. Rio de Janeiro: Pomar, 1997.
- PHILIPPINI, Ângela. *Cartografias da Coragem: para entender Arteterapia*. Rio de Janeiro: Wak, 2007.
- PHILIPPINI, Ângela (Org.). *Arteterapia: Métodos, Projetos e Processos*. Rio de Janeiro: Wak, 2007.
- SAFFIOTTI, Heleieth I. B. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.
- SOUZA, Otilia Rosângela. *Longevidade com Criatividade: Arteterapia com Idosos*. Belo Horizonte: Armazém de Idéias, 2005.
- SOUZA, Otilia Rosângela. *Breve Histórico da Arteterapia*. Pós-Graduação em Arteterapia - Integrarte/FAVI, Belo Horizonte, 2009. Apostila.
- URRUTIGARAY, Maria Cristina. *Arteterapia – A transformação pessoal pelas imagens*. Rio de Janeiro: Wak, 2004.
- VASCONCELLOS, Érika Antunes. *Imagens simbólicas no adoecer: estudo descritivo sobre o processo arteterapêutico de pacientes oncológicos*. Tese de Doutorado - Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação, Campinas, 2004.
- VASCONCELLOS, Érika Antunes; GIGLIO, Joel Sales. *Arte na Psicoterapia: imagens simbólicas em psico-oncologia*. São Paulo: Vetor, 2006.

Relato de experiência: Atuação do “Grupo de Trabalho do Feminino: Questão de Diferença”, do CRP/MG, no Grupo de Amigos e Familiares de Pessoas em Privação de Liberdade

Marisa Sanabria¹

Silvana Pontes Bueno²

A não naturalização das desigualdades sociais é o que permite a interpretação das relações de subordinação.

(Barret, 1994.)

Introdução

O Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais (CRP/MG), integrante do Sistema Conselhos, contribui para o desenvolvimento da Psicologia como ciência e profissão, inserindo-se em espaços de diálogo e participa ativamente das lutas cotidianas, vivenciando as realidades concretas e diversas que norteiam as questões sociais e políticas da cidadania. Trata também de situações de violação dos direitos humanos, firmando alianças e desenvolvendo parcerias com outras entidades, comprometido com a sociedade.

O CRP/MG constitui comissões e/ou grupos de trabalho, para a execução de atividades específicas, assim como para atender à necessidade de determinadas áreas. Dessa forma, em 2009, foi criado um Grupo de Trabalho (GT), por meio da Comissão de Direitos Humanos, para tratar das questões do feminino, no intuito de sistematizar experiências e produção de saberes a partir da atuação dos profissionais nas diversas áreas da psicologia, podendo intervir em ações coletivas, sob uma perspectiva mais ampla, entendendo que “feminino” não está restrito somente à mulher ou a uma perspectiva de gênero.

No transcurso da trajetória, o “GT do Feminino: Questão de Diferença” foi convidado para atuar no Grupo de Amigos e Familiares de Pessoas em Privação de Liberdade. A Associação de Amigos e Familiares de Pessoas em Privação de Liberdade é uma entidade fundada em 2007 com o objetivo de organizar os familiares de presos(as) em Minas Gerais e de garantir a defesa dos direitos humanos e das garantias fundamentais para a população carcerária e seus familiares. O Grupo reúne-se no auditório do CRP/MG uma vez por mês.

O convite surgiu no lançamento de uma publicação do “GT do Feminino” pelo

¹Psicóloga, CRP04/5350; mestre em Filosofia pela Universidade Federal de Minas Gerais; conselheira coordenadora do “GT do Feminino”.

²Psicóloga, CRP04/8657; pós-graduada em Gestão Estratégica de Fundações e Especialista em Psicologia Organizacional e do Trabalho pelo CFP.

CRP/MG, em 2010. O coordenador da Associação percebeu a necessidade de trabalhar questões de gênero no Grupo, pelo mesmo ser formado, em sua maioria, por mulheres. Iniciou-se a proposta a partir da elaboração e do entendimento de uma ética e uma cidadania pensada sob a ótica do feminino, determinada pelas singularidades e diferenças, estimulando a lucidez de consciência e o princípio de conexão.

Ségundo a coordenadora do GT, a parceria visa compreender a situação de exclusão e contribuir na formação de uma concepção de cidadania participativa e dinâmica. Trata-se de exercitar uma ética da inclusão e um resgate da dignidade das pessoas.

De acordo com Sanabria, a escuta dessas mulheres duplamente excluídas, pela condição de mulher e por estarem privadas de liberdade ou cuidando de pessoas privadas de liberdade, é o primeiro passo no intuito de fortalecê-las, e então possibilitar mudanças.

Essas pessoas, mulheres em sua grande maioria, vivem uma situação de isolamento permanente. O sistema prisional é um lugar de poder, pensado na lógica do “masculino”, marcado por todos os traços do autoritarismo, da violência e da hierarquia do universo patriarcal.

O fato de ter um familiar preso já penaliza a família em sua vivência afetiva. A família não cometeu crime algum, mas a sociedade não entende assim e tem preconceitos. No caso das mulheres, relacionar-se com um presidiário a aprisiona também e esses laços se estabelecem a partir da condição humana do preso.

Fundamentação

O feminino estaria definido por um entendimento das relações afetivas, do vínculo com o trabalho e dos propósitos coletivos, marcados pela procura da solidariedade e do bem comum. O feminino não visto como adjetivos que se aplicam às mulheres – “doce, delicada, amável” – ou como uma referência arquetípica de resposta a modelos culturais que determinam como deve ser uma mulher “normal”.

Dividimos nossa convivência em espaços público e privado. No espaço público, exercitamos as virtudes do guerreiro, a produção, a eficiência e o êxito pessoal. No espaço privado, mantemos os laços de afeto, acolhimento e solidariedade.

Masculinizamos o mundo íntimo, mas não feminizamos o mundo público. Segundo Camps (2003), feminizar o público seria torná-lo mais responsável, pragmático e solidário. A mulher tornou-se um guerreiro armado como uma forma de resolver desigualdades que não foram solucionadas. Continuamos na mesma estrutura que determina o adoecimento das mulheres, demonstrando que o custo de conciliar os dois mundos, público e privado, leva ao adoecimento físico, à angústia, à culpa e ao conflito emocional.

Na “Ética do cuidado”, Carol Gilligan (2003) menciona que as mulheres se têm preocupado com o cuidado e a responsabilidade, enquanto que os homens sempre aten-

deram à Justiça, distante, fria e impessoal. No lugar de uma cidadania universal, que anuncia direitos abstratos e gerais para todos, o que nos interessa é o princípio de cidadania diferenciada, uma discriminação positiva para favorecer os excluídos. Por exemplo, o princípio que diz “Todos os homens são iguais perante a lei” é uma definição imprecisa pensada de modo “masculino”, que determina o trunfo do paradigma da exclusão.

É evidente a importância das igualdades de direitos civis, das condições de trabalho, da justiça econômica, mas que este propósito seja o ponto de partida e não de chegada. Camuflamos as diferenças para instaurar desigualdades e não reconhecemos singularidades, pluralidades e tudo aquilo que não se encaixa no modelo da certeza, da ordem ou da normalidade; dessa forma, mantemos lugares de inclusão para alguns e territórios de abandono para muitos.

Este sujeito universal e genérico desconhece as diferenças e constrói direitos abstratos, indefinidos e distantes. A partir de uma perspectiva do feminino, reivindicamos direitos substantivos que somente serão possíveis se reconhecermos as diferenças. Falamos, assim, do bem-estar físico, do acolhimento e da atenção a indivíduos concretos, pois, quando exercitamos as razões do Estado, esquecemos as necessidades diferentes para cada cidadão. Uma representatividade pensada em feminino se fundamenta em uma ética instaurada sob uma nova ordem simbólica, a partir dos arquétipos negados pela universalidade; estamos falando de sujeitos diferenciais, lutando por direitos substantivos e não abstratos. Não é somente um problema de mulher ou uma questão de gênero, é um desafio coletivo e necessitamos implicar toda a sociedade na proposta de um cuidado que remete a um novo paradigma do acolhimento e da solidariedade. Assim, ante a ética da Justiça, que se pretende imparcial e tem como proposta normatizar a vida de todos, propomos uma ética das diferenças e da proximidade, porque a Justiça nem sempre é suficiente em relação ao bem-estar comum.

Metodologia

O grupo focal foi escolhido, por possibilitar a análise da intervenção na história pessoal dos participantes. O grupo focal tem por objetivo captar, a partir das trocas realizadas no grupo, conceitos, sentimentos, atitudes, crenças, experiências e reações, de modo que não seria possível em outros métodos, isto porque no grupo focal há a possibilidade da interação entre as pessoas participantes. E, ainda, permite compreender o processo de construção da realidade por determinados grupos sociais, assim como práticas e comportamentos em relação a fatos e eventos específicos, dentro de uma coletividade (GATTI, 2005).

A experiência foi realizada em formato de oficinas com temas definidos para cada encontro, tratando sobre os medos, a violência, a história pessoal, as ilusões, as escolhas próprias, as interferências no caminho, entre outros.

Primeiramente foi realizada uma oficina com um grupo formado por oito mulheres e um homem para a escuta das expectativas em relação à proposta. Após este levantamento, foram escolhidos alguns temas, tais como violência, reconciliação e organização da vida. Realizamos seis oficinas com duração de aproximadamente duas horas cada uma.

Resultados e discussões

Nos encontros, cortando, colando, colorindo, dramatizando contos e falando da vida, os depoimentos foram aparecendo e registrada algumas reflexões do grupo:

“Só conseguimos fazer algo melhor nos aproximando...”

“Violência são situações de ruptura, de afastamento...”

“Na guerra é permitido cometer as maiores atrocidades, é justificado como se fosse uma causa importante...”

“Mulheres têm sonhos de contos de fadas e autoestima baixa...”

“Ninguém é dono de ninguém, ninguém é mercadoria de ninguém...”

“O homem faz o que quer, a mulher, se não cuidar de si, fica sozinha no mundo... a ver navios...”

“Eu aceitei minha pobreza, minha vida ficou igual a essa história... abandonada... Mas me esforcei para sair disso, tem quem quer ser ajudada...”

“É difícil reconhecer o que se quer... Quando consigo o que quero, chego a determinado ponto e quero mudar...”

“Silenciosamente a mulher se cobra muito mais do que se pode imaginar...”

“Então, qual é o para casa da mulher?... Saber o que quer da vida...”

Mantivemos como proposta uma atenção em relação às atitudes éticas do cuidado, da inclusão e da tolerância, estimulando reflexões sobre a dignidade e o respeito em mulheres que não tinham uma percepção clara dos diversos abusos e arbitrariedades aos quais eram submetidas.

Foi registrada a vivência do grupo, na qual os participantes relataram as transformações e mobilizações em suas vidas, após o trabalho executado. Algumas falas constatam as mudanças percebidas no grupo:

“O impacto maior foi com a participante G., que era completamente dependente do marido presidiário, que com os encontros tomou posse de que ela não precisava ser submissa. Tirou carteira de motorista, entrou para um cursinho de Vestibular no meio do ano e passou para Direito. E o marido ajuda ela a pagar a faculdade. Hoje ela cuida da casa, das filhas e estuda.”

Após este relato, outra participante também colocou suas impressões:

"As mulheres do grupo de amigos tinham a autoestima baixa. Passavam humilhação na revista vexatória. No grupo de amigos, retomaram a segurança, a confiança e a autoestima."

Uma participante faz referência aos quesitos necessários para a obtenção de resultados com a experiência:

"Para o trabalho dar resultado, tem que seguir todas as etapas... gente, assim como G. fez. Em todos os encontros, podia ver, G. sempre estava."

Um participante do sexo masculino fez suas impressões e relatos em relação ao grupo e ao trabalho realizado:

"Trouxemos o grupo para cá. A maioria das mulheres sofria pelo companheiro estar preso e, muitas vezes, perdiam o contato, pois quando eles eram soltos, tomavam rumos diferentes e já tinha outra mulher. A mulher sublima a revista vexatória mesmo que fira a dignidade da pessoa humana. A revista vexatória acaba com a autoestima da mulher. Fere a intimidade da mulher. O homem já não se submete. O familiar tem que ter força para acolher este sofrimento. E o grupo está dando esse suporte. No equilíbrio e desequilíbrio. A mulher tem força, não teme para lidar com o companheiro dentro ou fora do sistema carcerário. As mulheres do grupo sofrem exclusão duas vezes; uma por ser mulher, e outra por cuidar do preso. Quando as mulheres encarceradas voltam, muitas vezes o filho nem as reconhecem."

Houve uma declaração de uma participante que coordena um grupo de mulheres:

"Eu também já tenho experiência com estas questões que vão além da mulher, formei um grupo de mulheres em Rio Acima e, lá, falamos muito sobre a violência doméstica e do trabalho da mulher. A mulher se cobra muito. Carrega toda carga. Este trabalho serve como troca de experiência entre as mulheres. Somos movidos pelo impulso. A saúde mental é importante. Ficamos que nem maracujá: todo sugado, acabado com o problema. Precisamos dar continuidade, ter a vida. Não parar em função da pessoa. É preciso recuperar a dignidade do feminino."

Outra participante do grupo relatou um pouco da sua experiência:

"O que eu aprendi foi a batalhar, lutar por aquilo que acredito. Até meu filho disse que, quando ele não acreditou nele, eu acreditei."

Relato da história pessoal de outra participante:

"Meu filho ficou na prisão 21 anos e eu ajudando ele a sair. Enquanto isso, meu marido ficava por aí, com outras mulheres e depois me largou. Agora, ele virou meu inimigo, fica colocando meu filho contra mim. Estão querendo voltar meu filho para prisão. Ele tem depressão e já tentou suicídio três vezes. Eu não sei mais o que eu faço. Eu peço a Deus para me levar logo, ou, acabar com este sofrimento, porque eu não aguento mais [...]"

Outro relato:

"Meu filho, também, tentou suicídio. Falava que ia se matar se a gente não desse dinheiro para ele trocar o carro. Aí eu vendi um tanto de coisa para dar a ele um Vectra. Enquanto ele andava de carro, eu andava a pé. Ele tentou me extorquir. Depois eu fui percebendo que aquilo tudo que ele fazia era chantagem e não doença. Descobri que eu contribuía para os delitos dele. O excesso de amor me cegava."

Considerações

O trabalho possibilita compreender outras formas de se relacionar e de se constituir identidades sob uma perspectiva do feminino, ficando evidentes as mudanças de valores, comportamentos e questionamentos.

A experiência mostrou como uma intervenção pode contribuir para resultados expressivos de mulheres em um contexto social específico.

Segundo a coordenação do grupo, a intenção é promover uma reflexão possibilitando construir novos caminhos, assim como também um gesto de carinho, de acolhimento, de respeito, de trocas e aprendizagem. Se o feminino é um princípio de conexão, o propósito foi atingido, pois com essas “mulheres estamos conectadas”...

A primeira parte desta experiência foi apresentada no XVI Encontro Nacional de Psicologia Social promovido pela Associação Brasileira de Psicologia Social, em novembro de 2011.

A “Revista Vexatória” – a simbolização na construção de um Painel (segunda parte)

A proposta deste trabalho foi dar continuidade aos encontros realizados desde 2010 com o Grupo de Amigos e Familiares de Pessoas em Privação de Liberdade, que é essencialmente composto por mulheres que visitam irmãos, filhos, pais e maridos na prisão.

As visitas que estas mulheres realizam na prisão consistem, entre outros procedimentos, de uma revista vexatória que exige o desnudamento das pessoas na frente de terceiros com a exposição das partes íntimas (genitália), chegando, não raras vezes, a ocorrer a penetração do dedo do executor no interior do corpo da visitante.

Entendemos que a violência institucional se faz presente no corpo da mulher onde sempre se instalou a desigualdade, o abuso e o não reconhecimento. A exigência institucional da revista vexatória legaliza e legitima a humilhação, o desrespeito e a violação de corpos desprovidos de cidadania, de dignidade e de direitos, que se submetem a certas penalidades como a única forma de ter acesso às pessoas com as quais têm vínculos afetivos.

A patriarcalidade e arbitrariedade do sistema prisional penalizam não somente aquele que cometeu uma transgressão, senão que maltrata todo seu entorno, e muito mais cruel e duramente quando este é feminino.

A intenção de fazer um painel com panos, feltros e linhas foi uma estratégia de simbolizar, elaborar e verbalizar uma experiência dolorosa e traumática que deixa sequelas de vergonha e destituição da identidade como mulheres e como cidadãs.

Em formato de oficina, o grupo foi conduzido por algumas participantes do

GT do Feminino e o painel foi dando lugar a expressões, entendimentos e conexões que faziam com que essas mulheres pudessem entender a vivência à qual eram submetidas, seus desdobramentos e as dimensões para sua subjetividade.

Alguns depoimentos foram acompanhando a construção do painel, mostrando claramente a institucionalização das desigualdades no corpo.

As estratégias pessoais e coletivas de enfrentamento das relações de poder na revista vexatória e os significados que os sujeitos do Grupo construíram em sua trajetória apresentam elementos para a dinâmica entre o individual e o coletivo. Alguns exemplos são expressivos:

"A portaria, o agente recebendo a gente, uma árvore... A gente chega arrumada, até maquiada, porque a gente pensa que a gente é gente, e depois a gente pelada. A gente chega limpinha, arrumadinha, pensando que é gente." (Margarida, 18/6/2012).

"[...] Esse aqui um banco que a gente fica sentada, a gente nem pode ficar em pé lá porque o agente quase bate na gente, porque não pode ficar em pé nesse corredor. E aqui é as sacolas da gente quando a gente chega ali, né, e eles bagunçam tudo. Inclusive outro dia, minha nora foi com o neném e eles não deixaram ela entrar com sacola e outras coisas, e chegou lá com tudo entornado lá dentro. E aqui sou eu pelada, nua. E aqui é uma pessoa dentro da cela, triste." (Rosa, 18/6/2012).

Historicamente, o corpo da mulher foi o objeto mesmo de naturalização de características e de diferenças que foram transformadas em desigualdades e substrato para a naturalização da opressão. Essa noção é particularmente importante na medida em que a inscrição da opressão no corpo da mulher está intimamente relacionada aos sistemas sociais, políticos e filosóficos decorrentes de um modelo patriarcal de concepção e de divisão da realidade a partir de binários, nos quais a associação conceitual da mulher à natureza e do homem à cultura legitimou a inferioridade das mulheres (BEDIA, 2000). Assim, alguns valores que foram associados ao masculino, como a abstração, a racionalidade e a capacidade de construção cultural e participação política, encerram e legitimam a subordinação feminina a um espaço oposto e excludente a esse, homogêneo e incapaz de produzir individualidades. A construção dos binômios e a associação da mulher à natureza de forma a explicitar um destino único, referenciado em seu corpo e aparato biológico, produziu muitas formas de violência, entre elas o que Palmero (2001) chama de mau-trato axiológico e mau-trato normativo. O primeiro é o que as mulheres sofrem em decorrência da conotação negativa de todas as suas atividades e realizações. Para a autora, o mau-trato axiológico está muito associado ao corpo e pode ser traduzido, entre outras coisas, às vivências de vergonha, prazer e perigo associadas principalmente à sexualidade, ao que acrescentaríamos a direta correlação dessas vivências nos espaços de participação política e, inclusive, no acesso às políticas públicas. Palmero (2001) argumenta em favor da construção de uma ética afirmativa do corpo feminino, um reconhecimento de suas potencialidades, que, pautada pelo valor da responsabilidade compartilhada com o outro sexo, colaboraria para a des-

construção do imaginário patriarcal de debilidade, fragilidade e impotência das mulheres, que não é outra coisa senão mentiras que interiorizamos. A desconstrução do mau-trato axiológico pode ser uma importante ferramenta no enfrentamento do que a autora chama de mau-trato normativo, ou seja, a desqualificação da humanidade das mulheres, negar a elas o exercício de direitos e excluí-las de benefícios sociais e políticos concedidos aos homens. Constrói-se, assim, uma proposta de corporificação das experiências das mulheres como estratégia de dismantelar e ressignificar as elaborações simbólicas de origem patriarcal que ainda se impõem sobre o corpo, contrapondo-se à reificação e absolutização da diferença sexual.

A tomada de consciência do caráter opressivo da “revista vexatória” aparece no grupo e as falas seguintes são expressões desta questão:

“Eu vou mostrar o meu. Eu já senti tudo isso aí que você falou, já chorei, já passei por tudo isso aí, por vexame, por tudo. Mas agora por causa do tempo eu só penso nisso. Eu já passei por tudo, você entendeu? Eu acho que todos que estão lá só querem isso: ser livre. Ter liberdade pra sair pra fora, para trabalhar, para criar seus filhos, né, pra estar junto com suas esposas. Eu acho que é isso que eu sinto. Todos que estão lá tão querendo é isso, eles estão precisando de liberdade, pra aqui fora serem gente de novo.”

“Esse aqui é o meu painel, aí eu coloquei aqui assim, aqui é a cadeia, aqui é eu nua, a roupa caída no chão. Sobre o nu do corpo, porque cada vez pra mim é a primeira vez que eu to indo lá, porque eu não me conformo com isso de ficar nua na frente dos outros.”

O corpo sofrido, maltratado, abusado e ignorado nos fala de uma dimensão do feminino que sempre esteve escondida e castigada. A instituição dramatiza, de forma violenta e exemplar, algo que sempre e historicamente foi feito às mulheres como forma de punir na corporeidade a simbolização de uma sexualidade que foi entendida como desviante. A natureza que tem que ser contida se corporifica na mulher.

A revista vexatória é a metáfora dolorosa da construção simbólica social e institucional do corpo submetido, revelado e sem segredos, tudo deve ser escancarado porque o corpo feminino esconde mistérios.

O painel construído pelo Grupo revela as desigualdades sociais e institucionais, a violência de gênero e as arbitrariedades do Estado. As verbalizações das mulheres são contundentes, os desenhos mostram corpos sem rosto como forma de simbolizar a ausência de subjetividade, a retirada do sujeito ante uma vivência que se configura como insuportável.

Os panos e as texturas foram uma forma de dar outra leitura e uma possibilidade de expressão a uma dor que se silencia porque as circunstâncias obrigam a calar, ao distanciamento e a indiferença como uma forma de sobrevivência. O trabalho possibilitou compreender os comportamentos, os questionamentos e as mudanças de valores.

A revista vexatória que os visitantes sofrem deveria adequar-se às normas constitucionais e aos Tratados Internacionais de Direitos Humanos, devendo o Estado munir-se de equipamentos de segurança que garantam dignidade às pessoas. Existe um Projeto de Lei de Iniciativa Popular Contra a Revista Vexatória, da Assembleia Legisla-

tiva do Estado de Minas Gerais, de 2010, que regulamenta o procedimento de revista de visitantes nos estabelecimentos prisionais, que precisa ser aprovado. O texto completo do projeto está no endereço eletrônico: <http://antiprisonal.blogspot.com/p/projeto-de-lei-de-iniciativa-popular.html>. E ainda encontra-se no *blog* uma lista de assinaturas para a “CAMPANHA CONTRA A REVISTA VEXATÓRIA”.

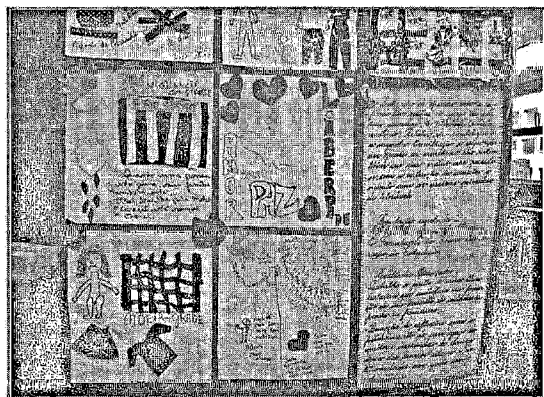
A estrutura “masculinizada” do sistema prisional, fortemente percebida na revista vexatória para as mulheres, deve estruturar-se de acordo com uma sociedade democrática, na qual os direitos humanos sejam efetivamente respeitados, sendo responsabilidade de todos construir a igualdade de gênero.

O trabalho possibilitou compreender como formas de se relacionar e de constituir identidades ficam evidentes nas mudanças de valores, comportamentos e questionamentos.

Referências Bibliográficas

- BEDIA, Rosa Cobo. Género. In: AMORÓS, Celia (Org.). *10 palabras clave sobre Mujer*. Estella: Editorial Verbo Divino, 2000.
- CAMPS, Victoria. *El Siglo de las Mujeres*. Instituto de la Mujer. Madrid: Cátedra, 2003.
- GATTI, Bernadete Angelina. *Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas*. Brasília: Líber Livro Editora, 2005.
- PALMERO, Maria José Guerra. *Teoría Feminista Contemporânea*. Madrid: Editorial Complutense, 2001.
- SANABRIA, M. et al. *O Feminino: Questão de Diferença*. Belo Horizonte: Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais, 2010.

Anexo



Humanizar o tempo: desafios do mundo público e privado

Marisa Sanabria¹

Divisão sexual do trabalho

Rompemos um código de cultura milenar; aquele que determinava um espaço definido para homens e mulheres... Essa ruptura teve um preço que as mulheres estão pagando sozinhas. (Rosiska Darcy de Oliveira, 1999.)

A figura da superwoman está presente no imaginário; uma mulher que pode tudo: vida laboral, familiar e pessoal desempenhadas com êxito e perfeição. Entendemos esse como o modelo natural que nos orienta. (Susana Covas, 2005.)

A mulher não quer renunciar a nada, nem ao que tem sido nem ao que pode chegar a ser, e não quer pagar o preço de jogar fora uma cultura feminina que pode libertá-la da subordinação e que tem valor social. (Vitoria Camps, 2003.)

A conciliação entre a vida laboral e a vida familiar, inscrita, por sua vez, na redistribuição das tarefas produtivas entre o Estado, o mercado e as famílias, continua sendo o ponto cego das políticas públicas da América Latina e do Caribe. (CEPAL, Nações Unidas, 2010.)

As donas de casa se transformaram não somente em professoras e enfermeiras, mas também em doutoras, executivas, metalúrgicas, advogadas, ministras e presidentes. Inauguraram espaços, reordenaram territórios e formularam questionamentos, foi um movimento essencialmente reivindicado e protagonizado pelas mulheres. Para muitos, o papel feminino mudou sem que o masculino fosse alterado.

Dividimos o mundo entre público – o da produção, a eficiência, o reconhecimento e o êxito pessoal – e privado, o da reprodução, escondido e sem valor de mercado. Esta perspectiva vem acompanhada de uma diferença clara no desempenho e na valorização do tempo.

Para nós, o tempo se define como um sistema padronizado de regulação dos períodos de duração (horas, dias e meses) e que se constitui como uma instituição social. O tempo que conta é aquele empregado na produção, porém o tempo empregado no cuidado da reprodução da vida não existe. Então, o período dedicado a tratar dos outros, ao lazer, ao descanso, à reposição de energias ou da construção da subjetividade é aquele que sobra das atividades reprodutivas.

São as mulheres que se ocupam das tarefas do mundo privado: vestir, cuidar, educar... Este tempo não é entendido como parte da organização social, mas ele é retirado da vida das mulheres, elas continuam sendo consideradas como instrumento para os fins de

¹Psicóloga, CRP04/5350; mestre em Filosofia pela Universidade Federal de Minas Gerais; conselheira coordenadora do “GT do Feminino”. Trabalho apresentado na União Latinoamericana de Psicologia (ULAPSI).

outros e, em muitos casos, entendidas como “Agentes da prosperidade familiar” (COVAS, 2005).

A dupla jornada de trabalho está definida, então, pelo tempo destinado às tarefas produtivas e reprodutivas, sendo que as segundas são consideradas naturalmente assuntos de mulher.

O mundo moderno tem desenvolvido a perversão de definir a multifuncionalidade como uma virtude feminina posta a serviço da produção, sendo que, para os homens, pelas condições históricas e sociais vigentes, está determinado que somente podem fazer uma tarefa de cada vez.

Considerar que um tipo de desempenho e sem valor traz como resultado que ele não seja medido e nem visível, esse tempo do mundo doméstico é elástico e sem limites, ele é permanente. Uma mulher não realiza uma tarefa produtiva e o outro mundo desaparece; ela não está na faculdade sem pensar no seu filho doente, mas sua permeabilidade entre os dois mundos libera o desempenho masculino para a dedicação exclusiva às atividades externas.

Desta forma, a divisão sexual do trabalho fica claramente estabelecida: “homens = produção e esfera pública; mulheres = reprodução e espaço privado. A primeira, da ordem da cultura; a segunda, da natureza”, de acordo com Maria Betânia Ávila (2011). A entrada no universo da produção trouxe como resultado o fato de que “as mulheres se masculinizaram, mas os homens não se feminilizaram” (CAMPS, 2003).

“O privado é político.” Esta frase, reiterada pelos movimentos de mulheres, reivindica um olhar institucional e social para um dilema que nossas instâncias de poder consideram problema de mulher porque os desempenhos públicos estão estruturados para quem tem somente uma demanda laboral.

Estudos mostram que as mulheres chegam ao mercado laboral não somente pelo dinheiro ou o êxito, senão também com a perspectiva de um coletivo mais solidário, um melhor futuro para os seus filhos. Em síntese, um olhar para todos, entendendo que o tempo reprodutivo é uma parte importante desse futuro melhor.

Masculinizamos o mundo privado, nós o tornamos desarticulado e fragmentado, mas não feminilizamos o espaço público, não soubemos fazer dele uma instância mais solidária e tolerante. O ingresso da mulher ao mercado de trabalho não resolveu desigualdades, continuamos na mesma estrutura que determina o adoecimento das mulheres, mostrando que a “Medida feminina” é o esforço constante de conciliar duas dinâmicas (público e privado) com estruturas diferentes. O resultado são mulheres com transtornos físicos e com vivências de culpa, angústia, raiva e entristecimento.

“Descobrimos que o acesso às funções masculinas não basta para assentar igualdades e que esta igualdade, compreendida como integração unilateral no mundo dos homens, não é a liberdade” (OLIVEIRA, 1999).

A mulher que ingressa no mundo do trabalho não reduz, de forma equivalente, o tempo dedicado à vida privada e, segundo a CEPAL (2010), a participação econômica das mulheres ocorre em condições de desigualdade, discriminação e sobrecarga de horas de trabalho.

Podemos pensar, então, que a pobreza das mulheres é, além das piores condições laborais, uma falta de tempo para a atenção e o cuidado com a saúde física, emocional e com possibilidade de construir sua autonomia como sujeitos.

Um tempo para si própria nos fala da perspectiva de uma subjetividade sem culpa e sem constrangimentos; as conciliações e as contradições da vida contemporânea são feitas sob o sacrifício da vida pessoal das mulheres, das constantes renúncias e da soma de frustrações. O pano de fundo da irritabilidade, que é um dos traços da mulher moderna, fala muito deste estado de exaustão e da falta de entusiasmo, o entristecimento, as enxaquecas constantes, os distúrbios do sono, assim como outros desconfortos. Respondem a conflitos, escolhas e preocupações com muitas coisas: o futuro dos filhos, a violência no mundo, a perda do emprego e as diversas inquietações entre os dois mundos que, para a socióloga Maria Betânia Ávila (2011), são vividas essencialmente pelas mulheres.

Somos uma profissão feminina. No Brasil, 89% dos trabalhadores da psicologia são mulheres e acreditamos que números semelhantes possam ser revelados em outros países do continente, assim como se mantém a divisão sexual do trabalho. Como pensar a subjetividade de quem cuida de outras subjetividades? Qual é a situação laboral, física e emocional das nossas mulheres psicólogas? Sob que condições desempenham o seu trabalho em todas as áreas, na saúde pública, na educação, na empresa, no trânsito, na mídia, no consultório...?

Sabemos que, no Brasil, passamos de menos de 1.000 profissionais da psicologia, em 1962, para 240.000, em 2011; estas cifras revelam números muito semelhantes à entrada da mulher no mundo público e da produção. Não temos dados definitivos ainda, mas uma pesquisa está em andamento para ser revelada no corrente ano: “Quem é a psicóloga brasileira?”

Poderíamos pensar na feminilização do coletivo e na ética do cuidado como uma possível via para transitar com mais liberdade sob impasses que, aparentemente, são sem solução.

A patriarcalidade é um sistema estruturado sob a desigualdade, a exclusão e a ideia anunciada de direitos para todos, a universalidade do propósito. “Todos os homens são iguais perante a lei” foi sempre uma abstração, uma definição imprecisa que determinou o paradigma da exclusão e da hierarquia.

Feminilizar o coletivo seria transformar a concepção que temos de espaço privado e público, porque esta divisão determinou discriminações sociais, econômicas e políticas (CAMPS, 2003).

Carol Guilligan, em *La ética del cuidado* (2003), afirma que as mulheres têm estado sempre ocupadas com a responsabilidade e o trato dos outros em oposição a uma Justiça fria, distante e indiferente. Não se trata de renunciar a um mundo justo, senão de propor direitos substantivos e singulares, uma ética instaurada a partir do feminino, de uma nova ordem simbólica que fale da proximidade, do acolhimento e do respeito às diferenças.

É preciso reformular uma concepção do tempo na qual o público não seja exercido sobre a indiferença, o desprezo e o massacre do privado. Sandel, no *Malestar de Lademocracia* (2003), fala-nos de que são as mulheres as que podem postular uma política da proximidade, porque elas organizam e sustentam o espaço privado. Quando propomos as razões do estado, as discussões do domínio público, nós nos esquecemos dos direitos substantivos e do respeito pelos cidadãos em seu cotidiano do universo doméstico.

Humanizar o tempo e os espaços de convivência passa por desfazer esse grande equívoco que determina que um espaço tenha mais protagonismo que o outro, o que nos levou a perder a medida e a subverter o equilíbrio da convivência. Por que não poderíamos transladar o reconhecimento, o afeto e a ternura para o mundo público? Não se trata exclusivamente de um problema de mulher, ainda que seja vivenciado por elas de uma forma mais angustiante e desorganizadora, é uma reflexão coletiva que deve englobar todas as nossas formas de convivência.

No romance *O País das Mulheres*, de Gioconda Belli (2010), que recebeu o Prêmio de Literatura Hispano-Americana, a presidente de um fictício país de Centro América, depois de ganhar as eleições, determina que todos os homens dos serviços públicos fiquem em casa para cuidar das crianças, cozinhar e lavar. As mulheres, por sua vez, devem ocupar-se da administração pública, inclusive, a segurança. Um dos novos “maridos domésticos” desabafa na televisão: “Até que não é tão difícil, aprendi a fazer arroz e feijão, mas me sinto isolado, não suporto a rotina. Estou esgotado sem tempo para pensar; e tenho a sensação de que minha vida vai embora”.

Esta verbalização nos mostra um tempo de exaustão, vazio de criatividade, alegria e entusiasmo, construímos uma armadilha e retiramos do tempo da intimidade a ternura, a tranquilidade, a interiorização e a construção de laços de afeto permanentes.

A candidata da oposição e futura presidente anuncia:

Do que este país necessita é ser cuidado como uma mulher cuida da sua casa; precisamos de um partido que exercite as qualidades femininas que nos desqualificam como se fossem um defeito lavar, passar, tratar das crianças não é o problema; o problema é que se menospreze a mentalidade que existe por trás disso, que o feminino esteja somente no espaço privado e que não se entenda que isso tem que ser feito com todos e entre todos: cuidar da vida, da casa, das emoções e deste planeta que estamos arruinando... Trata-se de socializar a prática do cuidado (de) cuidado em que somos especialistas e nos apresentar como experts mais qualificadas para fazê-lo... Nosso partido chamará PIE, Partido da Esquerda Erótica.

Referências Bibliográficas

- ÁVILA, Betânia Maria. *O Tempo do Trabalho das empregadas domésticas*. Entrevista. Disponível em: WWW.Diaconia. Acesso em: 18 jan. 2012.
- ÁVILA, Betânia Maria. *Divisão sexual do trabalho e trabalho doméstico*; Recife: SOS Corpo, 2009.
- BELLI, Gioconda. *El país de las mujeres*. Argentina: Editorial Norma S.A., 2010.
- CAMPS, Victoria. *El siglo de las Mujeres*. Madrid: Cátedra, 2003.
- COVAS, Susana *et al.* Los cambios en la vida de las mujeres. Barcelona: Paidós, 2005.
- 12 ENCUENTRO FEMINISTA LATINOAMERICANO. *División sexual Del trabajo*. Disponível em: WWW.pro-vocación. Acesso em: 10 jan. 2012.
- OLIVEIRA, Rosiska Darcy de. *Elogio da diferença*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

Figurações do feminino nas relações de gênero-raça entre mulheres: “Pode a subalterna falar?”

Sandra Azerêdo¹

[...] essa moça não tem consciência de mim, se tivesse teria para quem rezar e seria a salvação. Mas eu tenho plena consciência dela: através dessa jovem dou o meu grito de horror à vida. À vida que tanto amo. (Clarice Lispector)

[...] privilegiar a prática não é, na verdade, menos perigoso do que o vanguardismo da teoria [...] o que está além da prática é sempre a organização da prática. (Gayatri Spivak)

Neste ensaio, recorro a figuras para pensar sobre a complicada relação de violência entre mulheres, de que fala Marilena Chauí, em seu importante artigo sobre “Mulher e Violência”². Para Chauí, “as mulheres praticam sobre outras vários tipos de violência porque reproduzem sobre as outras o mesmo padrão de subjetividade, isto é, encaram as outras e esperam que estas se encarem a si mesmas como seres para outrem” (1985, p. 48). Chauí se posiciona como tendo “uma visão particular de mulher intelectualizada da classe média” que marca o que escreve sobre essa questão (1985, p. 50), e ela divide os espaços em que “diferenças são convertidas em desigualdades, as quais se convertem em relação de subordinação e esta por sua vez, em possibilidade de violência” (1985, p. 57), colocando no “espaço doméstico” as relações “entre mãe-filha, sogra-nora, irmã mais velha-irmã mais nova, esposa-a ‘outra’, patroa-empregada” (p. 51), e no “espaço mais amplo da vida social”, as relações entre mulheres brancas e negras, “honestas” e putas, cidadinas e migrantes, intelectuais e não intelectuais, “normais” e lésbicas, feministas e não feministas, e entre as próprias feministas (p. 57).

Tomo neste ensaio algumas dessas relações entre mulheres apontadas por Chauí – as relações entre brancas e negras, cidadinas e migrantes, intelectuais e não intelectuais e patroas e empregadas –, condensando-as na relação entre a mulher intelectual e a mulher subalterna, que é o foco do trabalho de Gayatri Spivak, em sua análise crítica das relações pós-coloniais e do imperialismo, no artigo intitulado “Pode o/a subalterno/a falar?” (que inspira o título deste ensaio), publicado em 1988 nos Estados Unidos e, recentemente, publicado no Brasil em formato de livro³.

¹Professora Titular do Departamento de Psicologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais.

²CHAUÍ, Marilena. “Participando do Debate sobre Mulher e Violência”. *Perspectivas Antropológicas da Mulher* 4. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1985. p. 25-62.

³SPIVAK, Gayatri. *Pode o Subalterno Falar?* Tradução de Sandra Goulart Almeida et al. Belo Horizonte: Editora UFMG, 133p.

Procuro entender aqui essa questão das relações de violência entre mulheres como sendo uma questão de relações de gênero-raça entre mulheres, com o hífen mantendo juntas essas categorias de dominação. Acredito que a análise de diferentes figurações do feminino poderá contribuir para esse entendimento.

Na definição de Donna Haraway, “[f]iguras não são representações ou ilustrações didáticas, mas sim nódulos ou nós material-semióticos, nos quais corpos e significados diversos formam uns aos outros” (2008, p. 4)⁴. Para ela, “a teoria feminista avança por figuração exatamente nos momentos em que suas próprias narrativas históricas estão em crise” (1993, p. 277)⁵. Acho que continuamos até hoje vivendo um momento de crise, conforme descrito por Haraway, em que “por todo o espectro político, em todo o mundo... algo poderoso – e perigoso – está ocorrendo” (1993, p. 277). Haraway coloca, então, a figuração como sendo “o modo de teoria quando as retóricas mais ‘normais’ de análise crítica sistemática parecem apenas repetir e manter nosso aprisionamento nas histórias das desordens estabelecidas”. Segundo ela, “[f]iguração é rearrumar o palco para possíveis passados e futuros” (p. 277). Embora as figuras não sejam representações, minha tentativa de figuração aqui para pensar as relações de gênero-raça entre mulheres não pode deixar de considerar a questão da representação e seus dois sentidos, discutidos por Spivak, que ela retira de sua leitura do texto de Marx e que são: “falar por” (*vertreten*) no contexto do Estado, como ocorre na política, e representar (*darstellen*), como aparece na arte e na filosofia. Segundo ela, esses sentidos “estão relacionados, mas são irreduzivelmente descontínuos” (2010, p. 32). Spivak assimila o primeiro a uma procuração e o segundo, a um retrato e argumenta que “a prática radical deve estar atenta a esse duplo sentido do termo representação” (2010, p. 43), não encobrendo a descontinuidade entre eles. Segundo ela, essa atenção é importante para a(o) intelectual aprender “a falar ao [em vez de ouvir ou falar em nome do] sujeito historicamente emudecido da mulher subalterna” (2010, p. 88).

Judith Butler, em seu livro *Gender Trouble*, de 1990, publicado no Brasil em 2003⁶, também se propõe a analisar criticamente a questão da representação política no feminismo, considerando os dois lados da representação – “como parte de um processo político que busca estender a visibilidade e legitimidade às mulheres como sujeitos políticos” e como “função normativa de uma linguagem que revelaria ou distorceria o que é tido como verdadeiro sobre a categoria das mulheres” (2003, p. 18). Segundo Butler, há pouca concordância sobre o que constitui a categoria “mulher”, sendo preciso continuar perguntando

⁴HARAWAY, Donna. *When Species Meet*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2008. 423p.

⁵HARAWAY, Donna. O humano numa paisagem pós-humanista. REF, n. 2/93, Tradução de Marcos Santarrita. p. 277-292. Fiz algumas modificações na tradução, quando necessário. Embora esta seja, em geral, uma boa tradução, há alguns problemas, como, por exemplo, traduzir “subject” por “indivíduo” e “subjectivity” por “individualidade”, que compromete a própria teorização da autora.

⁶BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. 236p.

sobre a matriz heterossexual que procura dar estabilidade e coerência a ela.

Macabéa e Carolina Maria de Jesus são as figuras humanas que tomo aqui para pensar a questão da relação desigual entre mulheres e sua representação. Macabéa, uma alagoana imigrante do Rio de Janeiro, é personagem de Clarice Lispector, no romance *A Hora da Estrela*⁷, e Carolina é autora do livro *Quarto de Despejo*⁸, publicado em 1960, narrando sua vida em uma favela de São Paulo, com enorme sucesso editorial no Brasil e no exterior.

A primeira figura é, na verdade, Macabéa/Clarice, pois considero que Clarice está escrevendo a sua própria história ao contar a história de Macabéa. Quando busca explicar sua escrita do romance, por ter pegado “no ar de relance o sentimento de perdição no rosto de uma moça nordestina” (1978, p. 16), como ela escreve logo no início de *A Hora da Estrela*, Clarice está falando da estreita relação que se estabelece entre ela e Macabéa, por intermédio de quem ela dá seu “grito de horror à vida”, como diz na epígrafe. A primeira metade do livro trata basicamente da angústia de escrever sobre Macabéa, que só é nomeada no início da segunda metade do livro.

A complexidade dessa relação entre mulheres, em *A Hora da Estrela*, é também indicada pela escolha de um narrador homem, Rodrigo S. M., pois “escritora mulher pode lacrimejar piegas” (p. 18), como escreve Clarice, ironicamente. Outro homem, Benjamin Moser, que recentemente escreveu uma biografia de Clarice, faz outra justaposição de Clarice, não mais com Macabéa, mas com Carolina Maria de Jesus, justamente a segunda figura que escolhi para falar da representação da relação de gênero-raça entre mulheres. Logo no início de seu livro, Moser discute a questão da origem judia de Clarice e sua experiência de emigrar com a família para o Brasil. Considerando uma possível posição de estrangeira de Clarice no Brasil, Moser escreve:

Nas fotografias, ela parece tudo, menos estrangeira. À vontade em casa na praia de Copacabana, ostentava a dramática maquiagem e as vistosas jóias da grande dame do Rio de sua época. Não há nenhum traço da miséria do gueto na mulher que desce as encostas da Suíça ou singra as águas do Grande Canal numa gôndola. Numa foto, ela aparece em pé, ao lado de Carolina Maria de Jesus, negra que escreveu um angustiante livro de memórias da pobreza brasileira, Quarto de despejo, uma das revelações literárias de 1960. Ao lado da proverbialmente linda Clarice, com a roupa sob medida e os grandes óculos escuros que a faziam parecer uma estrela de cinema, Carolina parece tensa e fora de lugar, como se alguém tivesse arrastado a empregada doméstica de Clarice para dentro do quadro. Ninguém imaginaria que as origens de Clarice fossem ainda mais miseráveis que as de Carolina. (2009, p. 22).

Essa foto se encontra no livro de Nádía Gotlib¹⁰ e foi tirada no lançamento do

⁷LISPECTOR, Clarice. *A Hora da Estrela*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1978. 104p.

⁸JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de Despejo (diário de uma favelada)*. 5. ed. São Paulo: Livraria Francisco Alves, 1960. 182p.

⁹MOSER, Benjamin. *Clarice, uma biografia*. 3. ed. São Paulo: Cosac Naify, 2009. Tradução de José Geraldo Couto, do original, *Why this world*. 648p.

¹⁰GOTLIB, Nádía. *Clarice, Fotobiografia*. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 2008. 652 p.

livro de Clarice, *A Maçã no Escuro*, durante a “Semana Paulista”, de que participaram vários(as) escritores(as), entre eles(as) Carolina, que, segundo uma notícia de jornal, também contida no livro de Gotlib, é citada “entre os intelectuais presentes”. A foto contém a seguinte legenda: “Carolina Maria de Jesus, que também participa, no mesmo dia 17, da programação da ‘Semana Paulista’, oferece seu livro *Quarto de Despejo* a Clarice Lispector”¹¹. Quando olhamos a foto, perceberemos como o discurso desse homem branco estadunidense, que parece apenas descrever Carolina e Clarice, condensa os dois sentidos da representação e faz parte do que Butler chama de “operação diferencial que produz o mais ou menos ‘humano’, o inumano, o humanamente impensável”, sendo que a parte excluída atua como “exterior constitutivo” (1993, p. 8)¹². No caso da foto de Carolina e Clarice, trata-se da representação da fêmea humana – “mulher” –, substantivo que esse homem branco usa para representar a segunda, que é também “a grande dame”, “linda”, “parece uma estrela de cinema”, enquanto a primeira é apenas a “negra”, “tensa e fora de lugar”, “a empregada doméstica”. E como se precisasse ser mais explícito quanto à posição de Carolina como exterior constitutivo, escreve que esta é “a empregada de Clarice arrastada para dentro do quadro”.

Em outro livro, também escrito no exterior, por Maryvonne Lapouge e Clélia Pisa, *Brasileiras: voix, écrits du Brésil*¹³, Carolina também aparece fora do lugar concedido às escritoras. Como para compensar essa falta de lugar entre as escritoras para uma mulher que escreve livros, a capa do livro reproduz um manuscrito do livro póstumo de Carolina, *Diário de Bibita*, que ela havia dado às autoras, que o editaram e publicaram em 1982, na França (somente em 1986, o livro foi traduzido e publicado no Brasil)¹⁴. Todas as mulheres entrevistadas – com exceção de Carolina e uma boia-friã – pertenciam aos estratos privilegiados da população, sendo todas brancas, com exceção de Carolina. Lapouge e Pisa justificam a busca dessas mulheres – quase todas “em análise” (1977, p. 13) – pelo tempo e meios limitados, que as fizeram “ir direto àquelas que dispunham da palavra” (1977, p. 9. Grifos meus). Por outro lado, mesmo tendo levado quase um mês para “recuperar os passos” de Carolina, insistiram em vê-la, pois as “lacunas e incoerências” de sua entrevista poderiam indicar “as experiências ocultadas que [as autoras] não puderam registrar e que são o cotidiano da maioria da população brasileira” (1977, p. 167. Grifos meus).

Como dissemos, em *Brasileiras*, Carolina não aparece no capítulo das “Escritoras”. Nem entre as de São Paulo (Lygia Fagundes Telles, Zulmira Ribeiro Tavares, Julieta Godoy

¹¹Abaixo da foto de Carolina e Clarice, há uma foto da capa da oitava edição de *Quarto de Despejo: diário de uma favelada*, e da primeira página com a seguinte dedicatória de Carolina para Clarice: “A ilustrada e culta escritora Clarice Lispector. Desejo-te felicidades na vida. Carolina Maria de Jesus. São Paulo, 17-7-1967”.

¹²BUTLER, Judith. *Bodies that Matter: on the discursive limits of “sex”*. New York: Routledge, 1993. 288p.

¹³LAPOUGE, Maryvonne; PISA, Clélia. *Brasileiras: voix, écrits du Brésil*. Paris: des femmes, 1977. 360p.

¹⁴Ver: CASTRO, Eliana de Moura; MACHADO, Marília da Mata. *Muito bem, Carolina! Biografia de Carolina Maria de Jesus*. Belo Horizonte: Editora C/Arte, 2007. 136 p.

Ladeira e Hilda Hilst), nem entre as do Rio (Maria Alice Barroso, Clarice Lispector e Nélida Piñon). Em troca, ela fica como a única representante do capítulo “A Favela”. Ironicamente, no final de sua vida, ao ser entrevistada por duas mulheres feministas, que queriam ouvir as vozes das brasileiras, a letra redonda de Carolina na capa do livro que elas produziram é o que resta da escritora, que neste livro volta a ocupar o lugar na favela. Ainda que desse encontro tenha resultado a publicação do livro de Carolina, é sintomático que ela não ocupe um lugar entre as escritoras, em *Brasileiras*, confirmando seu lugar de alguém que, segundo Lapouge e Pisa, não “dispõe da palavra”. Ou seja, novamente aqui o discurso que representa Carolina e Clarice (e outras escritoras) no livro de Lapouge e Pisa reitera as fronteiras que materializam seus corpos diferencialmente, a primeira não dispondo da palavra e tendo suas experiências ocultadas como “a maioria da população brasileira” e a segunda pertencendo a uma minoria da população, que faz análise e que detém o privilégio da fala e, sobretudo, de ser “humano”. Todo o esforço das autoras para “recuperar os passos” de Carolina apenas serviu para confirmar seu lugar de abjeto.

Apoiando-se em Michel Foucault, Spivak denomina essa prática de representação de “violência epistêmica”, que é “uma completa revisão da episteme”. Foucault define a episteme como sendo “o dispositivo que torna possível a separação, não entre o verdadeiro e o falso, mas entre o que pode e o que não pode ser qualificado como científico” (2001, p. 301)¹⁵. Para Spivak,

O mais claro exemplo disponível de tal violência epistêmica é o projeto remotamente orquestrado, vasto e heterogêneo de se constituir o sujeito colonial como Outro. Esse projeto é também a obliteração assimétrica do rastro desse Outro em sua precária Subjetividade. (2010, p. 47).

Spivak propõe que “o subtexto da narrativa palimpséstica do imperialismo seja reconhecido como um ‘conhecimento subjugado’” (2010, p. 48), que Foucault caracteriza como

Todo um conjunto de conhecimentos que foram desclassificados como inadequados para sua tarefa ou como insuficientemente elaborados, isto é, conhecimentos ingênuos, localizados na parte mais baixa da hierarquia, abaixo do nível requerido de cognição ou cientificidade. (1980, p. 82)¹⁶

O trabalho de Spivak sobre a fala da subalterna consiste em “oferecer um relato de como uma explicação e uma narrativa da realidade foram estabelecidas como normativas” (2010, p. 48).

Ao longo da história, a universidade tem tido um papel importante no estabelecimento de explicações e narrativas normativas, ao fazer uma separação entre pesquisa/teoria e prática/política e, também, entre fato e ficção. Mariza Correa¹⁷ explicita essa se-

¹⁵FOUCAULT, Michel. *Le jeu de Michel Foucault. Dits et écrits II: 1976-1988*. Paris: Gallimard, 2001. p. 298-329. Minha tradução: “[...] l'épistémè... [c]'est le dispositif qui permet de séparer non pas le vrai du faux, mais l'inqualifiable scientifiquement du qualifiable”.

¹⁶Citado por Spivak (2010, p. 48).

¹⁷CORREA, Mariza. Uma pequena voz pessoal. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 11, 1998, p. 47-54.

paração:

Sempre tive bem presentes as distinções entre a pesquisa acadêmica e a atuação política. Nos dois sentidos: se como antropóloga, posso entender muito bem, por exemplo, as razões culturais das mutilações genitais de mulheres em alguns países, como feminista, sou contra elas sem qualquer hesitação. [Assim como sou contra a tortura em “sociedades primitivas”, o espancamento de crianças em nossa sociedade e a discriminação racial – certamente limites do meu “ocidentalismo” – mas todos nós temos os nossos limites.] E, se sei que a ação política pontual requer a banalização, ou a transformação em palavras de ordem, de difíceis passos da necessariamente lenta tarefa de reflexão, prefiro me abster dela. Não vou falar de toda uma linhagem de autoras de ficção que foram importantes na minha geração, de Virginia Woolf a Willa Cather, ou Djuna Barnes, ou Gertrude Stein, até Doris Lessing, porque essa é uma vertente paralela, ainda que importante, do trabalho que realizamos enquanto “profissionais das ciências sociais”. (1998, p. 48-49).

O argumento contido na representação de Correa sugere uma hierarquização entre a atividade das mulheres na academia e a atividade das mulheres fora dela. Nessa hierarquia, a ação política = “pontual” – tem menos valor do que o difícil e demorado trabalho de reflexão, pois ela banaliza ou mutila – transformando em palavras de ordem – este último. Além disso, essa representação idealiza o trabalho – de reflexão – das(os) intelectuais, sugerindo que a academia produz um conhecimento puro – científico – claramente diferenciado da política e da ficção. E, mais problemático, nessa representação, apenas a academia produz conhecimento válido, o conhecimento produzido pela atuação política encaixa-se no que Foucault chamou de “conhecimento subjugado”.

Muito recentemente, encontrei essa mesma separação e a mesma idealização do conhecimento científico em um artigo publicado por Maria Ignez Paulilo, no dossiê “Mulheres e Meio Ambiente”, da REF¹⁸. Embora buscando “possibilidades de diálogo” entre intelectuais e militantes e entre pesquisadoras(es) e pesquisadas(os), a partir de “dilemas pessoais” envolvendo sua discordância com “as firmes convicções essencialistas das participantes do MMC (Movimento de Mulheres Camponesas)” (2010, p. 935), Paulilo termina o artigo se apoiando em sua “simpatia” pelo “corte epistemológico” de Bachelard entre ciência e senso comum e afirmando que “o senso comum... e o real [...] são construções diferentes” (2010, p. 937). Como ela escreve,

Não defendemos a ideia de que, por aceitarmos que tanto a ciência, quanto o senso comum e a literatura são interpretações, essas formas de pensamento se equivalem. São interpretações baseadas em parâmetros diferentes e, na ciência, o que faz a diferença são as teorias com suas formas próprias de validação. Juntar tudo, igualar cada um desses ramos do conhecimento humano seria tão empobrecedor quanto separá-los rigidamente. (2010, p. 937-8).

A fim de reforçar seu argumento, Paulilo apela para Anthony Giddens, que “retoma a importância da teoria e a importância dos conceitos construídos pelo pesquisador” e que diz que “as ciências sociais podem empregar legitimamente conceitos que não são necessariamente familiares àqueles a cujo comportamento esses conceitos se referem”

¹⁸PAULILÓ, Maria Ignez. Intelectuais & Militantes e as Possibilidades de Diálogo. *Revista Estudos Feministas*, v. 18, n. 3, 2010, p. 927-940.

(2010, p. 938). O problema com essa proposta não é construir conceitos, pois, como nos ensina Nietzsche, os conceitos não são algo abstrato e imutável que se impõe a nós, cabendo-nos a tarefa de apenas mantê-los reluzentes¹⁹. É preciso sim que nós construamos nossos conceitos. O problema é pensar que os conceitos das(os) pesquisadoras(es) são melhores do que os conceitos das(os) pesquisadas(os) e que podemos “empregar legitimamente” esses conceitos para estudar o “comportamento” dessas pessoas. A questão passa a ser apenas epistemológica e não também política. Como escreve Paulilo,

[...] e o nosso lado enquanto pesquisadora? Como nos colocar epistemologicamente diante do que considerávamos um impasse? Claro está que nenhum impasse existiria se acreditássemos ser suficiente “deixar os oprimidos falarem”, postura que foi bastante aceita na década de 1980, considerada a década dos movimentos sociais, mas que hoje recebe críticas bem fundamentadas. (2010, p. 935)²⁰.

Acho que esse tipo de representação, que divide o sujeito entre intelectual identificado com uma disciplina de um lado – no caso de Correa e Paulilo, as ciências sociais – e feminista de outro, é uma prática que não leva em conta o privilégio da posição idealizada da academia, que se coloca como produzindo conhecimento puro, científico, sem a intervenção da política. É uma posição de intelectual que pretende ser transparente, sem interesse nem poder. Na medida em que não questiona seu próprio privilégio, essa prática coloca obstáculos para o questionamento das relações de violência entre mulheres e as relações de gênero-raça que sustentam essa violência. Na verdade, não existe “ação política pontual”, nem tampouco prática ou teoria desvinculadas uma da outra. Como mostra Spivak, na epígrafe, para além da prática, está sempre a organização da prática. Outro problema com esse tipo de representação é a busca de separação entre fato e ficção e a visão da arte e da literatura como sendo “paralelas” à produção científica e não podendo se “juntar” ou se “igualar” a ela²¹.

É buscando uma alternativa para essa representação, que estou recorrendo à figuração como o modo de teoria proposto por Haraway. Na Introdução de *The Haraway*

¹⁹Discuto essa questão no livro *Preconceito conta a “mulher”: diferença, poemas e corpos* (São Paulo: Cortez, 2. ed. 2011). Nesse trabalho, também, tento mostrar como é equivocado não considerar as importantes contribuições de Nietzsche para uma crítica da produção científica, que estão relacionadas às suas contribuições para o entendimento do preconceito contra a mulher. Acho muito problemático falar em uma “clara e reconhecida misogenia [sic] de Nietzsche”, como o faz Paulilo, sobretudo porque ela não se preocupa em fundamentar essa acusação tão grave.

²⁰É de se estranhar que, para fundamentar essas “críticas bem fundamentadas” de hoje, Paulilo apenas cite um trabalho de Ruth Cardoso, de 1986, isto é, da mesma década de 1980. Em contrapartida, sugiro que se leia o trabalho de Spivak, que também foi escrito na década de 1980, mas continua muito atual; tanto que foi traduzido e publicado no Brasil, em 2010. Nesse trabalho, Spivak mostra que não se trata simplesmente de “deixar os oprimidos falarem”, mas sim, como vimos acima, de “buscar aprender a falar ao (em vez de ouvir ou falar em nome do) sujeito historicamente emudecido da mulher subalterna”. Para Spivak, trata-se de um processo em que “a intelectual pós-colonial sistematicamente ‘desaprende’ o privilégio feminino” (2010, p. 88).

²¹É difícil entender como Paulilo mantém a necessidade de separação entre literatura e ciências sociais, tomando como base o excelente trabalho de Joan Scott, “Experiência”. Scott argumenta que é preciso apelar para o literário para se entender a experiência da diferença, fazendo uma crítica severa à disciplina da História, que se desenvolveu alijando a literatura de suas produções.

Reader²², ela conta que tem trabalhado com figuras feministas na esperança de que essas figuras possam guiar-nos para um mundo mais vivível, um mundo que “no espírito da ficção científica²³ [ela] cham[ou] de ‘um outro lugar (elsewhere)’”. E ela continua:

Figuras colecionam esperanças e medos e mostram possibilidades e perigos. Tanto imaginárias como materiais, as figuras enraízam as pessoas em estórias e as ligam a histórias. Estórias são sempre mais generosas, mais espaçosas, do que ideologias; neste fato está uma de minhas esperanças mais fortes. Quero saber como habitar histórias e estórias ao invés de negá-las. Quero saber como viver criticamente parentescos herdados e novos, num espírito que não seja nem de condenação nem de celebração. Quero saber como ajudar a construir estórias que continuam ao invés de histórias que acabam. Neste sentido, meus parentescos são sobre como manter a linhagem continuando, mesmo quando defamiliarizando seus membros e transformando linhagens em redes, árvores em esplanadas, e pedigrees em grupos de afinidade. (2004, p.1)²⁴.

As duas figuras humanas que apresentei acima contêm também possibilidades de transformação de situações de violência que elas mesmas carregam. As narrativas das histórias dessas mulheres subalternas nos afetam e nos fazem pensar em outras formas de representação²⁵.

Clarice abre um horizonte para se pensar a relação com o exterior constitutivo, ao escrever sobre sua relação de privilégio com Macabéa, que sorria para os outros na rua, mesmo que ninguém lhe respondesse o sorriso, “porque nem ao menos a olham” (1978, p. 20), que era “[i]ncompetente para a vida” (p. 31), que “tinha o olhar de quem tem uma asa ferida” (p. 33), que era “café frio” (p. 34), que era “um parafuso dispensável” (p. 36) que “falava, sim, mas era extremamente muda” (p. 37). O fato de o livro ter 13 títulos, além de *A Hora da Estrela*, também indica esse horizonte amplo de possibilidades de representação. Seguindo as considerações de Spivak sobre as precauções de Jacques Derrida, em relação às pretensões de transparência de intelectuais, podemos mesmo analisar *A Hora da Estrela* como expressando um “‘apelo’ ou ‘chamado’ ao ‘totalmente-outro’ (tout-autre em oposição a um outro consolidado), para ‘tornar delirante aquela voz interior que é a voz do outro em nós’ (2010, p. 83).

E Carolina escreveu sobre a dura vida na favela, obrigando-nos a entrar no baraco onde ela e os filhos passavam fome. É impressionante como o pão aparece todos os

²²HARAWAY, Donna. *The Haraway Reader*. New York: Routledge, 2004. 352p.

²³Haraway desenvolve a ideia de “estados sf” (ficção científica, fabulação especulativa, fato científico, fantasia de ciência, etc.) para teorizar sobre esse mundo mais vivível.

²⁴Minha tradução: “Figures collect up hopes and fears and show possibilities and dangers. Both imaginary and material, figures roots peoples in stories and link them in histories. Stories are always more generous, more capacious, than ideologies; in that fact is one of my strongest hopes. I want to know how to inhabit histories and stories rather than deny them. I want to know how critically to live both inherited and novel kinships, in a spirit neither of condemnation nor celebration. I want to know how to help build ongoing stories rather than histories that end. In that sense, my kinships are about keeping the lineages going, even while defamiliarizing their members and turning lines into webs, trees into esplanades, and pedigrees into affinity groups”.

²⁵No primeiro semestre de 2010, ofereci a disciplina da graduação “Gênero, Raça e Literatura”, em que, além dos trabalhos de Carolina Maria de Jesus e Clarice Lispector, lemos e analisamos trabalhos de Conceição Evaristo, Marjane Satrapi e Toni Morrison.

dias quase como um mote que marca a diferença entre essa mulher e as mulheres privilegiadas que sequer têm que pensar sobre ele. No primeiro dia do Diário:

Aniversário de minha filha Vera Eunice. Eu pretendia comprar um par de sapatos para ela. Mas o custo dos gêneros alimentícios nos impede a realização dos nossos desejos. Eu achei um par de sapatos no lixo, lavei e remendei para ela calçar./ Eu não tinha um tostão para comprar pão. Então eu lavei 3 litros e troquei com o Arnaldo. Ele ficou com os litros e deu-me o pão. (1960, p. 13).

No segundo dia: “Avisei às crianças que não tinha pão.” (1960, p. 13).

No terceiro dia:

Domingo. Um dia maravilhoso. O céu azul sem nuvem. O Sol está tépido. Deixei o leito às 6,30. Fui buscar água. Fiz café. Tendo só um pedaço de pão e 3 cruzeiros. Dei um pedaço a cada um, puis feijão no fogo que ganhei ontem do Centro Espírita da Rua Vergueiro 103. Fui lavar minhas roupas. Quando retornei do rio o feijão estava cozido. Os filhos pediram pão. Dei os 3 cruzeiros ao João José para ir comprar pão. (1960, p. 15).

Em seu trabalho final para a disciplina “Gênero, Raça e Literatura”, Thaísa Amaral, tomando como base a teoria psicanalítica, considera que o livro de Carolina possibilita o que ela chama de “aproximação com o real”. Segundo ela, *Quarto de Despejo* mostra o cotidiano cruel: “Muito além da pobreza ou da história de superação, o que está em foco é até que ponto chega a opressão da mulher”. A violência é sentida na própria pele de quem está lendo. É sobre essa aproximação escancarada com o real que Clarice escreve:

É. Eu me acostumo mas não amanso. Por Deus! eu me dou melhor com os bichos do que com gente. Quando vejo o meu cavalo livre e solto no prado – tenho vontade de encostar meu rosto no seu vigoroso e aveludado pescoço e contar-lhe a minha vida. E quando acaricio a cabeça de meu cão – sei que ele não exige que eu faça sentido ou me explique. (1978, p. 39-40).

Bichos e gente. Criaturas de espécies diferentes, como diz Haraway em seu livro recente sobre “o encontro das espécies”. Há uma terceira figura que quero trazer como mais um desses “nódulos” que compõem minha narrativa sobre gênero-raça e violência. Trata-se de enormes leitões (devem medir 2 metros e pesar uns 300 quilos) reproduzindo em uma pocilga num campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais, que visitei no final de 2010. Deitadas de lado, presas por ferros que as impediam de se virar para que ficassem à disposição da amamentação dos filhotes, o único movimento que podiam fazer era bater a cabeça no chão²⁶. Perto do traseiro de uma das leitões, que estava prestes a parir, foi colocado um grande cesto para que os leitõeszinhos caíssem ao nascer.

Essa cena pode ser vista como constituindo uma representação das fêmeas da espécie humana, na medida em que representa o que Chauí escreveu sobre o corpo da mulher, que “recebe um conjunto de atributos derivados de seu atributo mais imediato: a maternidade” (1985, p. 43), considerada como uma essência da fêmea – de qualquer espécie, mas, certamente, fetichizada na fala de uma militante do Pró-vida nos Estados

²⁶Essas verdadeiras câmaras de tortura são chamadas de “gaiolas de gestação” aqui no Brasil.

Unidos sobre o aborto. Segundo ela, o aborto “é de uma importância crucial porque nega a única diferença irrefutável entre mulheres e homens. Ele, simplesmente, destrói a essência preciosa da feminilidade – a capacidade de nutrir”²⁷.

O que podemos ver, por meio das análises dessas figuras, é que nosso mundo é extremamente complicado e intrincado em relações que não se resolvem facilmente por separações e essências, nem pela busca de transparência e de pureza. Finalizando, volto, portanto, a recorrer a Haraway. Seguindo uma linha importante das produções feministas atuais, ela sugere que é preciso “ficar com a encrenca” (*stay with the trouble*)²⁸. Judith Butler, também, na introdução de *Problemas de Gênero*, argumenta que a encrenca é inevitável (2003, p. 7) e que precisamos descobrir meios de melhor lidar com ela. É preciso, como diz Haraway, não nos deixarmos seduzir por arrumações fáceis e rápidas para nos livrarmos da encrenca.

No final do seu trabalho, Spivak argumenta: “A/o subalterna/o²⁹ não pode falar. Não há valor algum atribuído à ‘mulher’ como um item respeitoso nas listas de prioridades globais” (2010, p. 126). E alerta as mulheres intelectuais sobre a necessidade de que elas têm (nós temos) “uma tarefa circunscrita” que não deve ser rejeitada “com um floreio” (2010, p. 126). Para a realização dessa tarefa, será preciso, segundo Spivak, desaprender seus (nossos) privilégios. Certamente, apesar das inúmeras mudanças que ocorreram desde que o artigo de Spivak foi originalmente publicado, o mundo continua em crise, como apontei no início deste ensaio, em grande parte, eu acho, pela nossa dificuldade de desaprendermos nossos privilégios. A tradução do artigo de Spivak pela Editora da UFMG me parece ser um indicativo promissor de nossa disposição de pensar sobre essa situação de crise envolvendo a relação tensa entre as(os) intelectuais e as(os) subalternas(os). E acho que a figuração proposta por Haraway pode ajudar-nos a realizar a tarefa que Spivak propõe, a qual, sem dúvida, envolve muita encrenca.

²⁷Citado em: AZEREDO, Sandra. Os sentidos do aborto na organização social de gênero: posicionamentos por uma sociedade mais igualitária. *Saúde em Debate*, Rio de Janeiro, v. 31, n. 75/76/77, p. 76-86, jan./dez. 2007. A questão do aborto no Brasil é mais uma arena importante das relações desiguais de gênero-raça e violência entre mulheres, em que o privilégio possibilita a algumas mulheres recorrerem a clínicas especializadas, clandestinas, sem correrem o risco de morrerem como as outras mulheres que não têm esse privilégio e estão morrendo todo dia.

²⁸Donna Haraway, e-mail 28/3/2010. Ver, também: “Companhias Multiespécies nas Naturezaculturas: Uma Conversa entre Donna Haraway e Sandra Azerêdo”. In: MACIEL, Maria Esther (Ed.), *Pensar/Escrever o Animal - ensaios de zoopoética e biopolítica*. Florianópolis: Ed. UFSC, 2011. p. 389-417. Nesse ensaio-entrevista, também, falamos sobre as gaiolas de gestação.

²⁹Na tradução brasileira, ironicamente, é utilizado o masculino genérico. Outros problemas com a tradução são: “subject-effect”, traduzido por “sujeito-efeito”; “consciousness-effect”, por “consciência-efeito”; e “reaction-formation” por “reação-formação”. O correto seria, respectivamente, “efeito de sujeito”, “efeito de consciência” e “formação reativa”.

“Mexendo no vespeiro”: subversão e arte no enfrentamento à violência de gênero

Simone Francisca de Oliveira¹

Quando uma mulher decide publicizar uma situação de violência doméstica, não é incomum um primeiro momento de descrença, desvalorização ou deslegitimação da sua fala, seja por parte de seus familiares, amigos(as) e/ou agentes das instituições públicas de enfrentamento à violência. Estas mulheres vivenciam assim uma situação, no mínimo, dualizada: às vezes, são posicionadas como detentoras de direitos e vítimas de seus companheiros; em outros momentos, são as responsáveis pela iniciativa de barrar o ciclo de violência², mas são também desacreditadas e deslegitimadas durante a trajetória de enfrentamento à violência.

Apesar de se poder considerar que a sociedade vem se sensibilizando com a questão do enfrentamento à violência doméstica e familiar e com a discussão sobre as *performances* dos papéis sexuais, o que se observa é que a iniciativa das mulheres de mudança e questionamento ainda é rechaçada. Geralmente, a mulher é reforçada em seu processo de enfrentamento ao ciclo de violência, desde que não se subverta as normas de heteronormatividade, maternidade, fidelidade e romantismo. Parece que a regra é: mude, mas sem mudar muito; subverta, mas não tudo.

A partir deste cenário, questionei-me sobre como poderia apresentar uma alternativa de atendimento psicológico diferenciada para esta clientela que aliasse ao aspecto terapêutico a possibilidade de discussão sobre o processo de enfrentamento à violência e a situação da mulher na sociedade em um espaço de participação coletiva e democrática. Escolhi adotar a teoria e prática do Grupo Operativo criada por Enrique Pichon-Rivière, por entender que o enfrentamento à violência de gênero como uma tarefa a ser realizada em grupo potencializaria os processos de mudança por meio das

¹Possui graduação em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (2002) e pós-graduação em Psicologia (Mestrado) pela Universidade Federal de Minas Gerais (2010) na área de concentração Psicologia Social. Atualmente, é psicóloga do Centro de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência da Cidade de Contagem/MG – “Espaço Bem-Me-Quero” – e bolsista pesquisadora da Fiocruz/MG no Projeto “Dicionário Feminino da Infância – Acolhimento e diagnóstico de mulheres em situação de violência”. Atua como supervisora e consultora nas temáticas de teorias e técnicas grupais, gênero, violência, enfrentamento à violência e atendimento a pessoas em situação de violência. Recebeu o terceiro lugar no Prêmio Profissional do Conselho Federal de Psicologia “Democracia e Cidadania Plena para Mulheres”, em 2011, com o relato “Mexendo no vespeiro”. Endereço eletrônico para contato: si_fos@hotmail.com.

²O ciclo de violência é apresentado em três fases. A primeira fase caracteriza-se pelo aumento da tensão com pequenos, mas frequentes, incidentes de violência. A mulher acredita que ainda tem algum controle sobre o comportamento do agressor e essa aparente aceitação estimula o agressor a não se controlar. A segunda fase é caracterizada pelo episódio agudo da violência. São frequentes nesta fase sintomas como ansiedade, raiva, terror e medo. A fase três é a do apaziguamento, a lua de mel, quando o agressor sabe que agiu inadequadamente e tenta fazer as pazes e a mulher agredida, em contrapartida, precisa acreditar que não sofrerá mais violência (BRASIL, 2001).

negociações e trocas comunicacionais.

Desta forma, em 10 de março de 2008, teve início a experiência³ do Grupo Operativo “Mexendo no vespeiro”⁴, realizada no Centro de Referência de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência de Contagem/MG - “Espaço Bem-Me-Quero”⁵, integrante da Rede Estadual de Enfrentamento à Violência do Estado de Minas Gerais. O enquadre do Grupo é aberto, ou seja, sem obrigatoriedade de presença ou com número de sessões pré-determinado. Desta forma, uma mulher pode participar do Grupo, de acordo com suas necessidades por um tempo e, caso se ausente, pode retornar às sessões sem ser julgada e/ou sem ter sua participação inviabilizada, sentindo-se, assim, livre para retornar sempre que julgar necessário. Esta forma de organização foi adotada para privilegiar a escolha e o desejo da mulher em se filiar à proposta e, também, pelas especificidades da dinâmica própria do enfrentamento à violência, reconhecidamente cíclica.

O nome do Grupo foi apresentado por uma de suas participantes como uma representação do momento em que, apesar de tudo e de todos(as), a mulher resolve sair de uma relação violenta. É uma representação que demonstra os perigos e dificuldades que podem ser encontrados e, ao mesmo tempo, refere-se à coragem das mulheres de enfrentar os desafios.

A experiência com este Grupo auxiliou-me na escrita da minha dissertação, que teve como objetivo geral investigar o processo de enfrentamento à violência de gênero em um Grupo Operativo e como objeto de estudo o Grupo “Mexendo no vespeiro”⁶.

Para a apresentação dos resultados alcançados na referida pesquisa, foram construídas crônicas a partir de cada sessão analisada. Essas crônicas receberam como título frases ditas pelas participantes do Grupo que vinculavam os assuntos discutidos nas sessões aos objetivos da pesquisa:

Crônica 1/Sessão 1: “Cala a boca, minha senhora” [análise das práticas institucionais por meio das trajetórias das sobreviventes à violência de gênero pela Rede de

³Para nossa alegria e orgulho, o relato sobre este trabalho foi agraciado com o terceiro lugar no Prêmio Profissional “Democracia e Cidadania Plena das Mulheres” realizado pelo Conselho Federal de Psicologia, em agosto de 2011.

⁴Este Grupo se encontra semanalmente, por um período de uma hora e meia a duas horas, e realizou, até o momento, 159 sessões, totalizando 777 atendimentos para 140 mulheres, com uma média de cinco participantes em cada sessão.

⁵Agradeço às equipes da Coordenadoria de Políticas para Mulheres de Contagem/COPOM e do Centro de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência de Contagem “Espaço Bem-Me-Quero”, pelo apoio e incentivo na realização deste trabalho. Agradeço, também, ao Conselho Regional de Psicologia/04 pelo convite para apresentar este trabalho nesta coletânea.

⁶Para este estudo, foram selecionadas e transcritas quatro sessões que ocorreram durante julho a agosto de 2009. Os sujeitos foram quatorze mulheres que frequentaram as referidas sessões. Conforme o enquadre do Grupo, houve flutuação no número e na presença das participantes durante as sessões analisadas, sem que isto interferisse na coleta e análise dos dados. Ressaltamos que este projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética da Universidade Federal de Minas Gerais sob o número 314/09 e que todos os procedimentos éticos foram respeitados, sendo os nomes das participantes alterados para se manter a segurança e privacidade das mesmas. Para a análise das sessões, foi utilizada uma variação da análise de conteúdo clássica (FRANCO, 2003; VALA, 2003), privilegiando, mais do que a frequência, a ocorrência dos elementos de interesse (temas e vetores) em um mesmo segmento da sessão (OLIVEIRA, 2010).

Enfrentamento à Violência de Contagem/MG);

Crônica 2/Sessão 2: “Dá para aguentar mais um pouco” (análise da relação entre os sentidos da violência de gênero e o processo de enfrentamento à violência de gênero);

Crônica 3/Sessão 3: “Olha o tanto de coisa que eu fiz” (análise da relação entre a participação no Grupo e a elaboração coletiva de estratégias para o fim do ciclo de violência);

Crônica 4/Sessão 4: “Se você está frequentando um grupo, você confia no grupo” (investigação do processo de enfrentamento à violência de gênero em um Grupo Operativo com mulheres sobreviventes à violência de gênero).

Os resultados alcançados por esta pesquisa foram:

- Comprovação da eficácia da aplicabilidade da teoria e técnica do Grupo Operativo como método de coleta de dados em pesquisas qualitativas e como esquema terapêutico para a clientela de mulheres sobreviventes⁷ à violência de gênero;

= Elaboração de modelo de interpretação e análise do processo de enfrentamento à violência: Ciclo de Enfrentamento⁸;

- Comprovação da eficácia da aplicabilidade da teoria e técnica do Grupo Operativo como espaço de elaboração e avaliação de estratégias de enfrentamento à violência⁹;

= Ocorrência de processos de adaptações ativas, por parte das participantes do Grupo, no tocante ao enfrentamento à violência de gênero e aos seus posicionamentos em suas relações afetivas e familiares, após a participação no Grupo;

- Comprovação da eficácia da utilização da teoria e técnica do Grupo Operativo no processo de negociação de sentidos sobre a violência de gênero¹⁰ e seu enfrentamento;

⁷A definição de sobrevivente apresentada por Almeida (1998) é empregada nesta pesquisa em contraposição à de vítima. Para esta autora, “no contexto da violência doméstica, sobrevivente designa o sujeito que foi capaz de reunir forças para lutar contra intensas e multidimensionais condições de opressão, expressas, diretamente, através das relações de gênero processadas em contextos familiares (em sua dimensão crônica) e, indiretamente, por meio de constrangimentos e limites institucionais, gerados e impostos a partir de um campo de forças determinado (em sua dimensão extensiva)” (ALMEIDA, 1998, p. 10).

⁸Ciclo de enfrentamento à violência: trajetória da sobrevivente à violência de gênero que se inicia com a decisão de publicizar a violência para organizações ou terceiros à relação violenta. Esta decisão pode ser ou não legitimada, levando a um processo cíclico que pode gerar a deslegitimação de todo o processo de enfrentamento iniciado pela mulher caso sejam suas estratégias de enfrentamento à violência deslegitimadas. O processo inverso de legitimação ocorre quando a mulher é legitimada ao adotar estratégias de enfrentamento (OLIVEIRA, 2010).

⁹Para este estudo, são analisados dois tipos de estratégias: as estratégias de publicização que seriam aquelas que remetem à busca, pela mulher, de ajuda ou apoio em recursos externos à relação violenta, com o objetivo de encerrar o ciclo de violência. Por recursos externos, entendem-se as instituições da Rede de Enfrentamento e/ou demais instituições públicas e privadas, bem como o círculo de convivência externa à relação violenta, como familiares, amigos, conhecidos e empregadores. As estratégias privadas são as que têm como foco de atuação a relação da mulher consigo e com o(a) companheiro(a), resguardando a relação violenta da exposição pública (OLIVEIRA, 2010).

¹⁰Butler, assim, explica o termo matriz heterossexual: “Uso o termo matriz heterossexual ao longo de todo o texto para designar a grade de inteligibilidade cultural por meio do qual os corpos, gêneros e desejos são naturalizados. Busquei minha referência na noção de Mônica Wittig de ‘contrato heterossexual’ e em menor medida, naquela de Adrienne Rich de ‘heterossexualidade compulsória’ para caracterizar o modelo discursivo/epistemológico hegemônico da inteligibilidade do gênero, o qual presume que, para os corpos serem coerentes e fazerem sentido (masculino expressa macho, feminino expressa fêmea), é necessário haver um sexo estável, expresso por um gênero, que é definido oposicional e hierarquicamente por meio da prática compulsória da heterossexualidade” (BUTLER, 2003, p. 216).

- Comprovação da eficácia da utilização da teoria e técnica do Grupo Operativo no processo de questionamento da matriz hegemônica de gênero e na transformação das relações de gênero na vida das participantes do Grupo;

- Comprovação da relação direta entre a construção/reconstrução dos sentidos da violência e os processos de questionamento da matriz hegemônica de gênero na transformação das relações de gênero na vida das participantes do Grupo e na elaboração grupal de estratégias de enfrentamento à violência;

- Comprovação da relação direta entre a eficácia das estratégias de publicização adotadas pelas sobreviventes e a forma como estes acontecimentos são recebidos/encaminhados pelos(as) interlocutores(as) procurados;

- Construção coletiva de imagens/figuras (Muro, Cartilha) pelo Grupo como forma de dar visibilidade e denunciar as normas da matriz heteronormativa, demonstrando a instrumentalização da discussão grupal a partir da criação de um Esquema Conceitual Referencial Operativo (ECRO)¹¹.

Crônica 1/Sessão 1: "Cala a boca, minha senhora!" (Janaína)

A partir da lógica de questionamento, reconstrução e negociação coletiva possibilitada pela participação no Grupo, as sobreviventes denunciaram os atendimentos deslegitimadores recebidos em suas trajetórias pelas instituições da Rede de Enfrentamento. Foram apresentados relatos de atendimentos deslegitimadores por Janaína, Fernanda, Camila - Crônica 1/sessão 1; Elis - Crônica 3/Sessão 3; e Cíntia - Crônica 4/Sessão 4. As participantes relataram casos de estratégias de publicização da violência deslegitimados pelas Polícias Militar e Civil e pelos agentes institucionais responsáveis por uma audiência de conciliação de separação. Nota-se, a partir destes relatos, que a trajetória da sobrevivente à violência de gênero se desenvolve em um processo permeado por tomada de decisões que são atravessadas/sustentadas pelos sentidos que a violência e seu enfrentamento assumem para cada um dos(as) participantes do episódio de publicização da violência – agentes institucionais e seus(as) interlocutores(as) –, por meio de um pré-julgamento da queixa-crime. Destacam-se os seguintes episódios neste processo:

1- A insegurança/dúvida se o seu chamado/caso será atendido/analísado:

¹¹O esquema referencial é o conjunto de conhecimentos, de atitudes, que cada um de nós tem em sua mente e com o qual trabalha na relação com o mundo e consigo mesmo" (PICHON-RIVIÈRE, 1994, p.61). Em um Grupo Operativo, a comunicação ocorre na medida em que as mensagens são decodificadas por uma afinidade ou coincidência dos esquemas entre emissor e receptor. Em um Grupo Operativo, cada membro se apresenta com um esquema referencial próprio, definido como um "conjunto de experiências, conhecimentos e afetos com os quais o indivíduo pensa e age e que adquire unidade através do trabalho em grupo" (PICHON-RIVIÈRE, 1994, p.90). O compartilhamento destes esquemas permite o incremento da comunicação grupal entre os membros do grupo e, assim, por meio da comunicação, é possível a construção de um ECRO representante do grupo no aqui e agora da realização da tarefa.

"Eu peguei aquele endereço [da Delegacia Civil] que você [Simone] me deu e eu liguei, e eu toda vida ligava e nunca vinha [a polícia militar]." (Janaina) (OLIVEIRA, 2010).

"Eles [os policiais militares] não compareceram quando eu chamei." (Elis) (OLIVEIRA, 2010).

2- O atendimento da sobrevivente pelos agentes institucionais acionados:

"Eu consegui chamar a Polícia. Sabe o que aconteceu com a Polícia? A Polícia [Militar] chegou e em vez de chegar e conversar comigo que era a agredida e liguei para a Polícia chegar, ele [o policial militar] ficou conversando com ele [o marido]." (Fernanda) (OLIVEIRA, 2010).

"Na hora que eu cheguei, a Polícia falou comigo, olhou a minha bolsa. Vai, senhora, cáia a boca que eu tô vendo que a senhora tá alcoolizada. Eu não tava alcoolizada, eu tava nervosa porque eu tinha sido agredida." (Fernanda) (OLIVEIRA, 2010).

"Ele [policial militar] tinha perguntado se eu tinha ficado doida, eles me arrancaram da porta da minha casa, me tiraram dos braços do meu filho." (Camila) (OLIVEIRA, 2010).

3- A decisão [da mulher/dos agentes institucionais, nestes casos os policiais militares e civis] de dar continuidade ao processo de enfrentamento à violência:

"O policial me atendeu com o maior sarcasmo, eu me senti novamente violentada. Por que eu fui lá fazer denúncia de um crime que foi cometido contra mim e ele [o policial civil] começou a perguntar se era isso mesmo que eu queria." (Camila) (OLIVEIRA, 2010).

"Ele me mandou calar a boca e falou comigo para eu deixar isso para lá e falou que não ia levar a gente para a delegacia porque ia ser só chá de cadeira que não vai acontecer nada para ele [marido]." (Fernanda) (OLIVEIRA, 2010).

"Eu não fui bem atendida. Eu me senti violentada novamente. Por que eu já tinha sofrido uma violência, cheguei lá e fui violentada pelo inspetor [da Delegacia de Mulheres] porque ele me tratou com o maior sarcasmo." (Camila) (OLIVEIRA, 2010).

"Na época, o inspetor falou que a Delegada [da Delegacia de Mulheres] só estava atendendo caso extremo. Para mim era um caso extremo." (Camila)

"Tirou a algema dele e deixou ele lá e não falou que eu ia conversar com o advogado e delegado [da Delegacia Civil] nem nada. Na hora que eu passei e fui perguntar o policial [civil], o abençoado do Delegado falou assim: 'O dona, arreda daqui!' Fui tratada que nem cachorro: 'Sai fora daqui, racha o fora daqui!'" (Janaina) (OLIVEIRA, 2010).

"Eles [os responsáveis pela audiência de conciliação] olham para você como se você que é culpada pelo que o cara fez. Só falou apontar o dedo." (Cintia) (OLIVEIRA, 2010).

Assim, interessa observar se os dispositivos de enfrentamento à violência, instituídos a partir de um discurso coibidor e punitivo da violência, não estariam atuando para a reiteração das normas heteronormativas, agindo contrariamente ao movimento de enfrentamento à violência, desmobilizando e/ou desvirtuando as estratégias construídas pelas sobreviventes e pelos aparatos jurídicos institucionais.

O Muro / A Cartilha

A utilização do termo sobrevivente (ALMEIDA, 1998) para definir o posicionamento da mulher no ciclo de enfrentamento à violência objetiva dar visibilidade à carga

opressiva do processo de reposicionamento que margeia todo o processo de enfrentamento à violência de gênero. O desabafo de Kenia (Crônica 4/Sessão 4), ao dizer que “É tanta pressão, tanta pressão que prefiro morrer!”, dá a dimensão da situação em que estas sobreviventes se encontram.

Em um esforço de nomear e dar visualização a esta força opressora, construímos no Grupo a imagem/termo do “Muro”, objetivando denunciar as frases e os posicionamentos que refletiam a barreira invisível, mas real, com a qual as sobreviventes se defrontavam quando questionavam a situação de violência vivida ou a posição da mulher em nossa sociedade. Esta imagem diz da angústia, da dúvida, das perguntas sem respostas, das expressões consagradas pelo dito popular, das posturas institucionalizadas, dos momentos de descrédito diante das falas das mulheres. Esta imagem foi construída com exemplos inúmeros, fortalecidos pela repetição, difíceis de circunscrever em definições, mas convergentes para o Grupo. Sempre que apareciam estes “tijolos” que constituíam este “Muro”, eles eram pontuados, até que, em uma determinada sessão, propus às participantes que desenhassem este “Muro” (ANEXO A).

Para exemplificar a força desta imagem, uma participante resumiu sua situação assim: “Eu vejo como um muro. E eu queria ter umas ferramentas para derrubar este muro. Com minhas mãos, eu não consigo... queria ter umas ferramentas...”. Esta colocação validou a imagem do “Muro” como objeto de expressão do Grupo para se referir ao posicionamento da mulher na sociedade e às suas dificuldades no enfrentamento à violência de gênero.

Neste trabalho, este “Muro” é compreendido como a representação da matriz heteronormativa (BUTLER, 2003) que sustenta a manutenção da binarização do sexo, a apresentação estanque do conceito de gênero e a delimitação dos papéis sexuais de homens e mulheres na sociedade. Desta forma, interessa observar como, a partir da matriz heteronormativa, homem e mulher são situados(as) em lugares que atribuem posicionamentos/comportamentos que almejam atingir a todos(as), a despeito dos(as) desviantes. Nas falas de Fernanda, Janaina, Cíntia e Nina, ao se referirem (Crônica 1/sessão 1) à inobservância de seus direitos como “mulheres que cumprem suas obrigações”, observa-se a delimitação das mulheres e dos homens e de seus direitos, segundo o “Muro”. Fernanda (na referida sessão) explicita: “Lavar, passar, cozinhar, cuidar do marido, da mulher, o papel é esse. E do homem é ajudar ela a ficar em casa; a minha parte eu tô fazendo e ele não está fazendo a parte dele e ainda me chama de vagabunda” (OLIVEIRA, 2010).

A partir da escuta das histórias afetivas, familiares e de trajetória das sobreviventes à violência de gênero, conseguimos, em Grupo, perceber certa constância em algumas colocações e em alguns princípios norteadores do lugar das mulheres na sociedade. Para se referir ao conjunto de ensinamentos sobre a trilogia casamento/filho/afazeres do lar e afins, ou seja, sobre o que é ser mulher em nossa sociedade, foi construída a imagem/termo “Cartilha”. A Cartilha seria como um livrinho invisível recitado

às mulheres desde o seu nascimento, delimitando seu lugar na família, a melhor forma de comportar-se durante a infância e adolescência (principalmente em relação aos meninos) e as regras do namoro, do noivado, do matrimônio e da maternidade.

No Grupo, as próprias participantes apontam a presença da Cartilha quando escutam a história das outras: “Eu me casei virgem”; “Ele foi meu primeiro em tudo”; “Meu pai falou que eu não ia casar porque não sabia fazer bolo”; “Lá em casa, tinha que namorar um ano, noivar seis meses e casar”; “Eu nunca o trai”; “Eu casei para ser para sempre”; “Eu o esperava com a casa limpa e com um jarrinho de flores em cima da geladeira que ele nunca percebia”. Estas frases eram seguidas, geralmente, de um estranhamento, pois, apesar de terem seguido a “Cartilha”, a violência ocorria.

No Grupo, estas colocações não são utilizadas para afirmar o lugar de vítima, mas para denunciar os efeitos da matriz heteronormativa sobre a subjetividade destas mulheres. Como exemplo, esta imagem foi evocada para responder à pergunta de Susana (Crônica 3/Sessão 3) sobre o porquê do comportamento diferenciado do filho com ela e o pai, apesar de ela ser muito solícita com ele.

Susana: “É rapaz, tem 21 anos, porque homem defende o pai. Eles não veem igual domingo, tava lá com a namorada. Fiz uma lasanha beleza pra eles. Minha menina, também, tava com o namorado. Tinha uma sobremesa bacana, mas eles não veem isso, sabe o que eles enxergam, principalmente rapaz, sabe o que que eles enxergam? Eles enxergam que o pai está dentro da casa, que o papai assiste ao jogo.”

Simone: “O pai é legal”.

Susana: “Não é? O pai é legal”. (Mulheres concordam.)

Susana: “Por que é assim, Simone?”

Simone: “Por que é assim, Camila?”

Camila: “Por causa da cartilha... Você lembra-se da cartilha?” (Falas.) (OLIVEIRA, 2010).

Observa-se, desta forma, que a participação no Grupo possibilitou um campo aberto para que as participantes discutissem e questionassem as normas da matriz heteronormativa e, a partir disto, buscassem atuar sobre o ciclo de violência, por meio de mudanças em suas relações de gênero familiares e afetivas.

Crônica 2/Sessão 2: “Dá para aguentar mais um pouco” (Fabiola)

Para a análise dos sentidos da violência de gênero e das relações de gênero, adotamos a noção do fenômeno da violência como um ciclo. Podemos visualizar este desenho nos relatos de Camila. Ela consegue perceber todo o processo, tanto no seu caso como nos de outras participantes. Talvez este aspecto tenha sido possibilitado por sua permanência ativa no Grupo, um diferencial que lhe pode ter permitido agir nos momentos de tensão e lua de mel de forma diferenciada, conseguindo diminuir e/ou

espaçar os momentos de violência (Crônica 2/Sessão 2).

Camila: "Ele [o namorado] me xingando, falando palavrão, pelo menos eu consegui não levar ele pra minha casa. [...] porque se ele fosse pra minha casa como eu deixava antes, a gente ia discutir, nós dois ia se atracar um com o outro." (Mulheres comentam muito, concordando.) (OLIVEIRA, 2010).

Ela conseguiu agir no momento de tensão antes que outro episódio de violência física ocorresse, apresentando uma adaptação ativa. Ao relatar sobre outro término de namoro, ela apresenta como motivo o fato de ter percebido a tensão constante na relação e ter previsto um possível episódio de violência (Crônica 2/Sessão 2)

Camila: "Eu tô conseguindo seguir um dia de cada vez [risos]. O outro homem lá [o outro namorado] eu botei ele pra correr: eu não quero você. [...] Um mês e meio que tava morando com ele, ele não deixava nem eu vir na casa da minha mãe."

Fabiola: "Mas você conseguiu se libertar dele?"

Camila: "Consegui. Eu fugi dele. Falei: 'Eu vou para a minha casa e vou retomar a minha vida.' [...] Aí, eu pensei comigo: 'Da próxima vez, não vai ter próxima vez'." (OLIVEIRA, 2010).

Nas trajetórias cíclicas de violência, cada fase tem influências sobre a subjetividade da mulher e sobre o sentido que a violência pode assumir para ela. Assim, além do momento da tensão, no qual pode haver uma quebra do ciclo antes que ocorra outro episódio de violência, merece atenção o período da lua de mel, característico após um episódio de violência. Apesar de as participantes do Grupo, geralmente, relatarem um estado constante de tensão, com raros ou cada vez mais curtos momentos de lua de mel, é interessante o impacto deste período em suas relações. Para exemplificar, podemos citar o relato de Fabiola (Crônica 2/Sessão 2) sobre como ficou sem reação quando, após um período de tensão (no qual ela havia tomado várias decisões), instalou-se a lua de mel em sua relação. Também é interessante observar como Camila ilustra a situação, incentivando Fabiola a manter suas decisões apesar da aparente calma.

Fabiola: "O meu questionamento foi esse: por que eu aguentei esta situação tanto tempo, para quê? Estava fácil, agora eu vejo com clareza. Era só eu dar um basta e não querer. Por que eu não consegui?"

Fabiola: "Eu vou mexer nos meninos, eles não têm estrutura para isso. Eu vou arrumar outra confusão. Aí, agora, eu sempre tenho uma desculpa. Eu tenho uma sequência de desculpas e, no final das contas, eu nem sei o que eu fiz mais. Aí, os meus meninos estão tudo encaminhado profissionalmente. A minha filha tem o emprego dela lá na firma grande; o meu menino iniciou o curso dele no SENAI, aí a empresa contratou e tal; aí o caçula de 16 anos foi encaminhado para o estágio. E aí, gente, e agora? Está tudo bem."

Simone: "Está tudo bem, mesmo?"

Fabiola: "Está tudo bem entre aspas. Aí que começa a confusão, eu vou mexer em uma coisa que está aparentemente arrumada."

Camila: "Você vai mexer no vesperto. Vai mexer na colmeia. Eu sei lá, eu acho é que você está adiando o sofrimento, lógico que é uma ideia extremista. É a mesma coisa, assim, deu falar: 'Eu tenho câncer. Ah! o câncer não tá doendo, não.. Não vou tirar ele agora, não.'"

Fabiola: "Acho que dá para aguentar mais um pouco." (OLIVEIRA, 2010).

É interessante observar neste relato a utilização do termo “desculpas” para descrever a situação. No Grupo, chamamos de “desculpas” as explicações ou situações apresentadas como motivos para a manutenção da relação violenta, após a decisão de encerrá-la ou apesar do desejo de fazê-lo. Ao espelhar e denunciar estas falas como “desculpas”, busca-se sinalizar para as participantes como estes posicionamentos atuam na reiteração do ciclo de violência. Estas “desculpas” são analisadas como “sombrias” do “Muro” e são apontadas para que elas possam percebê-las e enfrentá-las, desnaturalizando o processo de “culpar-se/desculpar-se” pela continuidade do ciclo da violência. Também é recorrente a conexão das cenas de violência com a condição da mulher na sociedade, localizando a situação de violência nas normas da matriz heteronormativa que delimita lugares diferenciados e estanques para o corpo de homens e mulheres.

Camila: “Eu acho que isso aí já está na nossa cultura. A gente já é tão marginalizada, desde que a gente nasce, que a gente acha que tudo que acontece a gente já pensa: ‘Eles vão pensar mal de mim’.”

Fabiola concorda, reflexiva: “É.”

Camila: “Igual uma coisa da gente, uma coisa que está entranhada na gente, entranhada na nossa cultura, a mulher não vale nada [...]. A gente é muito regrada desde sempre. Você não pode andar de pererequinha de fora porque, para menina, isso é feio. [Fabiola concordando.] Então, a gente é podada desde sempre. O menino, quando coloca o peruzinho pra fora, igual o meu filho de 2 anos está com essa mania de tirar para fora e ficar expondo, todo mundo acha bonito.”

Fabiola: “É.”

Camila: “A menina todo mundo já começa desde nova...”

Fabiola: “Regrando...” (OLIVEIRA, 2010).

Desta forma, a partir das trocas comunicacionais no Grupo, os posicionamentos e as estratégias apresentados como motivos para a manutenção da violência são avaliados e criticados a partir do Esquema Conceitual Referencial Operativo (ECRO) grupal, que delimita as situações de violência vividas por elas como cíclicas e pautadas pelas regras da matriz heteronormativa.

Crônica 3/Sessão 3: “Olha o tanto de coisa que eu fiz” (Elis)

A apresentação das estratégias de enfrentamento à violência pelas sobreviventes durante as sessões grupais ocorre vinculada a relatos de avanços ou retrocessos em seus Ciclos de Enfrentamento, permitindo que se realize uma avaliação coletiva das estratégias. As participantes fazem questão de vir ao Grupo compartilhar seus avanços e são acolhidas com entusiasmo. Como Camila diz: “Eu até estou me sentindo superior, agora eu acho que eu cheguei ao auge da terapia, por isso que eu estou feliz e vim aqui pra contar pra vocês que eu consegui dizer não”. Fabiola demonstra que mudou sua postura diante dos outros e que, após a participação no Grupo, aprendeu a

questionar e agir mais: “Eu não estou deixando mais, estou me vigiando mais, não tô deixando na mão de ninguém. Agora, o que eu tenho que fazer eu vou lá e faço; o que eu tenho que perguntar eu vou lá e pergunto”.

As estratégias de publicização, também, são avaliadas como no caso de Janaína (Crônica 1/Sessão 1). A partir de seu relato sobre a adoção da estratégia de publicização de acionar a Polícia Militar, foi possível avaliar o seu posicionamento, o de seu companheiro e o dos agentes policiais. As participantes apoiaram a decisão de Janaína de acionar a Polícia, mas questionaram a ambigüidade de seus sentimentos em relação ao seu companheiro, quando ela demonstrou compaixão pela forma como ele foi tratado pelos policiais.

A oportunidade de avaliar com outras sobreviventes na mesma situação as decisões e as estratégias adotadas é um dos aspectos diferenciadores possibilitados pela dinâmica grupal. Observamos que isto enriquece e potencializa o processo de tomada de decisões e de elaboração de estratégias e auxilia nos momentos de deslegitimação do Ciclo de Enfrentamento, legitimando-o. Aliada à avaliação, ocorre um processo de negociação e construção de estratégias para a quebra do ciclo de violência baseado no ECRO grupal, nas estratégias já analisadas para casos similares e na capacidade criativa do Grupo.

Crônica 4/Sessão 4: “Se você esta frequentando um grupo, você confia no grupo” (Cíntia)

As participantes do Grupo apresentaram como contraponto de legitimação em suas trajetórias pela Rede de Enfrentamento à Violência de Contagem/MG a dinâmica grupal. Isso foi confirmado durante o relato de Cíntia sobre a sua Audiência de Conciliação de Separação realizada no Fórum de Contagem/MG. Diante das afirmativas de Cíntia sobre a situação de violência vivenciada durante o casamento e a recusa por parte do ex-marido em auxiliá-la financeiramente com os filhos menores, ocorreu um questionamento insistente sobre a veracidade destes fatos por parte da conciliadora. Aliado a isto, seu ex-companheiro negou todas as acusações. Cíntia utilizou, então, como “prova” a sua participação no Grupo do Espaço Bem-Me-Quero (Crônica 4/Sessão 4).

Cíntia: “Eu me senti tão desamparada [...]. Eu queria que eles soubessem que esse grupo não vai servir de peso não é pra eles, é pra gente aqui dentro. Por que a gente fica tão sozinha, tão solitária, que este grupo é uma família da gente e a gente fica mal, entendeu, [choro]. Nessa hora, que eu fui maltratada [choro], se não fosse a Graça [participante do Grupo que a acompanhou] ir lá.”

Camila: “É bem humilhante mesmo [...].”

Cíntia: “Por mais prevenida que eu fui; na hora você não consegue [...]. Eu falei, assim: ‘Eu estou frequentando o Grupo no Bem-Me-Quero. Eu tenho provas que ele me agrediu...’ Eu

falei pra ela: 'Meus filhos estão mal. Eu tô procurando psicólogos pro meus filhos e eu tô passando pela psicóloga lá do Grupo do Bem-Me-Quero.' (OLIVEIRA, 2010).

Cíntia buscou a legitimação de sua fala por meio de um mecanismo considerado eficiente por ela. As mudanças vivenciadas após a participação no Grupo são contundentes e ela queria que este movimento de legitimação iniciado neste mecanismo fosse reconhecido, valorizado e confirmado pelas outras instituições da Rede.

Cíntia: "Eu passei por uma fase muito difícil, complicadíssima, difícil e o grupo me ajudou. A gente quer que fale que o grupo ajuda, o grupo ampara, a gente quer, por exemplo, que o Juiz saiba que a gente tem quem ampare. A gente não quer mostrar, não quer gritar... se puder fazer isso, ótimo, porque tem muita mulher aqui fora que eu estou vendo que está passando por isso. O que a gente quer é sentir segura, eu fui tratada ali, agora eu tô melhor. Vê como eu estava uma porcaria antes, mas ali eu levantei, ali é uma família. É isso que a gente quer. Mas a gente quer que eles entendam que o Grupo aqui ajuda não é só uma pessoa, é muita gente, entendeu." (Grifo nosso.) (OLIVEIRA, 2010).

As declarações sobre a eficiência do Grupo apontam tanto para a legitimação da trajetória individual de Cíntia, como para a trajetória do Grupo como mecanismo legitimador. Desta forma, percebe-se que o Grupo é visto como um local diferenciado que possibilita às sobreviventes a publicização da violência de gênero, bem como o questionamento dos mecanismos institucionais de seu enfrentamento. Em qual outra instância estas mulheres poderiam trazer à tona as dificuldades enfrentadas em suas trajetórias de sobreviventes à violência de gênero? Onde elas poderiam publicizar e elaborar soluções para suas reclamações sobre o atendimento oferecido pelas Polícias Militar e Civil e outras instituições como as do Poder Judiciário? Vale questionar o posicionamento destas instituições diante do "Muro": "tijolos" ou "ferramentas"?

Também é interessante pensar sobre as outras mulheres às quais Cíntia se refere quando apela para que algo seja feito? Quem deveria ocupar-se delas? As mulheres do Grupo, a Rede, o Poder Público, a psicóloga, a Psicologia, a Justiça? A existência de tantas perguntas aponta para a necessidade de se continuar refletindo sobre a organização da Rede de Enfrentamento e sobre o sentido que a violência assume para os(as) agentes das instituições de enfrentamento à violência. Sem estes questionamentos, todo o aparato de enfrentamento poderá ser apenas mais um paliativo diante deste fenômeno.

A partir dos resultados apresentados, consideramos que o Grupo analisado está em processo de operatividade, ou seja, em sua curta história, ele produziu intervenções:

- na proposta de atendimento da instituição ao qual está vinculado e da própria Rede de Enfrentamento à Violência como lugar de legitimação das trajetórias de suas participantes;

- nos ciclos de enfrentamento à violência de suas participantes, a partir do questionamento das normas da matriz heteronormativa, levando à transformação das relações de gênero em suas relações sociais, afetivas e familiares e, também, por meio da apropriação crítica das propostas das instituições da Rede de Enfrentamento à Vio-

lência de Contagem/MG e da legislação pertinente à problemática; e

- em sua própria dinâmica, a partir da construção de um Esquema Conceitual Referencial Operativo (ECRO) grupal e da elaboração de um projeto de intervenção na problemática do enfrentamento à violência nos níveis individual, institucional e social.

A partir da perspectiva de elaboração de um projeto de intervenção institucional/social grupal sobre a problemática do enfrentamento à violência de gênero contra as mulheres, buscamos, nestes quatro anos de trabalho, atuar aliando a denúncia/visibilidade da violência de gênero a relatos de mudanças ativas nos ciclos de violência, posicionando as participantes do Grupo como as agentes destes processos. Para isso, favorecemos oportunidades em que os relatos de estratégias de enfrentamento legitimadas e, também, os casos de denúncias de violência institucional/deslegitimação das iniciativas das participantes do Grupo pudessem atingir visibilidade.

Estes relatos podem ser compreendidos como um produto da reflexão coletiva sobre o fenômeno da violência de gênero e seu enfrentamento, a partir do ECRO grupal. Neste cenário, estes relatos não são apenas exemplos de casos individuais de sucesso/dificuldade, mas a materialização, ao mesmo tempo, da denúncia, da possibilidade de mudança e da legitimação da proposta do dispositivo grupal de atendimento à clientela de mulheres sobreviventes à violência de gênero.

A partir desta proposta, as participantes do Grupo compareceram a vários eventos¹², como o tradicional “Café da Manhã com a Prefeita”, realizado anualmente em homenagem ao dia 8 de março, o IV Seminário da Rede de Enfrentamento à Violência, a II Conferência de Mulheres de Contagem e de cursos/oficinas profissionalizantes oferecidos pela Coordenadoria de Políticas para Mulheres de Contagem/COPOM. Vale destacar a seleção de duas participantes para o “Projeto Mulheres da Paz”¹³ e a eleição de uma participante do Grupo como conselheira do Conselho Municipal da Mulher de Contagem/MG. Por fim, duas participantes do Grupo foram escolhidas pela produção do documentário *Silêncio das inocentes*¹⁴, da Voglia Produções Ltda., para relatar suas

¹²É importante ressaltar que, para a aceitação de qualquer proposta ou convite ao Grupo ou às participantes, sempre é respeitado o direito ao sigilo e à privacidade das participantes do grupo. Em dezembro de 2008, por exemplo, o Grupo foi convidado a participar de um evento do Programa Municipal de DST/AIDS em comemoração ao dia 1º de dezembro – Dia Mundial de Luta contra a AIDS. A data, porém, coincidiu com o dia de sessão grupal e elas preferiram não participar, para não ficar uma semana sem se encontrarem. Em dezembro de 2009, por sua vez, o convite foi feito novamente e o evento não coincidiu com o dia da sessão. Dessa vez, quatro mulheres compareceram como representantes do Grupo. Da mesma forma, uma das participantes, que já havia dado entrevista para uma revista, foi novamente convidada pela gerência do Espaço Bem-Me-Quero para nova entrevista. A princípio, ela concordou, mas depois ligou desmarcando, o que foi aceito sem questionamentos. Em conversa posterior, ela me disse como fez bem a ela dizer não naquele momento, pois, na verdade, ela não queria expor sua história novamente e “ter que ler que a história de sua vida era aquilo”.

¹³Iniciativa do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI) do Governo Federal com a Prefeitura Municipal de Contagem, por meio do qual foi realizado um curso de formação de 150 horas de capacitação para a discussão do enfrentamento à violência pelas participantes em suas comunidades.

¹⁴Disponível em: <http://www.cinemadobrasil.org.br/produtora.php?id_produtora=90>. Acesso em: 31 maio 2011.

histórias de enfrentamento à violência, a partir da participação no Grupo. No final de 2010, a atriz e produtora Roza Maria Oliveira, da Roza dos Ventos Produções Artísticas, de Belo Horizonte, visitou o Grupo e realizou entrevistas individuais com algumas participantes para a sua pesquisa de campo para a escrita de uma peça sobre processos de superação de mulheres. A história de uma participante do Grupo foi adaptada para a peça *As rozas falam*.

Uma parceria muito produtiva também foi firmada com algumas profissionais de São Gonçalo do Rio Abaixo/MG que, após conhecerem o Grupo, demonstraram interesse em replicar esta metodologia em sua cidade. No dia 25 de novembro de 2011, foi realizado o lançamento desta proposta e fui convidada para falar sobre a experiência do Grupo. Para este evento, convidei Camila para realizar uma palestra, relatando a sua experiência de enfrentamento à violência e sua participação no Grupo. Foi um momento muito importante em nossa trajetória, pois a fala foi dividida entre mim e uma das participantes do Grupo, em um processo de coautoria da legitimação desta proposta de trabalho.

A nossa última empreitada em busca de abordagens que potencializem a nossa proposta de intervenção nos aproximou da metodologia do teatro. Doze participantes do Grupo tornaram parte de uma Oficina de Introdução ao Teatro, coordenada por duas professoras com experiência na utilização da teoria do Teatro do Oprimido com mulheres¹⁵. Como produto desta oficina, nove mulheres encenaram a leitura dramática intitulada “Sou mulher e não serei outra coisa”, de autoria de Érika Oliveira. Este texto foi dedicado à memória de Gláucia Rocha Medeiros¹⁶, baleada por seu ex-namorado, na cidade de Cândido Mota/SP. Ele se matou com um tiro na cabeça. Ela ficou tetraplégica e permaneceu longos períodos na UTI, até vir a falecer. O texto relata o fato de forma poética, mas sem perder o caráter de denúncia do discurso que naturaliza e debocha do fato/crime, sem levar em conta os direitos de Gláucia.

O processo da oficina previa uma leitura do texto pelas participantes do Grupo antes da ocorrência da oficina. Após esta primeira aproximação do texto, elas apresentaram uma leitura crítica, alertando justamente para o discurso machista e opressor utilizado no texto. Para elas, em pleno processo de denúncia e de enfrentamento às normas do “Muro”, era difícil ler um texto com este caráter. Conversamos sobre este mal-estar e informei que haveria um momento de discussão coletiva com a oficina/autora do texto, no qual elas poderiam apresentar suas sugestões de alterações no texto. Este posicionamento crítico e ativo em relação ao texto e a todo o processo de

¹⁵Érika Cecília Soares Oliveira, doutoranda em Psicologia/Psicologia e Sociedade pela Universidade Estadual Paulista (UNESP); mestre em Educação para a Ciência (UNESP, 2001); graduação em Psicologia (UNESP, 1996), e Késia dos Anjos Rocha, graduação em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2006) e mestre em Educação pela UNESP - Campus de Marília/SP, 2012.

¹⁶Para maiores informações, acessar: <http://www.paraguacity.com/?id=85-4162>.

criação é indicativo da apropriação de um discurso que busca denunciar e subverter as normas heteronormativas e, também, da filiação, cooperação, pertença e pertinência¹⁷ destas participantes. Por fim, foi alterado o final do texto original, onde apenas se fazia menção à negação do namorado sobre o fato/crime, para uma cena em que ele era preso por seu crime. Elas se posicionaram, mais uma vez, como coautoras da história e do produto grupal e imprimiram ao texto o desfecho que condizia com o ECRÔ do Grupo. Como projeto futuro, as participantes do Grupo pensam em escrever um novo texto para ser interpretado. Acreditamos que esta produção será realizada de acordo com a maturidade que o Grupo for adquirindo em sua caminhada.

Outro fato interessante deste trabalho foi a participação da filha de Cíntia no teatro, atualmente com 18 anos. Quando sua mãe entrou no grupo, ela tinha 14 anos e era uma das pessoas que mais a apoiava na decisão da separação. Quando fui convidá-la, ela disse do interesse de sua filha em participar. Considerei muito oportuna e importante esta participação, principalmente, por seu interesse em fazer parte desta ação de denúncia da violência. Ela participou ativamente de todo o processo, auxiliando no processo de seleção de músicas para a composição do texto e quando a sua mãe não pode comparecer às apresentações por causa do trabalho, ela se responsabilizou por suas falas.

Esta participação nos apresenta a possibilidade de utilização do teatro como dispositivo na prevenção e no debate sobre a violência de gênero e seu enfrentamento com a população jovem, principalmente, na perspectiva da quebra das barreiras intergeracionais entre as mulheres (jovens/adultas/idosas) e do ciclo de transmissão intergeracional da violência. Entre março e abril de 2012, foram realizadas três apresentações da leitura dramática em eventos da Coordenadoria de Políticas para Mulheres de Contagem/COPOM/Prefeitura de Contagem/MG e uma apresentação na Maternidade Odete Valadares/Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais/FHEMIG para a equipe técnica, principalmente, auxiliares de enfermagem. Na mesma oportunidade, apresentamos uma palestra relatando a experiência do Grupo “Mexendo no Vespeiro” e discutindo a violência institucional e suas consequências, principalmente, em casos de violência de gênero contra a mulher. Com este formato de apresentação, delineamos a nossa proposta de trabalho, por um lado, atenta à responsabilidade das instituições

¹⁷A pertença, a afiliação, a cooperação e a pertinência são vetores guias para avaliar a relação dos membros com o grupo e com a tarefa. A filiação de um membro ao grupo se dá pelo coeficiente de sua vinculação ao grupo. É o primeiro momento no qual o sujeito aceita pertencer a determinado grupo constituído para tarefa. A pertença já seria um segundo momento, quando a tarefa passa a não ser vista mais como do grupo, mas do sujeito, é o assumir a tarefa do grupo como sua, com todas as consequências desta escolha. Na dinâmica grupal, ela pode ser medida em relação à presença no grupo, à pontualidade e às intervenções. A cooperação de um grupo diz da relação de cada membro para com os outros, objetivando a execução da tarefa. A pertinência, por sua vez, refere-se à relação do membro do grupo com a tarefa, ser pertinente em um grupo diz da coerência com a tarefa grupal possibilitada pela pré-existência dos outros três vetores descritos (OLIVEIRA, 2010).

sobre o processo de enfrentamento à violência e, por outro, defensora da participação ativa das mulheres em todo o processo de mudança social.

Uma das profissionais que nos convidou disse que é bom ouvi-las, pois dá um gosto de esperança; outra apontou para a importância de se oferecer trabalhos que envolvem o corpo/movimento para estas mulheres. Para além do agradável gosto de esperança e do oferecimento de uma alternativa de atendimento psicológico, filiamos este projeto a uma teorização feminista (BUTLER, 2003; SCOTT, 1991; HARAWAY, 1995; AZERÊDO, 2007) que busca a denúncia e a subversão do próprio processo discursivo que sustenta o preconceito e a violência. Esta linhagem feminista realiza a análise do fenômeno da violência de gênero e de seu processo de enfrentamento, focalizando as relações de poder reiteradas e visibilizadas, por exemplo, por meio de trocas comunicacionais hierarquizadas e fundamentadas nas normas da matriz heteronormativa.

A partir disso, interessa subverter as hierarquizações/dicotomias, inclusive, no processo terapêutico e de pesquisa. A utilização da teoria e técnica do grupo operativo, por exemplo, possibilita uma relação dialética, criativa e transformadora, entre os(as) participantes/coordenador(a) do grupo e os(as) participantes de uma pesquisa/pesquisadores(as), pautada na mudança e no questionamento, inclusive, das próprias normas que posicionam estes pares na relação terapêutica e/ou de pesquisa. Segundo Luchese e Barros (2007), a utilização do grupo operativo vem se desvelando “como uma técnica que vai além da coleta de dados, visto que proporciona trocas vivenciais entre os sujeitos pesquisados, possibilitando a revisitação e reflexão do cotidiano, exteriorização de sentimentos latentes, apropriação e reconstrução da realidade” (LUCHESE; BARROS, 2007, p. 798). Em uma pesquisa/terapia com este viés, a própria coleta de dados/escuta já é um momento de intervenção na realidade e de construção/reconstrução dos objetos/objetivos do estudo/terapia, atuando contra o reposicionamento diferenciado das relações de poder reprodutoras da manutenção das normas mantenedoras da matriz heteronormativa.

Assim, aliando a teoria e a prática em minha trajetória profissional, desenvolvi uma metodologia de atendimento que chamo, carinhosamente, de “Mexendo no vespeiro”. As linhas mestres deste trabalho são: o acolhimento – das dificuldades, ambiguidades e dúvidas; o respeito – à autodeterminação, ao tempo e história de cada um(a); o incentivo – à criatividade, à colaboração, à superação e ao novo; a aposta – na aprendizagem e na mudança de vidas, histórias e da sociedade. Todo o processo de escrita e estudo que envolve a execução deste trabalho e a elaboração desta metodologia tem como objetivo contribuir com a discussão teórica sobre a violência de gênero e seu enfrentamento, com a capacitação de atores sociais para esta pauta e, também, com a construção de alternativas para uma clínica guiada pela psicologia social.

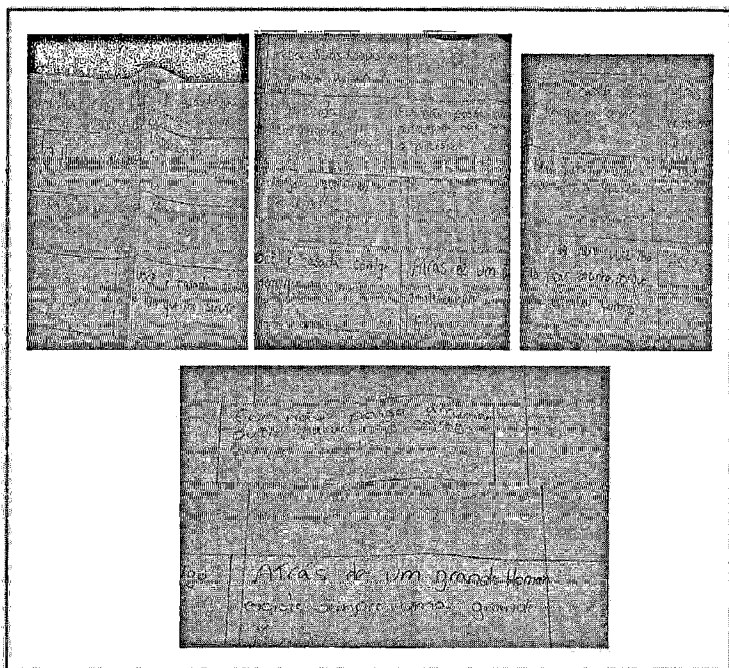
Venho repassando esta experiência como uma proposta que se adapta a varia-

das clientelas e instituições/profissionais que se guiam pela mudança e pela aprendizagem. Em suma, por todos e todas que aceitam o convite e o desafio de, apesar dos muros impostos pela sociedade, encontrar fossos e fissuras por onde possamos vislumbrar um mundo novo. Nós, do “Mexendo no vespeiro”, agradecemos a sua atenção e esperamos que você faça parte desta história. Agora só falta você! Entre em contato!

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, Suely Souza de. *Femicídio: algemas (in)visíveis do público-privado*. Rio de Janeiro: Revinter, 1998.
- AZERÊDO, Sandra Maria da Mata. *Preconceito contra a “mulher”*: diferença, poemas e corpos. São Paulo: Cortez, 2007. 120p. Preconceitos, 1.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas Públicas. Violência intrafamiliar: orientações para a prática em serviço. *Cadernos de Atenção Básica*, n. 8, Série A – Normas e Manuais Técnicos; n. 131. Brasília: Ministério de Saúde, 2001. 96p. Disponível em: < http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cd05_19.pdf >. Acesso em: 16 maio 2010.
- BUTLER, Judith P. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. 236p.
- FRANCO, M. L. P. B. *Análise do conteúdo*. Brasília: Plano, 2003.
- HARAWAY, Donna. Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. Tradução de Mariza Corrêa. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 5, 1995, p. 7-41.
- LUCHESE, Roselma; BARROS, Sônia. A utilização do grupo operativo como método de coleta de dados em pesquisa qualitativa. *Revista eletrônica de Enfermagem* [serial online], set./dez. 2007; v. 9, n. 3, p. 796-805. Disponível em: < <http://www.fen.ufg.br/revista/v9/n3/pdf/v9n3a18.pdf> >. Acesso em: 16 maio 2010.
- OLIVEIRA, Simone Francisca de. “Mexendo no vespeiro”: legitimação dos ciclos de enfrentamento à violência de gênero através do grupo operativo. 219p. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2010.
- SCOTT, Joan Wallace. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. n. 14, Recife: S.O.S Corpo, 1991.
- VALA, Jorge. A análise de conteúdo. In: SILVA, A. S.; PINTO, J. M. (Org.). 12. ed. *Metodologia das Ciências Sociais*. Porto Alegre, 12, p.101-128, 2003.

ANEXO 1
"O MURO"



Edadismo e a mulher

Wagner Luiz da Silva¹

Marisa Sanabria²

Preâmbulo

O fenômeno Edadismo, a exemplo do assédio moral³, pode ser considerado uma espécie de transtorno ético-corporativo⁴.

É equivocado pensar que o preconceito aos mais velhos seja um fenômeno recente, a sua exclusão dos meios de produção se intensificou a partir da Revolução Industrial, baseada na assimilação das novas formas de tecnologia.

No caso da mulher, o Edadismo acabou se transformando em uma maneira de desconstruir a identidade feminina.

Os séculos XIX, XX e o início do século XXI não trouxeram mudanças significativas ao comportamento preconceituoso do homem perante a mulher. Os avanços nos direitos das mulheres foram consequências das mudanças do mercado de trabalho e da necessidade de achatamento salarial, bem como do aumento do número de consumidores, ou seja, o capital atingiu a mulher no que tange a produtos de beleza e consumo de supérfluos relacionados à vaidade feminina. Assim, a beleza feminina tornou-se um produto a ser explorado pelo capital por meio da mais-valia⁵.

A imposição da beleza pela beleza tornou-se, ao longo dos anos, uma ditadura. As modelos de beleza foram transformadas em ícones, impondo ao sexo feminino uma beleza etérea e distante, em que a idade se acaba tornando o carrasco que traz a mulher à realidade de seu tempo e a exclusão da beleza imposta ao seu corpo e a sua alma.

O fenômeno do Edadismo junto à mulher, o preconceito pela idade, será estudado em um contexto de corporação.

¹Advogado, mestrando em Direito, Sustentabilidade e Direitos Humanos pela Escola Superior Dom Helder Câmara, voluntário do Grupo de Familiares e Amigos de Pessoas em Privação de Liberdade, pesquisador do "GT do Feminino" do Conselho Regional de Psicologia - Minas Gerais.

²Psicóloga, CRP04/5350. Mestre em Filosofia pela Universidade Federal de Minas Gerais, conselheira e coordenadora do GT do Feminino.

³No presente estudo, assédio moral deixa de ser gênero e passa a ser espécie de assédio ético-corporativo.

⁴O conceito de transtorno ético-corporativo será tratado em artigo próprio.

⁵O excedente toma forma de lucro e a exploração resulta do fato da classe trabalhadora produzir um produto líquido que pode ser vendido por mais do que ela recebe como salário" (GUIMARÃES, 1983, p. 227).

Transtorno ético-corporativo⁶: o fenômeno da mais-valia junto a mulher brasileira

*Mulher é o negro do mundo
Sim, ela é, pense a respeito
A mulher é o negro do mundo
Pense a respeito... faça algo contra isso*

*Nós fazemos ela pintar o rosto e dançar
Se ela não quer ser nossa escrava, dizemos que não nos ama
Se ela é sincera, nós dizemos que ela está tentando ser um homem
Enquanto botamos ela para baixo, fingindo que ela está acima de nós.*

*A mulher é o negro do mundo, sim ela é
Se não acredita em mim, olhe para a que está com você
A mulher é o negro do mundo
Ah, melhor gritar a respeito disto*

*Nós fazemos ela parir e criar nossos filhos
E depois a deixamos feito uma velha e gorda mãe galinha
Nós dizemos a ela que o único lugar onde ela deveria estar é em casa
depois reclamamos que ela é provinciana demais para ser nossa
amiga*

*A mulher é o negro do mundo, sim ela é
Se não acredita em mim, olhe para a que está com você
A mulher é o escravo dos escravos
Sim (Pense a respeito)*

*Nós insultamos ela todo dia na TV
E maravilhosamente perguntamos porque ela não tem coragem e
confiança
Quando ela é jovem, nós matamos seu desejo de ser livre
Enquanto dizemos para ela para não ser tão esperta
A botamos para baixo por ser tão boba.*

*A mulher é o negro do mundo, sim ela é
Se não acredita em mim, olhe para a que está com você
É melhor gritar a respeito.⁷
(John Lennon)*

O transtorno ético-corporativo no Brasil, junto à mulher brasileira, tem sua origem com a Lei nº. 601 de 18 de setembro de 1850⁸, quando o Estado brasileiro instituiu a conhecida Lei de Terras.

Até então, no território brasileiro, aquele que possuía terras detinha poder e usufruto sobre filhos, escravos e mulheres. A quantidade de filhos, negros e mulheres era determinante para caracterizar a riqueza de um homem brasileiro.

⁶Apesar de ter escrito vários artigos sobre o tema, o último em 2005, percebo que os estudos científicos sobre esse fenômeno avançaram pouco. Há muitas iniciativas práticas interessantes, porém as causas e as origens do transtorno ético-corporativo não estão esclarecidas, os principais estudos abordam o fenômeno do assédio moral, como dito alhures, espécie de transtorno ético-corporativo. O presente artigo tem por fim lançar uma luz sobre o fenômeno do transtorno ético-corporativo junto às mulheres brasileiras.

⁷Tradução livre da música "Woman is the Nigger of the World".

⁸Para mais informações, vide: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm.

Os anos se passaram e os inconscientes coletivos brasileiros tanto de homens brancos quanto negros conceberam a mulher brasileira como uma espécie de propriedade do sexo masculino.

A manifestação do espírito livre⁹ das mulheres brasileiras, necessariamente, está relacionada à ideia de liberdade do homem brasileiro, ou seja, a mulher, no Brasil, tem uma liberdade pré-determinada pelo sexo masculino. Este mantém as mesmas práticas de desconstrução da identidade do sexo feminino e mais-valia de sua mão de obra desde a formação da sociedade brasileira, por intermédio das políticas de sesmarias.

A mulher brasileira nunca foi livre, a estrutura social a impede de ter direito ao orgasmo¹⁰.

A inserção das mulheres no mercado de trabalho brasileiro acirrou ainda mais o transtorno ético-corporativo. Praticado anteriormente no lar, passou a ser praticado em empresas e estabelecimentos públicos onde a mulher exerce cargo de chefia.

A sociedade masculina brasileira desenvolveu mecanismos de controle do inconsciente feminino baseados no medo e na culpa, nos quais a mulher brasileira só se realiza se é casada, trabalha, tem filhos e toma conta de um lar.

O reconhecimento a este desempenho de papel por parte de outras mulheres brasileiras é a perpetuação da alienação e da mais-valia. Pensar que o sexo masculino ou que a sociedade brasileira não tem possibilidade de mudança comportamental é uma falácia.

Estudo especial sobre a mulher feito pela [Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) demonstra que

cresceram as uniões em que as mulheres têm idade superior a do homem. De 1996 a 2006, essas uniões passaram, de 5,6 milhões para 7,6 milhões, que representa um crescimento de 36%, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – Pnad. Cresceram menos (25,3%), no mesmo período, as uniões de homens mais velhos que as mulheres, passando de 22,3 milhões para 27,9 milhões. No total dos arranjos familiares formados por casal, cresceu o percentual de uniões em que a mulher tinha de 5 a 29 anos a mais que o homem. O estudo do IBGE revela, ainda, informações curiosas como, por exemplo, a escolaridade da mulher chefe de domicílio casada com homem pelo menos 19 anos mais novo é em média um ano inferior à do homem. E também, as chefes de domicílio com diferença de idade de 30 anos ou mais em relação ao cônjuge ganham em média três vezes mais o que eles ganham. Essas e outras informações podem ser encontradas em Diferenciais de idade entre os casais nas famílias brasileiras: um estudo com base nas Pnads 1996 e 2006 divulgado hoje pelo IBGE. ("Estudo Especial sobre a Mulher" – PNAD, 7 de março de 2008, Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_impressao.php?id_noticia=1098).

⁹A manifestação do espírito está relacionada ao pensamento Hegeliano de manifestação da consciência e sua percepção de liberdade.

¹⁰Orgasmo deve ser entendido como o direito ao prazer e este é determinado por um meio que lhe impõe valores e papéis sociais para desempenhar. A alienação de seu prazer é dos crimes o maior, pois a imposição da mais-valia pela cultura e política brasileira a transforma em um ser humano destituído de liberdade e identidade. Esta é um arremedo de seu real potencial.

Essas informações demonstram que o sexo feminino vem construindo relações afetivas mais livres.

Não obstante, o aumento do número de mulheres mais velhas com homens mais jovens não significa que não sejam alienadas ou que não sofram mais-valia, tendo em vista que na “família o homem é o burguês e a mulher o proletariado” (ENGELS, 1980, p.80) e, também, não retratam um aumento de tolerância e aceitação da mulher como uma pessoa de Direitos.

O transtorno ético-corporativo junto à mulher brasileira é a sublimação de práticas perversas de manipulação e submissão do sexo feminino por parte do homem.

Edadismo: formas de violência contra a mulher

A civilização tanto ocidental quanto oriental, em regra, é caracterizada pelo hermetismo, pelo individualismo, pelo hedonismo e pela competitividade, que são formas sublimadas de exercitar a eficiência e o poder sobre o feminino.

Nossas modelos são jovens, bonitas, inteligentes e magras, vivendo o presente e, em qualquer circunstância, sorrindo despreocupadas.

Isto quer dizer que excluimos como incompetentes e fora do padrão os indivíduos gordos, na maturidade, com trajetória de vida e eventualmente entristecidos ou reflexivos. Esta atitude de rejeição coletiva adquire o caráter de violência velada e, muitas vezes, explícita, quando se trata da mulher, à medida que ela envelhece.

A mídia e a cultura de consumo nos exigem corpos perfeitos, estruturas duráveis à prova de cansaço, doenças ou envelhecimento.

Ser bela é um dever moral solicitado a todos, mas incisivamente demandado às mulheres, uma imagem que transcende o tempo e que nos pede esforços físicos, psíquicos e econômicos, causando alienação e impedindo ao sexo feminino o direito de sua história e existências pessoais.

Associamos envelhecimento à deterioração, ao descuido e à feiura e não temos imagens e modelos de mulheres maduras e elegantes desempenhando seu papel com esplendor.

Ana Freixas (2005) define “Edadismo” como todas as condutas, sentimentos e atitudes de rejeição que expressamos em relação às pessoas de qualquer sexo que não são jovens e afirma que este preconceito se acentua muito quando tratamos de mulheres.

É famosa a frase popular que todos conhecemos: “Os homens amadurecem enquanto as mulheres envelhecem”. Ela é transparente em relação a este olhar diferenciado e, assim, enfrentamos dois preconceitos que fragilizam e expõem uma população considerável: o “edadismo” (“a segregação pela idade”) e o “sexismo”, ou seja, a ex-

clusão pelo fato de ser mulher.

Estas atitudes discriminatórias reduzem a autoestima e dificultam a própria noção de identidade, não reconhecendo às mulheres nenhum protagonismo possível depois que acaba seu período fértil.

Quando o corpo da mulher não é mais produtivo e jovem, a mulher idosa passa a ser tratada com desdém e ironia.

Uma estrutura patriarcal construiu para a mulher uma subjetividade definida a partir da necessidade dos outros e a acorrentou a uma ditadura cultural de ter um corpo e um comportamento desejável para o sexo masculino. A consequência de tal comportamento foi a construção feminina de uma imagem passiva e estática que aparece como a definição do que é a identidade da mulher.

Quando o modelo ideal de sexo feminino imposto pela sociedade corporativa patriarcal não pode ser exercido pela mulher, precipitam-se uma série de sentimentos contraditórios de raiva, desorientação, retraimento, vergonha e inadequação, além de não saber quais são as condutas que deverão ser seguidas a partir desse momento.

A consequência é uma clara debilitação do lugar que a mulher ocupava no âmbito familiar, laboral, institucional, etc.

Estas transformações no corpo e na estrutura psíquica e emocional são tratadas como uma patologia medicalizável com ansiolíticos, antidepressivos e diversos outros recursos, em uma clara estratégia social de não reconhecer, não pensar e muito menos aceitar o envelhecimento como um momento natural da vida. Momento este de perdas, transformações e novos olhares sobre si mesmo e os outros.

A vida depois dos 50-60 anos é um “outro país”, diz Gloria Stein (2005). A propaganda edadista que todos temos internalizado não nos permite perceber que este é um momento de grandes liberdades, alívio de encargos e responsabilidades e segurança em relação a decisões e opiniões pessoais. Não é preciso pedir licença para viver, pode-se escolher o espaço próprio e há um domínio progressivo do próprio corpo.

Os estereótipos da nossa cultura nos fazem esperar este momento com enorme apreensão e desesperança: como será o futuro? Viver sozinha? Ter pouco dinheiro?

É imprescindível reconhecer e aceitar que as pessoas mudam, têm outra perspectiva e diferentes necessidades. É importante a mulher, pela mulher, definir o que entendemos por beleza, aceitando as novas formas corporais, ter projetos para cada momento da vida e não camuflar ou silenciar aquilo que aparece como evidente.

O “Edadismo” faz com que algumas mulheres se sintam envelhecidas, cansadas e sem valor; em outros, ancora-se ficticiamente em um ideal de juventude, lutando desesperadamente por um corpo e uma disposição de 30 anos.

Não existe moda para a mulher de 60 anos, não se fala em aposentadoria, condições de vida, sexualidade, afetividades, parcerias ou bem-estar e não se trata com

responsabilidade institucional a mulher madura em nenhum aspecto, nem físico, psíquico, afetivo, social ou econômico. O sexismo das nossas instituições trata as mulheres como seres sempre dependentes, quando sabemos que, cada vez mais, é um fato a existência de mulheres de 50, 60 e 70 anos morando sozinhas, responsáveis exclusivas por sua condição.

Fazer uma avaliação clara e objetiva desta situação é uma forma de combater o “Edadismo”. Reconhecer outra beleza no corpo, trabalhar pela saúde e constituir uma subjetividade, a partir de outras escolhas, é decisivo para não se sentir uma vítima da intolerância e da exclusão social.

Para Anna Freixas (2005), uma parte deste sofrimento tem a ver com a situação histórica de subordinação da mulher, o distanciamento de seus reais desejos e a falta de protagonismo na suas vidas, o que resulta em um ser entristecido e queixoso.

As mulheres que envelhecem não estão doentes, elas sofrem uma exclusão e um preconceito que as estigmatiza e as determina como criaturas assexuadas, nervosas, desorientadas e sem opinião própria, nada ou muito pouco interessantes. Esta forma de violência não é reconhecida, não é visível e não se nomeia, ela se torna evidente nos gestos, nos olhares, no abandono familiar e social.

Hoje entendemos que a maternidade não é um único fim na vida de uma mulher e que o ninho vazio, na verdade, representa uma grande libertação, assim como que a sexualidade e os desejos não se esgotam com a menopausa.

Muitas mulheres falam da “paz hormonal” como um momento de maior domínio sobre as emoções, possibilidade de relativizar os problemas, maior serenidade, equilíbrio e, sobretudo, liberdade para recuperar a alegria, a despreocupação e o bom humor.

Christiane Northrup (2001) fala da maturidade como um tempo para recuperar aquela identidade que tínhamos quando estávamos menos entregues aos demais.

Não há dúvida de que envelhecer é um fato, um desafio e um aprendizado que precisamos entender como uma nova etapa na vida, com novas alegrias e emoções.

O “Edadismo” e o “sexismo” negam a mulher essa possibilidade e descoberta e a transformam em um ser invisível institucionalmente, inoperante socialmente e sem futuro afetivamente.

Para alguém que dedicou sua juventude a cuidar, educar e socializar os outros, o retorno e o reconhecimento social é inexistente. Assim, cabe a cada mulher, a partir de seu lugar, lutar contra o preconceito.

O Edadismo é um transtorno crônico para o qual a única vacina possível é a confiança, a autoestima, a alegria e o respeito por si própria.

Conclusão

A infraestrutura que mantém a superestrutura, em um contexto de materialismo histórico da sociedade contemporânea, inclusive a brasileira, é essencialmente masculina.

As mulheres sobrevivem em uma sociedade que as tolera, mas não as aceita. O preconceito ao sexo feminino as atinge de forma intensa.

A mulher não é livre, possui liberdade e esta é ditada por um meio masculino e por uma série de violências simbólicas que destroem o seu real potencial e identidade.

O transtorno ético-corporativo junto ao sexo feminino na forma do Edadismo demonstra que a mulher só é bela se mutila seu corpo, se sofre mais-valia por parte das empresas de cosméticos. Esta inclusão é tão cruel quanto o massacre de judias nos campos de concentração nazista.

No Brasil, o transtorno ético-corporativo no sexo feminino surge com a Lei de Terras de 1850. Esta é uma sublimação da violência física que se transforma em simbólica, por outros termos, o caudilho brasileiro transforma a mulher em um produto a ser usado.

homens afrodescendentes quanto caucasianos e amarelos não veem o sexo feminino, sua visão é corrompida e turbada pelo desejo de poder. Tão somente, o desejo está na beleza consumida e não na pessoa percebida.

A mulher vale a beleza que tem e não a essência que possui. O Edadismo, nesse contexto, é uma forma velada de excluir as mulheres e aliená-las de seus direitos.

Referências Bibliográficas

- CLARA, Coria; FREIXAS, Anna; COVAS, Susana. *Los Cambios en la vida de las Mujeres*. Barcelona: Paidós, 2006.
- ENGELS, Friedrich. *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. 6. ed. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira. 1980, 215p.;
- GUIMARÃES, Antônio Monteiro. *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro. 454p.
- HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Fenomenologia do Espírito*. Tradução de Paulo Meneses. Rio de Janeiro: Vozes; Bragança Paulista: Editora Universitária, São Francisco, 2011. 551 p.
- LENON, John Winston. *Woman Is The Nigger Of The World*. Álbum: *Some time in New York*. New York, EUA: Gravadora; Apple Records, 1972.

NORTHUP, Christiane. La Sabiduria de la Menopausia. Barcelona: Urano, 2001.

Sites consultados:

PNAD. *Estudo Especial sobre a Mulher*. PNAD, 2008. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_imprensa.php?id_noticia=1098; http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm. Acesso em: 20 jul. 2010. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm.



**CONSELHO
REGIONAL DE
PSICOLOGIA
MINAS GERAIS**

www.crpmg.org.br



ISBN 978-85-98515-11-3



9 788598 515113